

NOVOS RUMOS

EDIÇÃO PARA A GUANABARA

ANO II Rio de Janeiro, semana de 3 a 9 de fevereiro de 1961 N° 101

Diretor Executivo — Orlando Bomfim Jr. Diretor — Mário Alves Redator-Chefe — Fragmen Borges

UM MINISTÉRIO REACIONÁRIO E UM DISCURSO VIOLENTO

Duas Metas de Jânio: Dólares Para os EUA Miséria Para o Povo



«HOJE, faz-se mister que nosso povo se despeje dos últimos níqueis para honrar dívidas postas no nome de Brasil». Esta frase do discurso do posse de Jânio define o caráter de seu governo: é um «garante» posto aqui pelo imperialismo para organizar a drenagem sistemática do fruto do trabalho de nosso povo para os Estados Unidos. Essa orientação política está na base da nomeação de novo Ministério, e transparece em todo o discurso do novo presidente: é o que mostram as matérias que publicamos, sobre o assunto, na 3ª página do 1º caderno.

Edição da Guanabara

COM ESTE número começa a circular a edição de NOVOS RUMOS para o Estado da Guanabara. Esta nossa iniciativa, semelhante à que vimos fazendo há 6 meses em relação a São Paulo, tem por objetivo atender às necessidades da cobertura jornalística dos acontecimentos políticos e sociais do mais novo Estado da Federação, da discussão dos graves problemas que afligem a população do Rio. Dessa maneira, o órgão dos comunistas brasileiros procura ampliar a sua área de ação a serviço do povo e da sua causa, fazendo circular 3 edições: a nacional, a paulista e, agora, a guanabara.



Povo português luta nas ruas contra Salazar

A LUTA contra o regime fascista que há 34 anos oprime e espolia o povo português cresceu nos últimos 3 anos (Reportagem na 8ª página do 1º caderno).

IAPI: aposentados e pensionistas vão receber atrasados

Texto na 2ª página do 1º caderno

Miséria: 30 milhões de brasileiro não têm onde morar

Rep. de BRIQUET DE LEMOS na 1ª pág. do 2º caderno

Povo deve influir na elaboração da Constituição

A ASSEMBLEIA Constituinte avança na elaboração da Carta Magna do Estado. Os resultados alcançados até o momento, apesar da combatividade da bancada nacionalista da qual participa o deputado Hercules Correia (foto), não correspondem inteiramente aos interesses do povo. Contra algumas vitórias já obtidas nas comissões, movimenta-se o grupo de parlamentares subordinados ao governador, visando a rejeitá-las durante a discussão do projeto no plenário. Para assegurar-las, a pressão popular junto aos constituintes. (Reportagem na 6ª página do 1º caderno)

Povo fluminense está ao lado da Revolução Cubana
Texto na 6ª página

Nova etapa nas lutas das Ligas Camponesas
Reportagem de RUI FAÇÓ na 3ª pág. do 2º caderno

O Que é o Governo do sr. Carlos Lacerda?

Artigo de ORESTES TIMBAUVA na 6ª página

Cuba: território livre da América

Integrando uma delegação de parlamentares, jornalistas e líderes sindicais, esteve em Cuba durante um mês, como enviado especial de NOVOS RUMOS, o nosso companheiro Almir Matos. Percorrendo quase todo o país, conhecendo as realizações já levadas à prática pelo Governo Revolucionário e entrando em contacto direto com personalidades do Governo e das forças políticas e com as massas do povo, Almir Matos resumirá, numa série de reportagens, as impressões que trouxe de Cuba. Em nossa próxima edição daremos início a essa série, de cinco reportagens.

150 mil ferroviários vão à greve: defesa da paridade

Texto na 2ª página do 1º caderno

Líderes sindicais e estudantis e deputados apóiam o cap. Galvão

Texto do manifesto na 6ª página

Confirmação

ORLANDO BOMFIM JR.

NO COMENTÁRIO de nosso número anterior, dissemos que os comunistas não tinham nenhum motivo para retificar a denúncia, feita já em setembro de 1959, sobre o caráter reacionário da candidatura do sr. Jânio Quadros. E que, por isso mesmo, continuávamos convencidos de que havíamos cumprido um dever patriótico ao lançar nossas forças, na campanha eleitoral, com o objetivo de contribuir para a derrota do candidato dos monopólios ianques, que foi apoiado pelos mesmos politiquês retrógrados do 24 de agosto e das tentativas golpistas de Jacareacanga e Aragarças.

HOJE, o sr. Jânio Quadros já assumiu a presidência da República, Compôs ministério. Dirigiu mensagem à nação. Estamos diante não apenas de palavras, mas de atos. E os primeiros atos do presidente vêm confirmar o que dizíamos do candidato e revelam que o presidente pretende orientar seu governo de acordo com o caráter (definido pelos comunistas) da sua candidatura.

O MINISTÉRIO é tão visivelmente reacionário e entreguista que chegou a sobressaltar até mesmo setores políticos que formam ao lado do ex-governador paulista. Surgiu a necessidade de suavizar, através de justificativas, os efeitos negativos causados na opinião pública. E não deixa de ser cômico ver-se o conspícuo «Estado» invocar como motivo do «decepcionante resultado» o fato de terem sido «rápidos e atabalhoados» os contactos do sr. Jânio Quadros, que perdeu muito tempo em vilegiatura pela Europa... Também não pega a desculpa de que o defeito do ministério é a falta de gabarito. Que gabarito? Gabarito para quê? Pois na verdade o que acontece é passível o ministério bastante gabarito para servir à reação e ao entreguismo. E esta é a questão. O sr. Jânio Quadros montou um governo sujeito à influência das forças mais reacionárias do país, aquelas que se ligam mais estreitamente ao imperialismo e ao latifúndio. É a conclusão que se tira ao examinar o que representam os homens colocados nos postos-chave do ministério, os que efetivamente desempenham papel influente e decisivo. E, se a escolha dos homens servia para indicar as intenções do novo presidente, a men-

sagem dirigida ao povo no dia da posse veio confirmar essas intenções.

TEMOS, então, pela frente, de corpo inteiro e faixa presidencial, o novo chefe do poder executivo. Nas praças públicas, quando a demagogia andava solta à caça de votos, era o renovador milagroso. Quanto a política externa, por exemplo. O Itamarati sofreria uma revolução. Falou-se até em neutralismo. Mas, que renovação será essa, a ser feita pelo empedernido sr. Afonso Arinos de Melo Franco? Também se propalou bastante que o novo governo seguiria o caminho do autêntico nacionalismo, do verdadeiro progresso. Que nacionalismo e que progresso são esses, quando se coloca à frente do Ministério da Indústria e Comércio um escurachado lugar-tenente dos trustes norte-americanos como o sr. Bernardes Filho? A carestia foi outra bandeira de propaganda. A política econômico-financeira do governo Kubitschek precisava ser mudada? Muito bem. Concordamos. Mas, mudada em que sentido? Adalando-se, para os problemas existentes, soluções favoráveis ao povo, ou soluções ainda mais favoráveis aos monopólios estrangeiros? O sr. Clemente Mariani, novo ministro da Fazenda, é a resposta. Seu mestre é Mr. Gudin. Seus auxiliares são os mais amados discípulos de Mr. Gudin, como o sr. Otávio Bulhões. O que significa que o ministério será um departamento do Fundo Monetário Internacional. E isso diz tudo.

A ESSA realidade se reduzem as promessas do candidato Jânio Quadros. Confirma-se, assim, o que tantas vezes foi afirmado pelos comunistas: eram promessas demagógicas. Mas as massas, inclusive os milhões de eleitores que acreditaram nessas promessas, querem realmente mudanças radicais — em seu benefício — na situação brasileira. Manifestaram esse anseio, em 3 de outubro, através do voto. Saberão agora redobrar sua vigilância, defender suas conquistas e resistir diante de qualquer medida do governo contrário aos interesses populares, intensificar as lutas pelas suas reivindicações prementes e por soluções democráticas e patrióticas para os problemas decisivos que a nação enfrenta.

Nota Sindical

O Ministério da Previdência

Jornais cariocas noticiaram, em várias oportunidades, que uma das primeiras medidas do sr. Jânio Quadros no governo seria o envio de uma mensagem ao Congresso Nacional criando o Ministério da Previdência Social.

Ninguém diz, efetivamente, porque se anunciou a criação tão apressada do Ministério da Previdência Social, justamente quando os trabalhadores acabam de conquistar, após 15 anos de luta, a aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social, e estão, através de alguns de seus representantes nos órgãos colegiados dos IAPs, tentando realizar uma política administrativa séria, realmente voltada para os interesses dos segurados.

Com efeito, não há como justificar a criação do propalado Ministério da Previdência Social, a não ser pela pretensão do exercício do domínio dos institutos por parte do atual Governo. Aqui é bom lembrar, antes de outras considerações, que tanto o sr. Jânio Quadros como os seus ferozes cabos eleitorais sempre foram unânimes em condenar a interferência governamental nos institutos, e a denunciar o sistema de corrupção neles imperante.

Agora, que a intervenção do Governo nos institutos é mais limitada, como decorrência da aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social, os assessores do sr. Jânio Quadros apressam-se em fazer criar o Ministério da Previdência, que não teria outro objetivo senão o de reaver o completo domínio que o executivo exercia sobre os institutos, beneficiando os aliados do Governo e prejudicando a imensa massa de segurados dos IAPs.

O sr. Jânio Quadros e os seus assessores devem saber que os trabalhadores exigem, no momento, o cumprimento da Lei Orgânica da Previdência Social, mas o seu objetivo, no que se refere à previdência, vai muito além dos limites traçados na Lei Orgânica. O que os trabalhadores querem, efetivamente, é a conquista integral da administração dos órgãos da previdência social, porque compreendem que só assim poderão realizar uma correta política assistencial, utilizando os recursos dos institutos para servir exclusivamente aos interesses dos seus segurados.

Mas, enquanto isso não ocorrer, os trabalhadores mantêm-se vigilantes, reclamando o cumprimento rigoroso do atual sistema de previdência social que, embora ainda esteja sujeito à orientação e controle do Ministério do Trabalho, já representa um passo à frente, uma vez que é assegurado às entidades sindicais a eleição dos representantes dos trabalhadores aos órgãos colegiados das instituições de previdência em número idêntico à representação do Governo e das classes patronais.

A criação do Ministério da Previdência Social não poderia ter outro objetivo senão o de fornecer ao Governo maiores elementos para a intervenção mais aberta nos órgãos de previdência. E não é isso, efetivamente, o que os trabalhadores exigem do governo Jânio Quadros.

APOSENTADOS E PENSIONISTAS

IAPI Pagará 2 Bilhões de Atrasados Mas a Dívida Continua Crescendo

Os atrasados de aposentadoria devidos aos aposentados e pensionistas do IAPI, relativos aos anos de 1958 a 1960, e que somam cerca de dois bilhões de cruzeiros, deverão ser pagos a partir do próximo mês de abril, uma vez que o Departamento de Benefícios daquele Instituto recebeu a incumbência de elaborar os tabelos de pagamento até o dia 30 de março, no mais tardar.

Segundo declarações do sr. Waldemar Luis Alves, representante dos empregados no Conselho de Administração do IAPI, o pagamento dos atrasados será efetuado de uma só vez, estando a tesouraria daquele Instituto já de posse do numerário suficiente para saldar a referida dívida com os seus segurados.

A demora no pagamento dos atrasados, segundo acentuou o sr. Waldemar Alves, é devida a complexidade dos estudos e cálculos que têm de ser elaborados, de modo a que a lei seja cumprida com o necessário rigor. Entretanto, considerando a necessidade de pôr em dia as obrigações do Instituto para com os aposentados e pensionistas, e tendo em vista a onda de protestos que se avoluma em todo o país, o Conselho de Administração do IAPI, logo que verificou dispor de verba suficiente para efetuar o pagamento da aposentadoria móvel em atraso, determinou ao Departamento de Benefício

O reajustamento

Ocorre, entretanto, que além do pagamento dos atrasados devidos desde 1958, os aposentados e pensionistas dos institutos de previdência social começaram a formular os seus justos protestos contra o fato de até agora nenhum instituto, inclusive o IAPI, que tem cerca de dois milhões de segurados, haver efetuado o reajustamento das aposentadorias e pensões, na base de nova tabela de salário mínimo, em vigor desde 18 de outubro de 1960.

Controvérsias

Quando o salário mínimo foi alterado em 60%, a partir de 18 de outubro de 1960, os segurados dos institutos ficaram certos de que também os seus benefícios seriam reajustados naquela mesma base, conforme vinha ocorrendo todas as vezes que se alterava o salário mínimo. Mas, passados três meses, continuam todos recebendo os mesmos minguados benefícios, sem que nenhuma explicação lhes seja dada.

A propósito, procuramos o sr. Waldemar Luis Alves, representante dos trabalhadores no Conselho de Administração

do IAPI, que declarou haver opiniões contraditórias no CA quanto ao reajustamento dos benefícios, razão pela qual o assunto está sendo estudado pelos diversos departamentos técnicos do Instituto, que deverão apresentar os seus pareceres dentro dos próximos dias.

Esclareceu ainda o sr. Waldemar Alves que, com efeito, a Lei 7.335 estabelece que nenhum benefício prestado a aposentados e pensionistas dos institutos de previdência poderá ser inferior a 70% do salário mínimo regional. Dê-se modo, como o salário mínimo da Guanabara, por exemplo, foi elevado de Cr\$ 6.000,00 para Cr\$ 9.600,00, a partir de 18 de outubro de 1960, também, a partir daquela data, o valor mínimo da aposentadoria teria de passar de Cr\$ 3.864,00 para Cr\$ 6.182,40.

Ocorre, entretanto, segundo ainda esclarecimentos do sr. Waldemar Alves, que a Lei Orgânica da Previdência Social não faz referência àquela percentagem estabelecida pela Lei 7.335. A Lei Orgânica limita-se a determinar, em seu artigo 67, que «Os valores das aposentadorias e pensões em vigor serão reajustados sempre que se verificar, na forma do parágrafo 1º deste artigo, que os índices do salário de contribuição dos segurados ativos ultrapassam, em mais de 15% (quinze por cento), os do ano em que tenha sido realizado o último reajustamento desses benefícios. «O parágrafo 1º do artigo acima citado estabelece, por sua vez, o seguinte: «O ministro do Trabalho mandará proceder de 2 em 2 anos a apuração dos índices referidos neste artigo e promoverá, quando for o caso, as medidas necessárias à concessão do reajustamento.»

setembro de 1960, os institutos já deviam ter providenciado o reajustamento das aposentadorias e pensões, uma vez que os cálculos para fixação do atual salário mínimo foram feitos tendo como base o período compreendido entre 1º de janeiro de 1959 (data em que houve o último reajustamento dos benefícios) e setembro de 1960 (data em que entrou em vigor a Lei Orgânica). O SEPT assinalou que, durante esse período, houve uma elevação de 68,92% no custo de vida no Estado do Guanabara, e em percentagem aproximada nos demais Estados. Com base nesses cálculos é que o antigo salário mínimo foi elevado de 60%, a partir de 18 de outubro de 1960. Não há, portanto, para onde apelar, e nem se justifica nenhuma proclamação, no reajustamento das aposentadorias mínimas, que deve ser feito de acordo com a lei antiga, isto é, na base de 70% do atual salário mínimo regional, e pago a partir de 18 de outubro de 1960.

O que não se justifica, e por isso mesmo está provocando o justo protesto dos trabalhadores e das organizações sindicais, é que os atuais órgãos colegiados dos IAPs, que contam com representantes dos massos trabalhadores, não tenham, ainda hoje, uma opinião definida sobre o reajustamento das aposentadorias e das pensões dos inativos, que continuam recebendo, em sua maioria, na base do antigo salário mínimo.

Resta citar, ainda, que o artigo 162 da Lei Orgânica da Previdência Social estabelece, textualmente, que «Aos atuais beneficiários, segurados e dependentes dos institutos de previdência social ficam assegurados todos os direitos outorgados pelas respectivas legislações, salvo se mais vantajosos os da presente Lei.»

Esta clara que, podendo optar, os trabalhadores inativos reclamem, de modo enérgico, o pagamento imediato do reajustamento dos seus benefícios na base de 70% do atual salário mínimo.

Atraso injustificável

De qualquer modo, mesmo que se considerasse a nulidade da Lei 7.335, em virtude da Lei Orgânica da Previdência Social que entrou em vigor em



Um líder vigilante

Rafael Martinelli, eleito presidente da Federação Nacional dos Ferroviários, vem se salientando como um dos mais autênticos líderes do movimento reivindicatório dos trabalhadores ferroviários do País.

Defende Teu Direito

TAREFEIRO — Se o empregador não reajustou os preços das unidades-tarefa ao novo salário mínimo, impossibilitando a maioria dos empregados perferirem o mínimo legal, devem pagar-lhes o salário por unidade tempo, já que, pelas tarefas, não o alcançam. Ac. TRT, 1ª Região (Proc. 540/60), Relator Desembargador Amaro Barreto.

A Turma deste Tribunal Superior julgou procedente reclamação de diferenças de salário mínimo por entender que qualquer que seja a modalidade salarial contratada (o reclamante e tarefeiro), tem o trabalhador direito ao salário mínimo, pouco importando que caiba ao empregado a responsabilidade pela não obtenção do salário mínimo. Se a menor produtividade resultar de culpa do empregado, cabe ao empregador, resguardando o nível de produção, puni-lo. — Embargos rejeitados. O art. 78 da Consolidação das Leis do Trabalho é taxativo a respeito. E, desde que fique o tarefeiro à disposição do empregador durante a jornada de trabalho, direito lhe assiste, como a qualquer outro empregado, de receber o salário mínimo legal. Ac. TST — Pleno (Proc. 3.339/58), Relator Ministro Antonio Carvalhal.

Não é lícito ao empregador pagar ao empregado-tarefeiro salário inferior ao mínimo legal, mesmo que tal assalariamento, voluntário ou involuntariamente, seja improdutivo. O art. 78 da Consolidação, que encerra norma imperativa, assegura esse direito sem subordiná-lo a qualquer condição. A revogação da maislanida Portaria nº 328, de 1940, foi ditada no que tudo leva a crer, porque a tentativa contra aquele mandamento legal. O fato de empregado improdutivo receber o mesmo salário que o dirigente não impressiona, por isso que, sendo mesmo improdutivo, negligente, não deve interessar ao empregador por salário nenhum. O que não é possível, em nenhuma hipótese, é o pagamento de salário submínimo, que a lei, no seu espírito e na sua letra, não autoriza. Ac. TRT, 1ª Região (Proc. 1.000/57), Relator Juiz Gomes de Freitas.

O salário mínimo é irredutível, não a ponto de ser deviado ao tarefeiro que não alcança por sua culpa a produção mínima proporcional à tarefa calculada em função daquele mesmo salário. O art. 78 da Consolidação assegura ao tarefeiro o salário mínimo, privando-o, porém, de sua complementação quando não produza em proporção a unidade de tempo. Há, aí, uma correlação entre a jornada e a produção diárias, de modo que perceba salário em proporção com sua eficiência. Ac. TST, 1ª Turma (Proc. 3.226/59), Relator Ministro Pires Chaves.

O art. 78 da Consolidação trata de diária garantida. E remuneração diária, como é evidente, é paga em função do tempo e não em função da garantia. Embora tarefeiro, ficando à disposição do empregador oito horas por dia, tem o empregado garantida, pelo menos, a remuneração mínima correspondente a um dia de trabalho. Trata-se de simples decorrência, lógica e jurídica, da instituição do salário mínimo. E, como já foi salientado, «pagar ao tarefeiro salário inferior ao mínimo sob pretexto de escasso rendimento é aplicar uma penalidade disciplinar proibida pelo direito do trabalho», ou seja autêntica multa. Ac. TST — Pleno (Proc. 2.171/58), Relator Ministro Dello Maranhão, «Ementário Trabalhista» maio-1960.

Caso em que, concomitantemente com a transferência das reclamantes para trabalharem com seis toneladas, os índices dos quatro anteriores, sensível, as tarifas e impoimdo maior esforço as tecelãs, a empregadora violou condições contratuais. A modificação das tarifas não pode ficar ao arbítrio de uma só das partes. Ac. TRT, 2ª Reg. (Proc. 3.565/58), Relator Juiz Antonio Fava.



150 Mil Ferroviários Irão à Greve Para Receber Salários de Janeiro

«Cerca de 160 mil trabalhadores empregados nas 18 empresas que constituem a Rede Ferroviária Federal S/A poderão ser levados a uma greve geral nos primeiros dias de fevereiro, caso o Congresso Nacional não vote, em tempo, uma verba especial destinada ao pagamento dos seus salários de janeiro, acrescidos dos benefícios da classificação e da paridade.»

A declaração acima foi feita pelo sr. Rafael Martinelli, presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários, após salientar que, embora a RFFSA tenha declarado não dispor de recursos para suplementar a verba destinada ao pagamento de mês de janeiro, nenhuma providência foi tomada pelas autoridades competentes para que o Congresso votasse a verba especial destinada àquele fim.

Memorial ao governo

A Federação Nacional dos Ferroviários, tendo em vista a gravidade da situação, segundo informou o sr. Rafael Martinelli, resolveu endereçar um memorial ao sr. Jânio Quadros, colocando-o a par do estado calamitoso em que se encontra a maioria das empresas vinculadas à Rede Ferroviária Federal, sem meios para efetuar o pagamento dos salários de mês de janeiro, solicitando a adoção de providências imediatas para assegurar a remuneração devida aos trabalhadores, e esclarecendo-o sobre a disposição já manifestada pelos ferroviários de todo o país, através de inúmeras greves, de não trabalhar com fome.

As greves de janeiro

Já no mês de janeiro milhares de ferroviários de todo o país tiveram de

paralisar o trabalho em sinal de protesto contra o não recebimento dos salários de dezembro, para os quais, digam-se de passagem, havia a verba de 9 bilhões de cruzeiros votada pelo Congresso Nacional, de qual 1 bilhão e duzentos milhões para as empresas vinculadas à RFFSA. Apesar disso, entretanto, os ferroviários da Leopoldina, Central do Brasil, Santos e Jundiaí, Rede Ferroviária do Nordeste, Leste Brasileiro, Mossoró-Seuá, Viação Férrea do R. G. do Sul e Paraná-Santa Catarina, tiveram de paralisar o trabalho, alguns, como os da Leopoldina, várias vezes no mesmo mês, para receber os seus salários.

A Estrada de Ferro Nordeste do Brasil, embora tivesse recebido da Rede uma verba de 189 milhões de cruzeiros para o pagamento aos seus empregados, dos vencimentos e do salário-família reajustados, tentou utilizar a referida verba em outras finalidades, fazendo com que os ferroviários, liderados pela sua associação profissional, promovessem uma passeata-monstro, no dia 25 de janeiro, quando decidiram paralisar o trabalho no dia seguinte, se os seus salários não fossem pagos. O diretor da referida Ferrovia, sr. Luís Villozo, além de tentar escamotizar o pagamento dos trabalhadores, negava-se a receber os diretores da associação profissional, sob pretexto de que os mesmos não tinham representação legal.

Vitória dupla dos ferroviários

Momentos antes de se desencadear o movimento grevista, o sr. Rafael Martinelli, presidente da Federa-

ção Nacional dos Ferroviários, dirigiu-se à Diretoria da Rede, acompanhado dos dirigentes da Associação Profissional dos Ferroviários do Nordeste. No encontro com a Administração da Rede os ferroviários obtiveram uma dupla vitória: 1) a Rede reconheceu a Associação Profissional e firmou com os seus representantes, sr. Milton Costa e Jonas Cavalcanti Magalhães, um acordo pelo qual foram aumentados de 44% os salários dos ferroviários regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, e incluído, nos respectivos salários, o abono provisório estabelecido em março de 1960, que variava de 2 a 2.500 cruzeiros mensais; 2) A Administração da Rede enviou, através da própria Associação Profissional, uma determinação ao diretor do Nordeste para que pagasse imediatamente os salários dos ferroviários, com a verba de 189 milhões de cruzeiros que lhe tinha sido entregue para aquele fim.

Greve pela classificação

Além das inúmeras greves que foram deflagradas durante o mês de janeiro, como sinal de protesto contra o não recebimento dos salários de dezembro, muitas outras foram desencadeadas com o objetivo de fazer apressar a elaboração do enquadramento dos ferroviários no Plano de Classificação, e a respectiva pagamento das diferenças que lhes são devidas desde o dia 1º de julho de 1960.

Com esse objetivo, entraram em greve a zero hora do dia 26 último os trabalhadores das estradas de ferro Paraná-Santa Catarina, Leste Brasileiro, Bahia a Minas, São Luis-Teresina,

Madeira-Mamoré, Bragança e Central do Piauí.

Verba para os atrasados

Em consequência dos últimos encaminhamentos grevistas que os ferroviários desencadearam em todo o país, o Congresso Nacional aprovou-se a verba de 4 bilhões e 700 milhões de cruzeiros destinada a promover o pagamento de salários e benefícios devidos aos trabalhadores até dezembro último.

Até agora, entretanto, não foi votada nenhuma verba para o pagamento dos benefícios da paridade relativos ao mês de janeiro. Essa fato está preocupando seriamente os líderes ferroviários de todo o país, que mantêm-se na expectativa.

A Federação Nacional dos Ferroviários, por outro lado, conforme já sinalamos, fará um completo relatório sobre os fatos que vêm ocorrendo atualmente nas empresas vinculadas à Rede Ferroviária, a fim de esclarecer a população brasileira, os trabalhadores e o atual presidente da República sobre a gravidade da situação, e deixar claro que as greves que venham a ocorrer em defesa do recebimento dos salários, serão de exclusiva responsabilidade das autoridades governamentais, e não dos operários, que não podem trabalhar se não dispõem de recursos para a sua própria alimentação. A Federação Nacional dos Ferroviários, com sede na Av. Graça Aranha, 174, 10º andar, sala 1017, Estado da Guanabara, continua mantendo contato com a Administração da Rede e com os sindicatos e associações profissionais de ferroviários de todo o país, interpondo-se dos acontecimentos e orientando a luta em todo o território nacional.

Ajudá a NOVOS RUMOS

Recebemos e agradecemos as seguintes contribuições de leitores e amigos de NE:

Table with 2 columns: Name and Amount (Cr\$). Includes entries like Batista Rodrigues, de Goiânia (200,00), Ferroviários de Niterói (1.000,00), José Assunção, Guanabara (800,00), etc.

Seção com assinatura trocada

NOTA DA REDAÇÃO: A seção «Defende teu Direito», publicada na última edição, saiu, por equívoco, com a assinatura do nosso colaborador Everaldo Martins, em lugar de B. Calheiros Bomfim, autor da seção publicada na referida edição.



Voltarão a sentar nos trilhos

Milhares de trabalhadores voltaram a sentar nos trilhos das empresas vinculadas à Rede Ferroviária Federal, se o Congresso Nacional não votar, em tempo, a verba especial destinada ao pagamento dos seus salários de mês de janeiro. Nenhuma providência foi tomada pelo Governo para a necessária suplementação da verba.

AS DUAS PROMESSAS DE JÂNIO (PRESIDENTE):

Dólares Para os Ianques Sacrifício Para o Povo

O discurso de posse de Jânio veio confirmar e acentuar o propósito demonstrado pelo novo presidente, ao nomear seu Ministério e seus auxiliares diretos, de aplicar uma política de caráter profundamente entreguista e reacionário. Todo o discurso foi voltado para a justificação dessa política, e para as ameaças com a repressão policial e a violência, como resposta antecipada aos movimentos de massa que inevitavelmente decorrerão da aplicação dessa política.

Outro sentido não tem o "quadro terrível" pintado por Jânio da situação econômica e financeira do país, senão o de procurar que o país aceite uma política de "austeridade" do tipo Frondizi. A campanha movida há algumas semanas pela imprensa reacionária, com o mesmo objetivo de semear o pânico na opinião pública em reação às dificuldades econômicas e financeiras do país e de justificar "medidas de emergência" que supostamente se destinariam a enfrentar essas dificuldades, prova, aliás, que a alocação de Jânio não saiu inteiramente de sua cabeça. Foi preparada e orientada pelos mesmos "fantasmas" que orientam as matérias políticas e econômicas da imprensa de aluguel: os homens do imperialismo.

Não há dúvida alguma sobre quais são essas "medidas de emergência". Elas estão indicadas, ainda que em linhas gerais, pelo discurso de Jânio, e estão claramente expostas pela imprensa que agita e promove o novo governo. É a reforma cambial, a contenção dos salários, a restituição ao crédito para o desenvolvimento industrial e, se possível, a entrega do petróleo e a liquidação das empresas estatais. É a receita "elástica" do imperialismo norte-americano, que vem sendo aplicada, sob a batuta do FMI, no Chile, na Argentina e em outros países, com

as conseqüências que todo mundo sabe.

É significativo que Jânio não tenha encontrado uma só palavra para caracterizar as causas do "descalabro" financeiro herdado por ele. Limitou-se a acobitar a corrupção, "o filiotismo e o compadresco", mas ninguém poderá pretender que essas chagas naturais do capitalismo expliquem, por exemplo, o fato de que o país esteja endividado até o pescoço em Washington. Para tratar dessas causas, entretanto, Jânio teria forçosamente que apontar a espoliação imperialista e o financiamento do latifúndio, que são os verdadeiros motores da inflação e do endividamento do país, e teria que chegar a uma política oposta à que ele propõe: a política do desenvolvimento independente e soberano da economia nacional; uma política que, longe de exigir sacrifícios, só traz benefícios para os trabalhadores e o povo.

Essa fuga às causas levou inclusive o novo presidente a uma curiosa contradição. Procurando dar mais ênfase a seus ataques ao socialismo, ele referiu-se à política do campo socialista como a um "novo imperialismo". Ao fazê-lo, entretanto, ele colocou-se na situação de quem conhece e condena "o velho" imperialismo, o que existe realmente, o que está em nossa casa. Dêse, contudo, não há a mínima referência em seu discurso.

Ao contrário, toda a preocupação é pagar "as dívidas" — as suas próprias e as do país — para com o imperialismo. E pagá-las com o sacrifício do povo: em todo o seu discurso, não se encontra uma só promessa de melhorar as condições de vida dos trabalhadores e do povo; pelo contrário, a única promessa que ele faz ao povo é a de sacrificá-lo ainda mais.

Jânio sabe, entretanto, que terá pela frente a firme resistên-

cia dos trabalhadores e do povo, ao aplicar as diretrizes da política dos trustes que financiam a sua eleição. Seu convite às massas para que "consintam" em sacrificar-se ainda mais, é quase formal. Ele confia, mesmo, na repressão policial, no regime de força. Daí sua afirmação de que não tolerará greves que, a seu critério, sejam utilizadas "contra a nossa coletividade, sobretudo se a serviço de conveniências externas", o que é exatamente a linguagem empregada por Falcão & Cia. e torna um grosseiro embuste o seu reconhecimento do direito de greve dos trabalhadores. Daí seus ataques ao nacionalismo e suas ameaças aos "jacobinismos estreitos" que nada são senão as forças patrióticas do nosso povo, contra as quais se volta o seu governo.

Aí está também a razão do feroz anticomunismo manifestado por Jânio em seu discurso. Sua preocupação, agora, é isolar os comunistas nas massas de trabalhadores, porque ele sabe que os comunistas são a única força organizada no país capaz de liderar e conduzir os movimentos de massa pelas reivindicações dos trabalhadores e do povo. Por isso ele procura, desde já, desacreditar os comunistas, repetindo toda a longa e gasta coleção de chavões de Pena Boto.

Jânio não perde tempo, sabe o que quer e está se precavendo. Mas os trabalhadores também estão conscientes de seus direitos, e têm demonstrado fortemente a sua disposição de luta. Muitos deles votaram em Jânio, mas pensando em vida melhor, para o povo e para o país, e não em novos e maiores sacrifícios. Na medida em que Jânio mostrar, na prática, que os enganou, que os está traíndo de braço com o imperialismo e com a reação, terá deles a resposta que merece.

Líderes Sindicais de Todo o Brasil Dirão a Jânio o Que Pensam e Sentem

A convite do Conselho Sindical do Estado de São Paulo, dirigentes sindicais de todo o Brasil reuniram-se nesta Capital, nos próximos dias 18 e 19, a fim de discutir o texto de um memorial a ser encaminhado ao sr. Jânio Quadros, expressando as reivindicações e anseios do proletariado.

Este memorial tem, entretanto, toda uma história. Durante uma semana inteira, jornais e líderes sindicais estiveram preocupadíssimos com este assunto.

Texto do "Estadão"

No domingo, 22 de janeiro, "O Estado de São Paulo" estampava o resumo de um longo memorial, atribuído também a líderes sindicais, mas cujo texto bem traía a origem: certos traidores do movimento operário agrupados num chamado "Movimento Renovador", alguns dos quais funcionários do próprio "Estadão". O mais interessante é que, ao referir-se à política de salários, ali se defendem os pontos de vista dos patrões. Afirma-se que "a política salarial deve respeitar as possibilidades econômicas das empresas"; que "deve acompanhar o desenvolvimento da política fiscal e monetária"; que "deve respeitar as

condições de trocas com o estrangeiro e a capacidade das empresas nacionais de enfrentar a concorrência internacional." Também no que diz respeito à política de mão-de-obra, apresentam-se pontos de vista que têm muito de comum com os da Federação das Indústrias...

Aplausos e protestos

Alguns aplausos fizeram-se ouvir imediatamente. Referimo-nos especialmente aos do próprio "Estadão", que logo na terça-feira seguinte dedicou não apenas o editorial, mas ainda o primeiro tópico ao documento que, segundo ele, estaria despertando "numerosos e elogiosos comentários nos meios políticos de nossa Capital". E adiante afirma que tal documento "vem confirmarnos na certeza em que estiváramos de que o proletariado paulista tem hoje à sua frente um grupo de homens perfeitamente aptos a interpretar os seus anseios e a formular as suas reivindicações", homens cuja autoridade e influências estariam aumentando, "em detrimento dos círculos privilegiados dos empresários comunistas e dos políticos comuns de toda espécie."

Na quarta-feira, volta "O Estadão", no editorial de sua seção econômica, a aplaudir os termos daquele memorial, deixando claro que dessa maneira poderia o sr. Jânio Quadros realizar um programa de estabilização, como o que pretendeu levar a cabo o sr. Lucas Lopes, e adotar uma política "desinflacionista".

Já no mesmo dia, entretanto, esse mesmo jornal é obrigado a registrar que líderes sindicais de São Paulo haviam discutido o texto publicado e resolvido elaborar outro. É que os termos em que a questão havia sido posta pelos elementos do Movimento Renovador e pelos redatores do "Estadão" haviam despertado toda sorte de críticas e protestos nos meios sindicais. Mesmo os dirigentes sindicais janistas não podiam assinar um documento tão flagrantemente patronal e submisso à orientação da política do Fundo Monetário Internacional.

Segundo texto

E no dia 27 era "O Estadão" obrigado a publicar um outro texto, que nada tinha a ver com o primeiro e

em que se reclamavam medidas concretas contra a carestia (intervenção no abastecimento de gêneros), garantia de casa própria, extinção do imposto de renda sobre os salários, intervenção na propriedade latifundiária para garantia dos arrendatários e dos demais trabalhadores do campo, extensão da legislação sindical ao campo, etc.

Este memorial, entretanto, foi interpretado por alguns dirigentes sindicais mais próximos do sr. Jânio Quadros como "excessivamente radical", deliberando-se afinal convocar a reunião dos próximos dias 18 e 19, a fim de se apresentar ao presidente da República um documento que retrate bem os sentimentos da maioria dos dirigentes das organizações sindicais de todo o país.

Ainda "O Estadão"

O interessante é que no dia 29 "O Estadão" voltou a dedicar seu editorial aos líderes sindicais. Mas já agora acusando-os de exclusivismo e de pretenderem privilégios, apenas porque defendem pontos de vista do proletariado. E, mais: desesperando-se ao ouvir falar em "intervenção na propriedade latifundiária" perde a compostura e brada: "Onde pretendem efetivamente chegar, com este enunciado, os líderes sindicais de São Paulo? Ao comunismo? Se é esse o seu objetivo, tratem de o declarar sem rodeios."

Este episódio retrata bem o esfúrcio que estão fazendo os homens do novo governo para colocar o movimento sindical a seu serviço, a serviço de uma "política de austeridade", de "desinflação" e de "estabilização monetária". Mas os trabalhadores paulistas e de todo o Brasil já compreenderam perfeitamente o sentido desta manobra e não se deixarão arrastar por ela. Ao contrário, em cada sindicato de São Paulo, em cada um dos sindicatos que se preparam para mandar representantes à reunião dos dias 18 e 19, as reivindicações e pontos de vista dos trabalhadores sobre os mais importantes problemas nacionais já estão sendo discutidos, de maneira a fazer com que o documento a ser aprovado reflita realmente o pensamento dos trabalhadores brasileiros.

Derrota de Lacerda: STF Derrubou o «Ato Constitucional»

O povo carioca acaba de conquistar uma significativa vitória, em sua luta contra os planos ditatoriais e reacionários de Lacerda, ao ser concedida pelo ministro Ari Franco, em nome do Supremo Tribunal Federal, a medida liminar de anulação provisória do Ato da Assembleia Constituinte da Guanabara, que pretendeu cassar os mandatos dos antigos vereadores deste Estado, aos quais a Lei federal que criou o Estado destina o papel, juntamente com os deputados constituintes e após a promulgação da Constituição, de membros da Assembleia Legislativa Estadual.

Com a decisão do STF, a Assembleia Legislativa do Estado volta ao pleno uso de seus direitos legais, que tinham sido usurpados pela maioria lacerdistista da Constituinte. Trata-se portanto de uma derrota pessoal de Lacerda, num dos pontos mais importantes de seu plano de im-

plantar na Guanabara um regime de arbitrariedades e de impunidade para os grupos econômicos. A reação do governador, aliás, mostra bem a importância do assunto; tão logo soube do voto do ministro Ari Franco, Lacerda prorrompeu em insultos ao Supremo Tribunal, acusando-o de "traição e covardia", e ordenou a seus secretários que emitem uma nota pública taxando de "ato criminoso" a medida do STF.

A liminar terá efeito até o mês de abril, quando se encerrarão as férias dos ministros do STF e estes poderão reunir-se para decidir sobre o mérito do recurso da Assembleia Legislativa. A concessão da liminar, entretanto, já revela uma disposição do Tribunal de dar provimento ao recurso dos antigos vereadores, resistindo à violenta pressão que a imprensa reacionária vem exercendo sobre ele, para que não crie obstáculo à manobra ilegal e ditatorial de Lacerda.

A nota oficial distribuída à imprensa pelo governo de Lacerda, na tarde de terça-feira, agravou ainda mais a situação, e deu a demonstração mais eloquente da vocação fascista desse governo. Depois de alinhar uma série de insultos à Justiça, e particularmente ao ministro Ari Franco, afirma descaradamente que não cumprirá a decisão judicial e continuará considerando a Assembleia Constituinte como o único Poder Legislativo na Guanabara. Horas antes, "em represália" ao STF, mandou fechar a Rádio Roquette Pinto, para não cumprir outra decisão judicial, que ordenara a irradiação por esta emissora dos trabalhos da antiga Câmara dos Vereadores. "Cumprir a lei que me convém, e repelir a lei que me contraria" — esta é a divisa do governo lanterneiro instalado na Guanabara.

Jânio Nomeou um Ministério Reacionário e Entreguista

A opinião pública e imprensa, em geral, de acordo com os interesses específicos de cada setor, reagiram de maneira acre à divulgação dos nomes que constituíram o Ministério e o corpo de auxiliares imediatos do governo Jânio. Uns, como o deputado Sérgio Magalhães, criticaram os homens de Jânio por serem "conservadores e reacionários" e por representarem uma política que "poderá acarretar para o país conseqüências imprevisíveis e graves, porquanto ninguém freia um povo que se desilude". Outros, como o "Correio da Manhã", queriam mesmo um Ministério entreguista e reacionário, mas achm que o que aí está "não tem gabarito" para ser aceito pelo país.

Só dois jornais, na chamada "imprensa sadia", aceitaram sem restrições a "encarnação" do governo janista. Esta exceção foi aberta pelo "O Globo" e pela "Tribuna da Imprensa", que confirmaram assim sua fama de "mais humildes e mais obedientes laçaios". "Esse Ministério teria sido excelente em 1928, mas para ser derubado com a revolução de 30", disse o deputado Abelardo Jurema. É um grupo de homens tão grosseiramente reacionários e serviços do imperialismo, que não encontram defensores nem mesmo entre os que se batem para que o país seja entregue ao capital ianque, mas que desejam mais "sutileza" e maior cuidado com as aparências, no ato de entrega.

Eis o que são os principais ministros e auxiliares de Jânio:

FAZENDA — Clemente Mariani, latifundiário na região do São Francisco, banqueiro (diretor do Banco da Bahia), co-proprietário de uma das maiores firmas de importação e exportação do Nordeste (Magalhães & Cia.), vinculado a grupos econômicos de São Paulo. Sua formação "ideológica" se define pelo fato de ser membro do Conselho de Administração da Rio Light e pela admiração ostensiva e pública que manifesta pelo grupo Gudin; já anunciou, inclusive, que convidará para a direção da SUMOC o sr. Otávio Gouveia de Bulhões, integrante daquele grupo e um dos mais "eminentes" medalhões

do mais exaltado entreguismo indígena. Apronta-se para tornar-se sógro do filho de Lacerda, integrando-se assim mais intimamente na "elite" do entreguismo. Sua nomeação foi a mais criticada pela imprensa do país, mas "teve boa acolhida junto aos elementos responsáveis pela política financeira dos Estados Unidos" — segundo telegrama enviado de Washington pela "Associated Press" — por ser "considerado um conservador", e isso lá é um grande elogio. Sua fama de "conservador" vem do 24 de agosto, quando participou do governo Café Filho, como presidente do Banco do Brasil.

BANCO DO BRASIL — João Batista Leopoldo Figueiredo, banqueiro (diretor do Banco Sul-Americano) em São Paulo, ligado ao capital americano através da firma L. Figueiredo — uma das maiores empresas de comércio de exportação e importação da América Latina — da qual é co-proprietário. Também partidário das idéias "reformadoras" — combate à inflação através de "apelos" aos investimentos estrangeiros, inclusive no campo do petróleo, da reforma cambial preconizada pelo FMI e da restrição aos investimentos de capital nacional — defendidas pelo grupo Gudin. Clemente Mariani, em declarações a "O Globo", definiu assim os motivos de sua nomeação para o Banco do Brasil: "a fim de serem atendidos os imperativos (ou seja, os interesses) políticos, econômicos e financeiros de São Paulo". Sua nomeação indica a linha da política econômica do governo Jânio: uma política voltada para o comércio com o imperialismo, dentro da velha concepção do "país especialmente agrícola, exportador de matérias-primas".

INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Arthur Bernardes Filho: era entreguista já na época em que o pai defendia nas ruas nosso petróleo. É testa-de-ferro da West-Inglishouse do Brasil, onde tem o nome de diretor. Ligado também à Hanna Co.. Não pretende ter idéias nem teorias, limitando-se ao papel de servidor modesto e fiel do imperialismo.

EXTERIOR — Affonso Arinos: de uma família de latifundiários

de Minas, com gosto pela aristocracia, embora o primeiro "varão ilustre" de sua ascendência tenha sido um traficante de escravos do Império, conhecido pela alcunha de "Mirandinha d'Angola". Sua nomeação também foi saudada pelos "elementos responsáveis pela política financeira dos Estados Unidos", segundo a A. P., por ser um reacionário "de boa tempera" e elemento de confiança do Departamento de Estado. Suas primeiras palavras, como ministro, formaram uma promessa de orientar-se pelo "O Globo", na direção do Itamarati, e um elogio a João Neves da Fontoura, que escreve editoriais naquele jornal e é partidário da "alienação progressiva" de nossa soberania, em favor dos Estados Unidos — foi, aliás, quem assinou, como ministro do Exterior, o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos.

JUSTIÇA — Oscar Pedroso d'Horst: advogado paulista, especializado em defender causas das grandes firmas financeiras e industriais de São Paulo (uma das quais é a Mattarazzo). Iniciou sua carreira política como delegado da DOPS. Acompanhou Adhemar de Barros, durante algum tempo, tomando-se depois um dos "homens de confiança" de Jânio.

FORÇAS ARMADAS: marechal Denis (Guerra), almirante Sílvio Heck (Marinha) e brigadeiro Gabriel Mosso (Aeronáutica). O primeiro participou do 11 de novembro, ao lado das forças patrióticas, mas depois, nomeado por Kubitschek para o Ministério, assumiu uma posição de compromisso com a oficialidade reacionária, passando a perseguir os oficiais nacionalistas. O segundo é arqui-conhecido como membro do que há de mais reacionário e entreguista na Marinha; quando comandante da base naval do Recife, lançou ali uma feroz campanha de "caça" policial aos comunistas e nacionalistas; comandou o "Tamararé" na fuga do governo Café Filho, após o contra-golpe nacionalista do 11 de novembro. Quanto ao brigadeiro Moss, participou ativamente do 24 de agosto e é conhecido por suas ligações com o chamado "grupo de Jacareacanga", na Aeronáutica.

Fora de Rumo

Paulo Motta Lima

Prestes saúda governadores

Em nome dos comunistas brasileiros, Luiz Carlos Prestes enviou um telegrama de felicitações aos governadores de Santa Catarina, Goiás, Maranhão, Rio Grande do Norte e Pará, eleitos a 3 de outubro, com o apoio das forças nacionalistas e patrióticas, e agora esposados. São eles, naquela ordem, os srs. Celso Ramos, Mauro Borges, Newton Belo, Aluizio Alves e Aurélio Carmo. Em sua mensagem, Prestes formulou votos de êxito aos governadores, e conclamou-os a executar uma política de defesa dos interesses do povo e do país, de reforma agrária, de preservação da soberania nacional e de atendimento às reivindicações mais urgentes dos trabalhadores para conter a alta do custo de vida.

Entre os heróis

Ora, estando provado que não são os heróis, os grandes homens, os condutores da história, como esperar que um pequeno herói, que não chega a ser grande homem, pudesse conduzir a história, no Brasil ou onde quer que fosse?

Entre os heróis

Nos jornais sadios, ocidentais e cristãos, entretanto, as primeiras conjecturas em torno da formação do Ministério do sr. Jânio Quadros já deram motivo a demonstrações de surpresa e desencanto. Um das versões mais autorizadas sobre a composição do novo Ministério, por exemplo, irritou o "Jornal do Brasil". Ministério de chavões, disse o órgão conservador, como se pudesse haver incompar-

Entre os heróis

bilidade entre o conservantismo e o recurso às chavões.

Entre os heróis

Começaram a surgir tais arrepios antes mesmo da posse. Que maravilhas não iremos apreciar ante a evolução dos acontecimentos? Afinal, por que certas pessoas gastaram tanta pólvora, soltando foguetes para anunciar que Jânio vinha aí?

NR em Minas Gerais

EM MARCHA PARA 2 MESES DE GREVE

Trabalhadores da Marzagânia Ameaçam Parar Belo Horizonte

BELO HORIZONTE — janeiro de 1961 — (do correspondente) — Em greve há mais de cinquenta dias, os operários da Marzagânia continuam a luta pelo recebimento dos salários, atrasados de seis meses.

Por iniciativa dos grevistas e do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Belo Horizonte, realizou-se, dia 19 — percorrendo as ruas centrais da capital, e indo ao Palácio da Liberdade e à Delegacia do Trabalho — gigantesca passeata dos trabalhadores têxteis, seus filhos, mu-

lheres e parentes, além de representantes dos demais sindicatos, federações, associações estudantis, faculdades, Juventude Operária Católica e populares. Também participou da passeata o padre Paulo Fernandes.

Invasão do SAPS

Os trabalhadores entregaram ao governo um memorial do Sindicato, historicando a situação e pedindo providências imediatas. O não atendimento de suas reivindicações — alertam os trabalhadores — pode-

rá determinar a invasão dos postos do SAPS e dos Entrepósitos do Estado, de onde seriam retirados os gêneros alimentícios que estão faltando às famílias dos grevistas.

Governo promete

Diante da disposição demonstrada pelos trabalhadores, o governo apressou-se em comunicar que está tomando as medidas para solucionar o problema, afirmando estar pronto a emprestar à companhia devedora a importância necessária ao pagamento de todos os salários em atraso.

Greve geral

O sindicato dos têxteis de Belo Horizonte deu um prazo ao governo para a solução do problema. Se dentro de uma semana todos os trabalhadores não tiverem recebido, o sindicato promoverá a paralisação geral de todas as fábricas de tecidos sob sua égide. Afirmando ainda os líderes do movimento que há possibilidades de estender o movimento a outras categorias profissionais e ao comércio.

DESEMPREGO E FLAGELO NA PARAIBA

Juliano queria trabalhar mas não tinha onde: acabou se matando

Reportagem de L. GONZAGA

A 27 de janeiro do ano passado um homem perdeu a perspectiva e se lançou, estupidamente, do terceiro andar do Palácio das Secretarias, livrando-se, para sempre, da vida e dos filhos. Tinha 25 anos, bíceps rígidos e chamava-se Juliano Jacinto de Menezes.

A imprensa noticiou o fato sem comentários, limitando-se, como é de praxe, ao simples registro frio e desapassionado. Ocorria, na época, o empenho geral dos cronistas pelas eleições do Jockey Club, estando a crônica social, por seu lado, ensalando as festividades do «debut» ou coisa semelhante.

Por tudo isso a tragédia de Juliano colheu a imprensa vivamente atarrefada, restando-lhe, apenas, o pesar de uma ou duas legendas, o que já era muito significativo.

O governo entregava-se, a esse tempo, à rápida execução das metas de calçamento, exigência individual do perímetro urbano.

Depois de vomitar sangue dias seguidos, Juliano largou-se da vida numa cama do HPS, entregando ao mundo uma viúva de casa vazia e filhos famintos.

te morre um ou dois Juliano, alegro pelo suicídio, todos de fome levantando a perspectiva mais sombria da história da Paraíba. Porque enquanto se avoluma o número de desocupados, cresce, desproporcionalmente, a concentração da riqueza. Haja vista a economia da Paraíba, cujo produto-base — a cana de açúcar — representa a mais alta concentração de renda em prejuízo da nossa massa de salários.

A morte de Juliano reflete o estado desesperado da Paraíba. A continuar como está, muitos deles terão de palmilhar ainda o mesmo caminho, enquanto o governo fica de mãos atadas, sem meios nem força para solucionar o grande problema.

Resta a SUDENE

O tempo em que Juliano desapareceu coincide com os primeiros preparativos para a instalação da SUDENE. A Operação Nordeste estuda a questão e apresenta a solução compatível com as condições sociais do momento: INDUSTRIALIZAÇÃO.

É através da industrialização que o Sr. Celso Furtado se propõe empregar os quinhentos mil braços desocupados do Nordeste. Será através de novos métodos de cultivo das grandes áreas do Nordeste e do emprego de novas culturas nas áreas de algodão que a SUDENE pensa em diminuir a avalanche de emigrantes dos campos promovendo o interesse pela terra.

A Paraíba está esperando pela SUDENE. Com mil braços estão lançando S.O.S. para remover o mal que vem matando centenas de homens e milhares de crianças sem vaga na vida, como Juliano e os filhos.

Suicídio ou assassinio?

Do contrário do que a imprensa noticiou, Juliano não era homem para matar-se. Longe dele a idéia do suicídio, com o amor que tinha aos filhos, com a força e disposição que sempre teve para o trabalho. Gostava da vida, amava-a e acariciava a esperança de ter casa, mesa farta e filhos saudáveis. Difícilmente um homem destes atira-se de um terceiro andar.

Juliano foi empurrado, pressionado, jogado pela janela da sala onde fora pedir emprego pela última vez.

Saira de casa manhã cedinho, alimentando a esperança de encontrar trabalho. Outros dias haviam se passado sob a mesma cantilena de respostas desalentadoras. Mas um sexto sentido o avisara de que naquele dia a coisa seria diferente. Por isto saiu às pressas, prevenindo a mulher de que voltaria com tempo de trazer o pão para o café das crianças.

No caminho de casa sofreu a primeira negativa — NÃO HÁ VAGA. Dai por diante a diferença foi nenhuma. Matarazzo superlotada, SOIC esbarrando, Cunha Régio fechado, SANBRA expurgando. Nenhuma porta de acesso, nem no Comércio, nem na Indústria, nem no jogo do bicho.

Nas asas acolhedoras do serviço público

Teria sido este o lugar certo se a Juliano ocorresse esta idéia seis meses depois. Apareceu antes do tempo.

Começou a ouvir negativas do primeiro andar. Foi ao segundo, subiu ao terceiro, numa escadaria de quem vai salvar vidas. Quase nove horas, os meninos com a boca no mundo, imaginando pão.

O bote havia de ser o último, se colou colou, se não deu certo, ADEUS!

Aproximou-se do «bureau», sofreu o pedido, falou dos filhos, do que sabia fazer e do que não sabia.

Por trás do «bureau», o homem escrevendo estava, escrevendo ficou. Depois irritou-se e, diante da insistência de Juliano, disparou-lhe um grito histórico de «largue-se daqui», pondo-o para fora de uma vez por todas. Desesperado, Juliano não atinou com a porta e despenhou-se pela janela. Era a do terceiro andar!

A história de Juliano é a história de meio milhão de nordestinos. De cem mil sobreviventes paraibanos. «Não há vaga» é o atraso de vida geral.

Para essa multidão de braços desocupados existe apenas uma dezena de fábricas em todo o Estado, sempre abarrotadas, num sistema de admissão que se transfere de pai a filho.

Há o excedente dos campos, numa percentagem superior a todos os outros setores juntos, formando a massa enorme de semimarginais que aqui se dividem entre o jogo do bicho, a prestação nominal de serviços, a vadiagem, o furto, vivendo de uma filtração de renda quase imperceptível.

Agradecimento

O dr. Francisco Domingues Company, Encarregado de Negócios da Embaixada de Cuba no Rio de Janeiro, em resposta, enviou um ofício ao presidente da Câmara de São Bernardo do Campo, onde diz:

«Em nome do meu governo, e no meu próprio, rogo ao senhor Presidente faça chegar meu profundo agradecimento ao senhor vereador Acrísio Dalaruvera e a todos os componentes dessa Câmara, pelo nobre gesto que demonstraram para com o povo cubano, que nestes momentos está empenhado na titânica empresa de salvaguardar sua integridade política e econômica».

NR na Bahia

Itabuna ao lado de Cuba

ITABUNA, janeiro (do Correspondente) — Na noite do dia 23 findo, no auditório da Cooperativa Mista de Cacauicultores desta cidade, foi realizado um ato público de solidariedade a Cuba.

Na ocasião, o líder universitário italiano João Berbert, diretor da revista juvenil «AFIRMAÇÃO», pronunciou uma conferência sobre a importância e o significado da revolução cubana.

A conferência, que contou com a presença de centenas de pessoas, foi patrocinada pelo Movimento Nacionalista de Itabuna.

EM SÃO BERNARDO DO CAMPO

Câmara de Vereadores (Unânime): Solidariedade ao Povo de Cuba

SÃO BERNARDO DO CAMPO — janeiro de 1961 — (do correspondente) — A Câmara Municipal desta cidade aprovou um requerimento de autoria do vereador Acrísio Dalaruvera em favor da revolução cubana.

E o seguinte o texto do requerimento, aprovado por unanimidade:

«Considerando que, após longos anos de sofrimento com a ditadura fascista de Fulgêncio Batista, o povo cubano conseguiu abrir caminho para sua inteira libertação social e econômica;

Considerando que, após ter conseguido sua liberdade, o povo cubano tem encontrado pela frente inúmeras dificuldades, quer de ordem

política, quer de ordem econômica;

Considerando que o povo de Cuba tem inteiro direito de escolher o governo que quer e, como todos os povos do mundo, tem direito à sua autodeterminação;

Considerando ainda que qualquer agressão estrangeira a Cuba poderá degenerar em uma nova hecatombe de caráter mundial de consequências imprevisíveis para a humanidade;

Requiro seja consignado em Ata um voto de solidariedade ao povo de Cuba em relação à sua luta pela independência política e econômica, sendo o mesmo comunicado à embaixada cubana em nosso país.

NR em Pernambuco

Sindicato dos Gráficos tem nova diretoria

RECIFE, janeiro (do Correspondente) — Tomou posse, em solenidade realizada em sua sede social, a nova diretoria do Sindicato dos Gráficos desta cidade, eleita para dirigir os destinos daquela entidade durante o biênio 1961-62. É a seguinte a composição da Diretoria, Conselho Fiscal e Representantes junto à Federação:

Diretoria e suplentes
Sindulfo Correia José, João Gomes de Oliveira, Manoel Inocência de Lima, Lídio Lopes Guimarães, Waldú Cardoso de Aguiar, Antônio Marinho da Penha.

Conselho Fiscal e suplentes
Aureo Ferreira da Silva, Albérico José Ferreira da Silva, Antônio Rodrigues de Lima, Luiz Enrico de Melo, Alzira Maria de Lima, Antônio Ferreira da Silva.

Representantes à Federação
Wilson Carvalho da Silva, Calínicio Ramos da Silveira, Edvaldo

Ratis, Sócrates Pinto da Silva, Reginaldo Alexandrino da Silva, Maurício José da Cruz.

Bancários de Garanhuns em defesa de Cuba

Garanhuns, janeiro (do Correspondente) — Em telegrama dirigido ao ministro Horácio Lafer, o Sindicato dos Bancários de Garanhuns manifesta a sua desaprovação a atitude assumida por aquele ministro, com relação ao rompimento de relações diplomáticas entre os Estados Unidos e Cuba, atitude inteiramente discordante com os sentimentos do povo brasileiro. Condenando a atitude de subserviência do Governo brasileiro à política externa norte-americana, o Sindicato dos Bancários de Garanhuns reafirma sua posição de «defesa do valeroso povo cubano e de sua revolução».

NR em Alagoas

Ponta Grossa: solidariedade a Cuba

MACÉIO, janeiro (do Correspondente Laudo Braga) — No dia 22 último, em Ponta Grossa, realizou-se concorrido ato público de apoio ao Governo e ao povo cubanos, sob o patrocínio da Comissão Popular de Ponta Grossa de Solidariedade a Cuba.

O ato, que seria apenas uma palestra acompanhada de debates para os quais foram convidados os presidentes dos clubes locais, co-

merciantes e populares, transformou-se em um grande comício, tal o numero de público que acorreu ao local.

Oradores

Usaram da palavra o estudante secundário Anivaldo Pinto, o universitário Gabriel de Freitas Soares, o educador dr. Cyro Rocha e o jornalista Nilson Miranda.

Por fim, por proposta de um assistente, foi aprovado o envio de dois telegramas: um à Embaixada de Cuba, no Brasil, de solidariedade à luta do povo daquele país, e outro à Embaixada dos Estados Unidos, de protesto contra o rompimento de relações diplomáticas com aquele país e contra as freqüentes ameaças de invasão do território da «Pérola das Antilhas».

NR no Estado do Rio

Ferrovários apóiam o povo cubano

Niterói, janeiro (do Correspondente) — Centenas de ferroviários da Leopoldina, por ocasião de sua última greve, reunidos em assembléia na sede do seu Sindicato, decidiram hipotecar irrestrita solidariedade à Revolução Cubana.

Os grevistas em assembléia deram conhecimento de sua decisão através de um telegrama enviado no dia 25 último à Comissão Fluminense Contra a Intervenção em Cuba que se instalou nessa cidade, em ato público realizado no dia 26. Eis o texto do telegrama: «Nós, ferroviários da Leopoldina em assembléia da greve, vimos nesta hora em que se instala a Comissão Fluminense Contra a Intervenção em Cuba, hipotecar nossa irrestrita solidariedade ao ato, conscientes de que o problema cubano é idêntico à luta dos patriotas brasileiros.»

NR em Rio Branco

Colonos e agricultores de Taiano criaram sua Associação

BOA VISTA (Território do Rio Branco) — janeiro (do Correspondente) — No dia 15 último, na Colônia «Coronel Mota», região de Taiano, os colonos e agricultores, reunidos em assembléia geral, após debaterem os problemas da região e as suas reivindicações mais importantes resolveram criar a Associação dos Colonos e Agricultores da Região de Taiano e aprovar um programa de luta.

Taiano é uma rica e fértil região situada a 100 quilômetros desta cidade. Com a criação da Colônia e as promessas de assistência e ajuda feitas pelo Governo, numerosos agricultores, inclusive japoneses, acorreram aquela localidade. Durante o inverno, que vai de abril a setembro, esta região fica completamente isolada das cheias dos rios Murupu e Cauamé, o que ocasiona a perda de produtos por falta de possibilidade de escoamento.

Devido ao não cumprimento do programa e das promessas do Governo, principalmente a construção de pontes sobre os rios Murupu e Cauamé, prometida por todos os políticos durante as campanhas eleitorais, bem como à falta de assistência técnica, médica e escolar, esta colônia, que começara tão bem, está se desagregando. Suas terras são abandonadas por numerosos agricultores que vão buscar, noutras regiões ou na Capital, meios de vida menos penosos.

Ante a imperiosa necessidade de impedir o despovoamento e a conseqüente queda da produção, os colonos e agricultores de Taiano resolveram tomar em suas mãos a solução de seus problemas, organizando a Associação. Na Assembléia acima mencionada, ficou resolvido o envio de uma delegação composta do presidente e mais doze associados para recla-

Programa

É o seguinte o programa de luta dos colonos e agricultores da região de Taiano:

- 1 — Assistência e orientação técnica permanentes, por intermédio de agrônomos técnicos especializados;
- 2 — Construção de armazéns apropriados para depósitos dos produtos e instalação de máquinas beneficiadoras de cereais, engenhos, etc.;
- 3 — Construção das pontes sobre os rios Murupu e Cauamé, e conservação da estrada Boa Vista-Taiano;
- 4 — Mecanização da lavoura com tratores, máquinas, viaturas e utensílios necessários às atividades agrícolas;
- 5 — Fornecimento de sementes, gados e animais de criação, selecionados e de primeira qualidade;
- 6 — Fornecimento de adubos químicos, inseticidas e produtos veterinários;
- 7 — Construção de um grupo escolar e outros prédios indispensáveis e de interesse dos colonos e agricultores;
- 8 — Saneamento da colônia para combater os surtos de doenças que continuamente atacam a população;
- 9 — Gestionar ante os órgãos da administração territorial e federal, bancos e outras instituições, verbas e recursos para obras e empreendimentos de interesse dos colonos e agricultores.
- 10 — Bolsas de estudos para os filhos dos colonos e agricultores para se especializarem em escolas e centros agrônomicos e profissionais relacionadas com as atividades agrícolas e educacionais;
- 11 — Participação de representantes dos colonos e agricultores nas convenções, conferências e congressos dos camponeses e lavradores realizados em outras unidades da Federação, mediante a ajuda do governo territorial.

Diretori

A primeira diretoria da Associação está assim constituída:
Presidente: José Ursolino da Silva; Vice-Presidente: Antônio Maximiano Pereira; 1.º Secretário: Antônio Pereira da Silva; 2.º Secretário: Edson Miki; 1.º Tesoureiro: Lardilina Maria da Silva; 2.º Tesoureiro: Antônio Patrício Cordeiro. — Conselho Fiscal: — Presidente: Vicente Cordeiro da Silva, Membros: Antônio Coelho de Lucena e Itsumo Doemo.



«Dedo de Deus» Paulista foi conquista.

O Pico «Dedo de Deus Paulista» (foto), imponente massa granítica com 1.333 metros de altitude sobre o mar, marco simbólico central do Parque Florestal da Serra dos Itatins, que abrange os municípios de

Pedro de Toledo, Itariri, Miracatu e Iguape, no litoral sul de São Paulo, acaba de ser escalado por um grupo de alpinistas do Centro de Excursionistas «Itatins» de Pedro de Toledo.

Coluna do Lektor

Congresso

AURÉLIO LAGUNA (Guana- bara) — Recebemos o seu artigo sobre o Congresso dos comunistas. Por inoportuno (há muito deixou de circular a Tribuna de Debate) deixamos de publicá-lo. Obrigado.

Isaac Neto

J. FERREIRA (Goianãia) — Realmente nada recebemos daí sobre a morte de A. Isaac Neto. Isso, no entanto, não justifica o nosso silêncio. Agradecemos a sua crítica e a sua colaboração. Na 5.ª página do 2.º caderno, o amigo encontrará uma nota a respeito.

Alto lá, seu Jotacá

Do leitor Waldetrudes Lima, metalúrgico, recebemos os versos abaixo, escrito em resposta ao discurso de JK, pronunciado no dia 31 de dezembro último:

Alto lá
Seu Jotacá
Tio Sam não lhe ajudou
Sua OPA fracassou
Não adianta chorar
Na COFAP o sr. trocou
Ururuby pelo Romano
E o barco da carestia
Navegou a todo pano
Agora tome cuidado
Veja o que vai arrumar
Contra Cuba
Nós não vamos atirar

NOVOS RUMOS

Diretor	Mário Alves
Diretor Executivo	Orlando Bomfim Júnior
Redator Chefe	Fragmton Borges
Secretário	Luiz Fernando Cardoso
Gerente	Guttemberg Cavalcanti
Redatores	Renato Arena, Paulo Motta Lima, Nilson Azevedo, Fausto Cupertino, Rui Facó, Solon Pereira Neto
Redação:	Av. Rio Branco, 257, 17º andar, S/1712 — Tel: 42-7344
Gerência:	Av. Rio Branco, 257, 9º andar S/905
SCURSAL DE S. PAULO	Rua 15 de Novembro, 228, 8º andar — S/827 — Tel: 37-52 64
Fôndeco telegráfico	«NOVOS RUMOS» ASSINATURAS
Anual	Cr\$ 500,00
Semestral	250,00
Trimestral	130,00
Acresc. anual, mais	200,00
Acresc. semestral, mais	100,00
Acresc. trimestral, mais	50,00
Número avulso	10,00
Número atrasado	16,00

Notas Sobre Livros

Em 1937, o grande escritor alemão Thomas Mann publicou um pequeno volume sob o título Advertência à Europa...

É muito fácil cobrir de apólos desdenhosos o poeta que desce à arena política. No fundo, é sempre o interesse que fala assim...

Em nosso tempo, a torre de marfim é apenas uma tolice, e é quase impossível furtar-se a alguém a compreendê-lo.

A democracia se realiza efetivamente em cada um de nós, visto que a política se tornou um negócio de toda a gente...

Não se pode negar que a ordem política e social faz parte da totalidade humana. É apenas um aspecto do problema humano...

Falando da gravidade mortal que em nossos dias envolve a questão política, eu quis dizer que se trata, para todo homem e em particular para o poeta...

Perfundar-me talvez o que entendo por espírito e por interesse. Muito simples: o espiritual, considerado sob o ângulo político e social...



Novos Livros Brasileiros Sobre a Língua Portuguesa

ZDENEK HAMPEJS

Otimamente foram publicados, no Brasil, vários livros, cuja consulta é indispensável para todos os que queiram aperfeiçoar os seus conhecimentos da língua portuguesa...

O primeiro é O Idioma Nacional, livro já clássico do prof. Antenor Nascentes e uma das melhores obras com a qual enriqueceu a literatura filológica do Brasil...

Problema da Regência. Num prefácio teórico explica o A. o que é a regência, e censura os gramáticos que consideram errados um desvio da regência arcaica...

Para aqueles que queiram aprofundar os seus conhecimentos lingüísticos, é interessante também a leitura de dois livros do prof. A. da Gama Kury...

Pequena Gramática, do prof. Kury (Ed. Agir, Rio) teve uma excepcional repercussão no Brasil e atingiu a tiragem de mais de 50.000 exemplares...

50.000 exemplares. Quem tiver lido esta obra, não ficará admirado do seu êxito. Ela merece a atenção do público, pelo menos, por ser uma das poucas gramáticas brasileiras isentas do purismo...

O outro livro, que o prof. Kury publicou (na mesma Editora), chama-se Português básico. Não se trata de um "Básico Português", como o título poderia sugerir...

rice e habilidade de sistematizar a matéria caracterizam esta obra, bem pensada e baseada numa longa experiência pedagógica.

A 11.ª edição, revista e ampliada, que atingiu a Moderna Gramática Expositiva da Língua Portuguesa, de Artur de Almeida Torres (Editora Fundo de Cultura), é uma prova dos serviços que presta aos estudantes de português e a quem se interessa pela sua língua...

A repercussão da qual estão gozando todos estes livros é um testemunho do crescente interesse que revelam, no Brasil, não só os alunos de escolas de diversos graus, mas também o público, pelas questões da sua língua nacional.

CONFERÊNCIA DO PADRE CAVALCANTI PUBLICADA EM MOSCOU

A revista "Questões de Filosofia", que é editada, em Moscou, pelo Instituto de Filosofia da Academia de Ciências da URSS, publicou em seu n. 8, do ano passado, a conferência do padre Humberto Cavalcanti sobre o "Sentido Eterno do Marxismo"...

Conforme recordarão os leitores, esta conferência foi proferida, em 1959, pelo padre Cavalcanti, na Faculdade de Filosofia da Universidade de Alagoas, tendo alcançado grande repercussão, em especial nos meios católicos.

A revista "Questões de Filosofia" é a mais categorizada publicação periódica da filosofia soviética. Ao reproduzir a conferência do sacerdote brasileiro, precedeu-a de longa nota em que, após acentuar o caráter reacionário da política do Vaticano, se refere ao fato de que o marxismo exerce atração evidente inclusive nos meios católicos, sem excluir o clero...

"Cavalcanti — afirma a revista —, como se convencerá o leitor, aborda o marxismo sem preconceitos e se esforça para compreender o seu sentido e significação histórica. Nisto consiste a diferença de princípios da sua conferência com relação às incessantes tentativas de ideólogos católicos para conciliar o marxismo com a religião, com o fim evidente de deformá-lo e utilizar a sua popularidade entre as massas trabalhadoras para sua própria demagogia social."

A nota da revista acentua o reconhecimento do caráter humanista do marxismo pelo conferencista e o seu apelo ao intercâmbio desapassionado de opiniões entre cristãos e marxistas, bem como a luta comum entre católicos e comunistas pela coexistência pacífica entre os povos, contra a injustiça social e por um futuro feliz para a humanidade.

A revista observa que o padre Cavalcanti, não sendo marxista, comete uma série de imprecisões ao expor o pensamento de Marx, no que se refere à definição de forças produtivas, de superestrutura, e, em especial, quando se trata do ateísmo militante, que é inerente ao marxismo e que o sacerdote refuta de um ponto de vista místico.

A nota da revista soviética se encerra com a seguinte afirmação: "A conferência de Humberto Cavalcanti é um apaixonado protesto contra o regime social, que

condena as massas à fome e à miséria, ao sofrimento e à ignorância. Certas afirmações inexas e ilusões, que ele ainda manifesta, amplamente se compensam pela sincera aspiração de lutar pela realização do "reino dos céus", da justiça social, não no mundo do além e após uma segunda vinda do Cristo, mas aqui, na terra, e em nosso tempo. A circunstância de que o protesto contra a injustiça social, em considerável parte da população no mundo capitalista, ainda se encarna numa forma religiosa arcaica, semelhante aos movimentos antediais da Idade Média, não pode e não deve constituir obstáculo para a luta conjunta com os comunistas, pela paz, a democracia e o socialismo. Não resta dúvida de que intervenções, como a conferência de Cavalcanti, ainda são singulares, mas, ao mesmo tempo, não deixam de ser, no mais alto grau, simbólicas, constituindo um signo sui generis dos tempos."

Solidariedade

ao jornalista Paulo de Castro

Escritores e jornalistas cariocas vão manifestar publicamente de forma coletiva, seu repúdio e sua condenação à negativa da Embaixada de Portugal de conceder passaporte ao jornalista Paulo de Castro para viajar com destino à Alemanha Ocidental e ao Egito.

Como se sabe, Paulo de Castro foi convidado a visitar aqueles dois países pelos seus respectivos governos, tendo assim a sua visita um caráter oficial. Além disso, o Governo de Salazar mantém relações diplomáticas tanto com a República Federal Alemã como com a RAU. Desta forma, a recusa de concessão do passaporte ao jornalista Paulo de Castro se reveste de um caráter arbitrário, revelador do ódio com que a ditadura salazarista persegue os que combatem pela democracia em Portugal.

Solidarizamo-nos com o jornalista Paulo de Castro.

Todos os interessados em assinar o manifesto dos escritores e jornalistas podem fazê-lo na Livraria São José e na Redação da Revista Leitura.



Leonardo de Alencar na Belas Artes

No salão interno da Escola Nacional de Belas Artes, desde o dia 1.º, abriu-se a exposição de pinturas e desenhos do jovem artista plástico sergipano, Leonardo de Alencar. A mostra, a primeira de Leonardo no Rio, apresenta seus trabalhos mais recentes e uma seleção de outros apresentados anteriormente em exposições realizadas em Sergipe e na Bahia. O artista, que mereceu uma bolsa de estudos da Biblioteca Pública da Bahia, realizou já diversos trabalhos como cenógrafo do grupo Teatro dos Amadores de Sergipe e ilustrou o livro "Anum Branco e outros contos" a ser editado brevemente pela Editorial Vitória. Na foto, detalhe de trabalho de Leonardo de Alencar.

lta, que mereceu uma bolsa de estudos da Biblioteca Pública da Bahia, realizou já diversos trabalhos como cenógrafo do grupo Teatro dos Amadores de Sergipe e ilustrou o livro "Anum Branco e outros contos" a ser editado brevemente pela Editorial Vitória. Na foto, detalhe de trabalho de Leonardo de Alencar.

CURSO DE ANTROPOLOGIA CULTURAL

O Instituto de Ciências Sociais, em convênio com o Museu Nacional, fará realizar este ano um Curso de Especialização em Antropologia Cultural, com a duração de 12 meses, divididos em três períodos de quatro meses.

Os candidatos à inscrição deverão ser pós-graduados (Bacharéis ou Licenciados) das Seções das Faculdades de Filosofia ou Escolas de Sociologia e Política, em cujo currículo tenha sido ministrada uma disciplina antropológica ou sociológica. Os candidatos não deverão ter mais de 35 anos de idade, nem poderão ter mais de 5 anos de formados, salvo em casos excepcionais, quando o candidato já estiver trabalhando no

Campo da Antropologia Cultural, numa instituição científica, e que por esta seja recomendado ao Curso.

Para inscrição o candidato deverá apresentar documento de conclusão de curso e uma carta dirigida ao presidente do Instituto de Ciências Sociais na qual exponha as razões pelas quais deseja fazer o Curso e se comprometa com o Coordenador do Curso a dedicar-se exclusivamente e poder viajar para a pesquisa. As inscrições serão feitas no período de 1 a 17 de fevereiro próximo, na sede do Instituto, à avenida Almirante Barroso, 72, 11.º andar, no qual serão prestadas quaisquer outras informações.

E' CARNAVAL

Não se deve brincar com os folguedos populares, ou melhor, devemos respeitar sempre os divertimentos do povo. Acho que foi Monteiro que disse isso, mas não sou mulher de citar autores para defender teses. Se ele disse, muito bem, se não disse digo eu, porque assim penso e sinto.

Ora, nosso Carnaval carioca, a festa maior de nosso povo, aquela na qual todo mundo "veste uma fantasia de malandro e sai por aí", a única que de tão contagiante até parece esquecer os preconceitos raciais e os ódios de classe, é sempre vítima das porfarias políticas, das atitudes "regeneradoras" dos governantes. Querem um exemplo? Carlos Lacerda declarou que este ano, no Municipal, as vedetes não podem comparecer. Como isso é engraçado. Nessas vedetes, afinal, estão na casa delas, na terra delas, no país em que nasceram, onde trabalham e muitas são capazes até de pagar imposto sobre a renda. Não são "dignas" de ir ao Municipal? Por que? Mandam então buscar vedetes estrangeiras, mulheres sem nenhuma moral, sem compostura (vezes se lembrem daquela artista americana apelidada "o busto" que exibiu-o totalmente no Municipal?) sem nada além do título dado por Hollywood e que vem para o Brasil não como turistas, mas pagas com o dinheiro de nosso povo, gastar o dinheiro do nosso povo. Essa, não! Aliás o fato é muito triste, porque algumas dessas vedetes devem ter votado em Carlos Lacerda; agora que se aguentem.

Querem "moralizar" o Carnaval carioca? É uma dessas tolices que ninguém compreende. Licenciosidade sempre houve no Carnaval e como ele acontece em fevereiro ou março, meses de calor abafante, sempre houve mulheres e mesmo homens que se fantasiavam de pouca roupa, que ostentam fantasias mínimas. É proibido isto, e proibido aquilo, também é fato corriqueiro nos carnavais, há sempre moralistas pregando umas regras pessoais interessantes, jamais cumpridas. A situação social e tal que a gente nunca sabe quando uma pessoa é de bem ou mau comportamento. Isso antes, durante e depois do carnaval. Vê-se cada coisa.

As proibições do governo atual contra o Carnaval já começaram. Aliás, antes do Carnaval começaram muitas coisas tristes, como por exemplo, serem mandados bombados do Rio para sufocar a greve dos bombeiros de S. Paulo. Onde já se viu isso? Onde já se viu obrigar uma corporação a traír seus irmãos?

Mas o carnaval está aí, minha gente, é a nossa festa, a festa máxima de nosso povo. Não permitamos, de modo nenhum que proibições bestas impeçam nosso divertimento maior. Já basta o que está acontecendo: certas escolas de Samba, como Portela, tomarem atitudes políticas, aparecerem declarando que foram o grande estio da eleição de Lacerda.

Uma coisa eu sei: com ou sem Monteiro, ninguém deve mexer com as festas do povo. Respeita-las. Ajuda-las, isso, sim.



Dois Poetas e um Navio

DALCIDIO JURANDIR

Leio as notícias, abro "Os Lusíadas":

"Cessem do sábio Grego e do Troiano As navegações grandes que fizeram Cale-se de Alexandre e de Trajano A fama das vitórias que tiveram: A quem canto o peito ilustre lusitano, A quem Neptuno e Marte obedeceram. Cesse tudo o que a Musa antiga canta, Que outro valor mais alto se alevanta."

O navio atravessa menos o oceano que o mar tormentoso. Três seculos de caravela e descobrimentos o saudam. Lá se vai o grande navio, de volta das conquistas marítimas, para descobrir Portugal. Cabe agora aos marinheiros portugueses reconquistar seu país:

"Vereis amor da patria, não movido de prêmio vil, mas alto e quase eterno."

De repente, Portugal se liberta da apogada e vil tristeza, do medo e do silêncio, e, belo navio, irrompe no oceano, lugar do Gama e do poeta, e seguimos a grande viagem, ouvindo:

"Podeis-vos embarcar, que tendes vento E mar tranquilo, para a pátria lamada."

E Galvão há de pensar, a bordo:

"Fazei, Senhor, que nunca os Admirados Alemães, Galos, Itálos e Ingleses Possam dizer que são para mandados. Mais que para mandar, os [portugueses]"

A rota é mais no coração de Portugal que no oceano, portugueses. Sim, portugueses de Lisboa e do Minho, do Alentejo e da Beira:

"Olhai que ledos vão por várias vias Quais rompentos leões e bravos touros Dando os corpos a fomes e vigias A ferro, a fogo, a setas e pelouros A quentes regiões e plagas frias?"

E o grande navio solta o apêlo

"Favorecei-os logo, e agraça-os" Até que

"assi foram cortando o mar, sereno, com vento sempre mau e nunca tirado.

Até que houvessem vista do terreno em que nasceram, sempre desejado. Entraram pela foz do Tejo ameno."

E' o que o mundo está pedindo, rezando, clamando: entrar no Tejo que é do navio e não de Salazar. Então, as maremas do Tejo, já não será possível repetir os versos de Pessoa:

"O que e feito dos propósitos perdidos, Te dos sonhos impossíveis? E por que e que há propósitos mortos no mar, em meio a um rio?"

Malgrado Fernando Pessoa, Leio também, neste minuto, as tuas Odes e não sonhaste a desta viagem, ou bem vias nesta nau!

"Toda a vida marítima! Tudo na vida [marítima]"

Não é um navio abstrato, poeta, é um moderno, a óleo, com setenta marinheiros do velho mar das Tormentas!

"Todo o navio diante visto agora e um navio no passado visto próximo" e vest!

"Todos os marinheiros invisíveis a [bordo dos navios no horizonte São os marinheiros visíveis do tempo, [dos velhos navios, da época lenta e veloz das [navegações perigosas, da época de madeira e lona das [viagens que duravam meses]"

E lá se vai o vosso navio, Camões e Pessoa, o vosso navio de Portugal, "toma-me pouco e pouco o delírio das coisas marítimas". Do tambalão, poetas, podem olhar vossa terra e a isso povo e ver o pequeno ditador como um rato no escuro do seu poder, e ver as grandes mas de quem destruídas as velas e lear a vela bandeira, aquela, que está, neste minuto, sobre o oceano, a vossa, a nossa, bandeira do "Santa Maria".

QUASE PRONTA A CONSTITUIÇÃO DA GUANABARA:

Light e Escola Pública no Centro da Luta

Dois meses depois de instalada, a Assembleia Constituinte da Guanabara entra numa fase decisiva de seus trabalhos. Está praticamente aprovado, pela grande Comissão de Constituição, o projeto de Constituição, que deverá ser discutido e aprovado pelo Plenário da Assembleia, nos próximos dias. Travar-se-á, então, a mais dura batalha da Constituinte, que exigirá uma ativa participação da opinião pública e, especialmente, dos trabalhadores cariocas, para defender e ampliar as conquistas de caráter nacionalista e democrático obtidas no plano da Comissão elaboradora do projeto.

Já no plano da Comissão, composta de 20 constituintes, ficou evidenciada a disposição da bancada lacerdista de impedir a todo custo a aprovação de qualquer dispositivo que beneficie os trabalhadores e o povo, ou que contrarie os interesses dos grandes grupos econômicos, particularmente da Light. Os constituintes Alomar Baleeiro, Sandra Cavalcanti, Gladston Chaves de Melo e Hugo Ramos Filho formaram na Comissão um sólido grupo de choque, que da reação, vigilante e exaltado, que não mediu esforços para combater a ação dos constituintes nacionalistas e democráticos, representados ali pelos deputados Hércules Correia, Roland Corbier e Gerson Bergher.

Vitórias parciais

Apesar da ação da bancada lacerdista, diversos dispositivos benéficos ao povo foram incluídos no projeto aprovado pela Comissão de Constituição. A existência, na Comissão, de um certo número de deputados que não rezam pela cartilha de Lacerda, ou que têm opiniões "queixas" de Lacerda, possibilitou a quebra em diversas oportunidades da maioria automática montada pelo governo e a aprovação de dispositivos defendidos pelos constituintes nacionalistas e democráticos.

Numa das questões mais importantes discutidas pelos constituintes, a organização administrativa do Estado, por exemplo, foi conseguida uma vi-

tória parcial pelos representantes populares. A Comissão devia decidir entre a divisão do Estado em diversos municípios, solução apresentada pelos constituintes democráticos, e a solução do "município único", apresentada pela bancada governamental, por ser a que mais favorece as pretensões ditatoriais de Lacerda.

Depois de um debate acirrado, a Comissão resolveu que a questão deveria ser decidida por um plebiscito, o que preserva a vontade popular. A solução, entretanto, está prejudicada por uma proposta da constituinte lacerdista Sandra Cavalcanti, que fixa para 1965 a realização do plebiscito, para que Lacerda passe todo o seu período de governo como "dono" de todo o Estado. Quando a questão for debatida no Plenário, os nacionalistas e democráticos se baterão para que seja aprovada a proposta do deputado Roland Corbier, que marca para abril de 1962 a decisão das urnas.

Também no problema da educação foram alcançadas algumas vitórias importantes. Embora não tenha sido aprovada a proposta dos constituintes populares de que seja exigida do governo do Estado a aplicação de 20% de sua receita na construção e manutenção do ensino público, como estabelece a Constituição Federal, em outros pontos o bloco lacerdista foi derrotado. Assim, por exemplo, ficou consignada a obrigatoriedade e gratuidade da matrícula das crianças de 6 a 14 anos em escolas primárias públicas, bem como essa mesma garantia em classes especiais para os que excederem a idade permitida para cada classe. Tal dispositivo representa um progresso em relação à própria Constituição Federal, onde o ensino primário é obrigatório, mas esta obrigação não implica especificamente na responsabilidade do Estado.

Por outro lado, 15% da quantia destinada à educação (22% da receita) serão aplicados, segundo o projeto aprovado, no "Fundo Especial de Educação", para o fim exclusivo de construção de escolas públicas de ni-

vel médio e primário. Relacionado com o orçamento de 61, para se ter uma ideia do alcance dessa vitória democrática, este dispositivo constitucional representará a aplicação de cerca de um bilhão de cruzeiros na construção de escolas para o povo.

A atuação dos constituintes populares, ajudada por uma pressão direta que foi exercida sobre a Comissão pelas diversas entidades estudantis do Estado, permitiu ainda a aprovação do princípio de que as vagas para professores primários no ensino público sejam preenchidas exclusivamente pelas normalistas formadas nas escolas do Estado, o que retira aos comerciantes do ensino uma importante fonte de especulação e de influência política. Não é por acaso que, com ampla cobertura da imprensa "sadia", a bancada lacerdista se articulou para lançar uma fúria contra-ofensiva nesse questão, quando ela foi debatida pelo Plenário.

Medidas contra a Light

O capítulo da "Orçã econômica", que a Comissão procurou centralizar na preocupação de favorecer a industrialização do Estado, deu lugar a uma série de derrotas dos nacionalistas. Todas as medidas apresentadas por eles, no sentido de controlar e fiscalizar o capital estrangeiro, e prestigiar os investimentos nacionais, foram derrotadas pela maioria lacerdista.

A mesma eficiência do entreguismo lacerdista foi demonstrada na parte referente aos serviços públicos, que trata dos problemas com a Light. O dispositivo de Lacerda conseguiram impedir que os serviços públicos essenciais ficassem nas mãos do Estado, e que fossem gradualmente para as mãos destes os serviços atualmente entregues ao povo canadense. Não obstante, graças particularmente à atuação do deputado Hércules Correia, a ação lacerdista foi insuficiente para dar vitória à Light em alguns pontos muito importantes: o projeto da Comissão determina a criação de

uma Comissão de Fiscalização dos Serviços Públicos, composta inclusive por representantes dos trabalhadores, e obrigada a publicar seus trabalhos, ficou firmado o princípio de que só será concedido aumento de tarifas às empresas concessionárias depois de feito o seu tombamento físico e contábil; e o Estado fica proibido, pelo projeto, de entregar a energia elétrica produzida por ele para que a Light distribua, o mesmo ocorrendo com os sistemas de telecomunicações que venham a ser montados pelo Estado, que não poderão ser explorados pela Light.

Outras vitórias lacerdistas: a derrota da proposta de que o imposto de vendas e consignações fosse congelado ao nível de 4%; a rejeição da proposta de que o Estado ficasse obrigado a desapropriar os terrenos em que estejam localizadas favelas, toda vez os favelados estiverem ameaçados de despejo; tampouco foi determinada a obrigação, para o governo, de ajudar os favelados na melhoria e reconstrução de seus barracos, segundo propuseram os deputados progressistas.

Em compensação, foram adotadas medidas, contra a vontade dos lacerdistas, determinando uma escala progressiva na cobrança do imposto territorial — visando combater a especulação imobiliária —, consignando 3% da receita do Estado para obras de saneamento e urbanização das favelas (20% dessa quantia serão destinados a desapropriação dos terrenos das favelas), reconhecendo o direito dos favelados a se organizarem, bem como beneficiando os pequenos produtores agrícolas com certas isenções de impostos.

Essas serão algumas das conquistas que os deputados nacionalistas e populares procuraram manter e, se possível, aprofundar, nos próximos debates do Plenário da Constituinte. O sucesso de sua luta, sem dúvida, dependerá muito do apoio que receberem dos trabalhadores e do povo, e de todas as forças nacionalistas e democráticas.

O Que é o Governo do sr. Carlos Lacerda

ORESTES TIMCAUVA RODRIGUES

A característica principal do governo do sr. Carlos Lacerda é o sentido reacionário, policlaico, demagogico e provocador que marca inequivocamente a conduta política do primeiro governador eleito do Estado da Guanabara. Em seu discurso de posse, já deixava bem claras suas intenções ao concentrar-se no anticomunismo sistemático e nas ameaças indiscriminadas aos seus não poucos adversários políticos. A seguir, apoiado numa escassa maioria de deputados constituintes, desencadeou tremenda agitação contra a lei que criou o Estado da Guanabara, tentando dessa forma desfechar seu primeiro golpe contra a legalidade democrática. Para dar maior ênfase a seus propósitos subversivos, fez acompanhar tal agitação de ações terroristas de bandos organizados contra a Câmara dos Vereadores. Diante da atitude firme de repulsa da opinião pública, recuou dessa sua primeira investida aguardando momentos mais propícios para saltar na cidade seus bandos terroristas. E' um erro pensar que esses atos do mais puro estilo fascista serão limitados apenas à Câmara de Vereadores. Se não forem energeticamente desmascarados e repellidos se estenderão contra jornais, sedes de organizações políticas, de sindicatos e organizações populares até mesmo contra as pessoas físicas dos que se recusarem a rezar pela cartilha do governo.

No tocante aos problemas da cidade, que se continuam agravando cada vez mais, o governador Carlos Lacerda limita-se a uma ruidosa agitação demagógica, de autopropaganda. Quando alguma medida concreta toma, esta é invariablymente de caráter policial. Na questão dos acidentes do trânsito, determinando fundamentalmente pelo congestionamento das precárias vias de acesso, o governador aplicou medidas de polícia contra os motoristas profissionais. Para reprimir a onta de crimes que assola a cidade, cria oficialmente o "pelotão da morte" sob o comando de Perpétuo e Bore aos quais entregou, também, a "olho-de-boia" do problema dos sequeiros, mil trabalhadores que tocam nas favelas. Como já que planejamos, inclusive, estabelecer o regime de salteco-olho-de-boia pela polícia aos moradores das favelas. Para combater os surtos epidêmicos de febre tifóide, de varíola, alastrim, poliomielite e outras que ameaçam permanentemente a vida da população carioca, devido à falta de esgotos e outras obras de saneamento, o governador tentou a polícia desistir as hortas dos lavradores de Jacarepaguá. A intervenção na Companhia Telefônica, feita com grande espalhafato ainda não deu, ao que se saiba, nenhum resultado concreto. Em compensação, o governador baixou ordens para que a polícia atue com mais rigor no fornecimento de residências aos que demonstram possuir verdadeira paciência vegetal, ainda se inscrevem na fila de telefones. As dificuldades existentes nos hospitais, determinadas pela escassez de verbas, o governador enfrenta com medidas de polícia contra os funcionários, inclusive médicos, que são revistados à saída do trabalho. Em suma, excluindo-se as medidas de polícia e o exibicionismo demagógico, não se tem notícia de outra coisa feita pelo governador em face dos gravíssimos problemas que afligem o povo carioca.

Quanto à sua composição, não se pode nem crer que o governo do sr. Carlos Lacerda seja da U.D.N., dado que os dirigentes unionistas locais dele não participam diretamente. E' um governo de representantes da Light, como o sr. Almeida Magalhães, de representantes dos vendedores de buginganas e roupas feitas, como o secretário de Agricultura, José Cândido Moreira e Souza, que usa largamente a polícia contra seus concorrentes, os pequenos vendedores, principalmente os ambulantes. O enojo está em que a um representante dos tubarões das escolas particulares, o sr. Flex Ribeiro, que tem todas as razões para diligenciar a liquidação da escola pública. Governo de grupos econômicos, concluiu-se com os grandes tubarões em detrimento das finanças do Estado. Por isso, até hoje não promoveu a execução da sentença judicial que condenou os exortadores de café ao pagamento de seis bilhões de cruzeiros de impostos sonegados. Em vez de executar, deles recebe "doações filantrópicas", através do Clube Monte Líbano. E' bem mais cômodo para quem deve seis bilhões aos cofres do Estado acertar-se com o governo, doando-lhe um milhão. Esse é o governo do sr. Carlos Lacerda. Dêe fazem parte algumas pessoas honestas e bem intencionadas mas que, por isso mesmo, já se encontram em choque com o governador e sua política.

Na verdade, o sr. Carlos Lacerda não se preocupa seriamente em governar, em orientar a vida do Estado. Sua preocupação principal é transformar o Estado da Guanabara em baluarte da reação policlaico-fascista, que lhe sirva de base inclusive para pressionar o Governo Federal no sentido de empurrá-lo para a ditadura terrorista, verdadeiro objetivo perseguido pelos imperialistas norte-americanos e seus agentes em nosso país.

Os desejos e as maquinações do sr. Carlos Lacerda chocam-se, no entanto, com a resistência da esmagadora maioria da opinião pública. Eleito por apenas um terço do eleitorado e graças tão somente à cegueira política dos dirigentes das forças democráticas e populares que se deixaram dividir e subdividir, o sr. Carlos Lacerda não conta com base política e popular para apoiar seus planos sinistros. Suas primeiras investidas contra a legalidade democrática foram respondidas com o manifesto assinado por todos os dirigentes das forças democráticas e populares, pelos dirigentes dos sindicatos de trabalhadores e das organizações estudantis. Esse manifesto foi o primeiro passo para a unidade de todas as forças populares e democráticas do Estado que compreenderam, à base da própria experiência o erro que cometeram deixando-se dividir. No momento essas forças lutam pelo respeito à legalidade e às liberdades democráticas no Estado, pela conquista de uma Constituição democrática, contra os maneios da pequena maioria lacerdista na Assembleia Constituinte que quer impor ao povo um chamado "Código Geral", que deixa ao arbítrio do lacerdismo a legislação no Estado. Ao aproximarem-se as eleições de 1962, em que o Estado da Guanabara elegerá dois senadores e dezesseis deputados federais, além dos deputados estaduais — segundo estabelece a lei — as forças e correntes democráticas e populares marcham para unirem-se, em ampla coligação eleitoral, visando vencer as eleições em toda a linha. Nessa unidade reside a chave da vitória e a derrota inevitável de Lacerda e suas manobras fascistas e policlaicas.

Os comunistas do Estado da Guanabara, que tudo fizeram para unir as forças democráticas e evitar a vitória de Lacerda, estão na primeira linha em defesa da legalidade democrática e dão o melhor de seus esforços à luta pela unidade concreta das forças e elementos capazes de se oporem, por pouco que seja, ao lacerdismo reacionário e fascista.

INSTALADA A COMISSÃO FLUMINENSE CONTRA A INTERVENÇÃO EM CUBA

Vigorosa Manifestação de Solidariedade a Cuba

Com uma assistência que superou o Teatro Municipal realizou-se em Niterói, na noite de 26 de janeiro, a instalação da Comissão Fluminense Contra a Intervenção em Cuba.

O ato foi presidido pelo Vice-Governador, Sr. Celso Pecanha, participando ainda da mesa o Presidente da Assembleia Legislativa, Sr. Alvaro Fernandes, deputados estaduais Zulmar Batista, José Maria Ribeiro, Aristóteles Miranda e Geraldo Reis, vereadores Waldomiro Cruz, de Niterói, Os-

valdo Carmine, de Barra Mansa, e Roberto Martins, de Silva Jardim, maior Emanuel Nicol, Sr. Plínio Barreiras, presidente do Movimento Nacionalista Fluminense, inúmeros dirigentes sindicais da Capital e das principais cidades, jornalistas Pedro Motta Lima e Bruno Martino, ex-deputados federais Francisco Gomes e Claudino José da Silva, o representante do Secretário de Comunicações e Transportes do Estado, deputado federal Paiva Muniz, dirigentes estudantis e de as-

sociações populares. Representavam a Comissão Nacional Contra a Intervenção em Cuba o Major Napoleão Bezerra e a Sra. Nieta Campos da Paz.

ORADORES

Falaram contra a ameaça de intervenção militar e exaltando os êxitos da Revolução Cubana o deputado Geraldo Reis, Major Napoleão Bezerra, o Presidente do Sindicato Nacional dos Tafeiros, Sebastião Luiz, que regressava de Havana, o deputado Zulmar Batista, o Presidente da Assembleia, Sr. Alvaro Fernandes, o Vice-Governador Celso Pecanha, Sr. Julio Joaquim de Oliveira, Vice-Presidente da Federação das Associações de Lavadores, o advogado Afonso Celso Monteloro, o Sr. Benedito Sales, pelos Operários Navais, o engenheiro Homero Maribondo, o Sr. Leonel Costa, pelos Trabalha-

dores em Carris, o advogado Manuel Martins, o Dr. Plínio Barreiras e outros oradores.

DIRETORIA

A Diretoria empossada compõe-se dos Srs. Vice-Governador Celso Pecanha, Presidente da Assembleia Legislativa, Alvaro Fernandes, deputados federais Vasconcelos Torres e Jonas Bahiense, deputados estaduais Adolfo de Oliveira, Barcelos Martins, Geraldo Reis, e Aristóteles Miranda, Prefeito de Niterói, Wilson de Oliveira, Gabriel Oliveira, dirigente sindical da Construção Civil, Renato Rodrigues, ferroviário, Arquimedes Marinho e Djalma Prado, marítimos, Jair Albuquerque, bancário, estudantes Carlos Mauricio de Barros, Yeda Beatriz Farias e Mário Selvas, Nilo Barroso, contador, advogados Afonso Celso, Manuel Martins e Ivan Senra.

Integral Solidariedade Aos Revolucionários do "Santa Maria"

Líderes e dirigentes sindicais, deputados, artistas, escritores, médicos e dirigentes estudantis acabam de dirigir à Nação o seguinte manifesto de apoio aos revolucionários portugueses que ocuparam o transatlântico "Santa Maria" e ao povo irmão de Portugal em sua luta contra a ditadura salazarista.

"Diante do ato de bravura do povo português, através de um dos seus autênticos líderes, o capitão Henrique Galvão, ocupando o navio "Santa Maria", impõe-se a mais restrita solidariedade dos democratas antifascistas de todo o mundo a esse punhado de bravos na porfiada luta que vêm travando para libertar o seu povo de uma das mais ignóbis, obscurantistas e sangrentas ditaduras da história humana.

É necessário que se dê aos revolucionários o tratamento a que têm direito como revolucionários onde quer que apertem; é imprescindível que não se permita a intervenção de quaisquer nações num assunto que é da alçada exclusiva do povo português; é preciso que a ditadura salazarista encontre o mais decidido repúdio nas manobras que vêm fazendo para enquadrar como pirataria um ato revolucionário de portugueses que desejam sua pátria livre da nefanda camarilha que enxovalha, humilha e saqueia o glorioso povo lusitano.

Aos revolucionários as nossas saudações coloradas, o nosso desmedido apoio e a nossa integral solidariedade."

Luiz Viegas do Mello Lima, presidente da Federação dos Bancários dos Estados da Guanabara, Est. do Rio e Est.

pirito Santo; Gilberto Azevedo, presidente da Federação dos Bancários do Norte e Nordeste e do Sindicato dos Bancários do Recife; Wilmo Trindade, secretário da Confed. Nacional dos Bancários; Nei Almeida; Osmildo Stamford, Secretário de Relações da CONTEC; José Benício de Moura, do Conselho Fiscal do IAPB; Lincoln Gomes Pereira; Roberto Ferreira, do jornal CIC; Paulo Cesar Henriques; Odílio Borges; Roberto Moreno; Raphael Marinelli, presidente da Federação Nacional dos Ferroviários; Nelson Mendonça, secretário da Federação Nacional dos Marítimos; Waldir Gomes dos Santos, do Sindicato Nacional dos Mocós; Hércules Correia dos Reis, deputado constituinte; Manoel Joaquim Barbosa; Oscar Raposo; Nelson Santos; Roland Corbier, deputado constituinte; Paulo Monteiro de Barros; Rômulo Marinho; Wilson Reis; Firmino Moura, presidente do Sindicato dos Bancários de Niterói; Antônio Pereira da Silva, secretário do Sindicato dos Bancários da Guanabara; Huberto Menezes Pinheiro, presidente da Confederação Nacional dos Bancários; Aluizio Palhano, presidente do Sindicato dos Bancários da Guanabara; Aníbal de Gouvêa, deputado estadual; Cláudio Macciera, presidente do D. A. do Sindicato dos Bancários da Guanabara; Miguel Borges; Carlos Sclar, pintor; Oduvaldo Viana, teatrólogo; Oduvaldo Viana Filho, teatrólogo; Dias Gomes, novelista; Alex Viary, crítica de cinema; Milton Pedrosa, escritor; Lintz Caire, médico; Lincoln Caire, médico; Armando Donato, médico; Armando Paiva de Lacerda, médico; Isnard Teixeira, médico; Raimundo Eirado, ex-presidente da UNE; José Matusolém Camelli, vice-presidente da UNE; Nelson Vanuzzi, vice-presidente da UNE; Herman Baeta, secretário geral da UNE; Carlos Heitor, vice-presidente da União Metropolitana dos Estudantes; José de Souza, tesoureiro da UNE; Gennison Azevedo, presidente do DCE da Universidade do Rio de Janeiro; Antônio Bahury, ex-presidente do DCE da URJ; Mário Alencar, vice-presidente do DCE da Universidade do Brasil; Lindemberg Faria, presidente em exercício da União Nacional dos Estudantes; Renan Santos, médico; Heraclides dos Santos, Sindicato dos Metalúrgicos; Aldemir de Souza, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo; Hermenegildo Aulran, sindicato do petróleo, e

Terminal da Guanabara se Pagará em um Ano

Executado inteiramente por técnicos brasileiros, empregando material procedente de fábricas instaladas no Brasil na proporção de 70 por cento, está em condições de entrar em funcionamento o terminal marítimo da Petróbrás na Baía de Guanabara. Esse terminal terá a função de receber os carregamentos de óleo cru para a refinaria de Duque de Caxias e possibilitar o escoamento da produção da mesma refinaria a ser distribuída por via marítima. Logo que a refinaria entrar em processo de operação — o que se espera ocorra dentro de dois ou três meses — o terminal começará a funcionar.

A construção do terminal da Guanabara compreendeu a adaptação da Ilha d'Água para a construção de tanques e a instalação de equipamentos para a segregação de produtos derivados de petróleo (casa de força, casa de bombas, sistema de medidores, sistema de tratamento de lastro, etc.), a edificação de um Pôsto de Atracação no canal da Baía de Guanabara e a instalação de um oleoduto entre o Pôsto de Atracação e o parque de tanques da refinaria de Duque de Caxias. A extensão do oleoduto é de 18 quilômetros, que passará a 72 se se considerarem que ele se compõe de quatro linhas de tubos com dois diâmetros diferentes.

Dos 18 quilômetros do oleoduto, nada menos de 16 são submarinos e apenas dois correm sobre a terra — os que atravessam a Ilha do Governador. Os tubos submarinos são revestidos de concreto a fim de resistir à erosão da água do mar.

Durante a construção do terminal, os problemas mais difíceis surgiram quando da implantação do Pôsto de Atracação. Situada-se no canal da baía — portanto na parte mais profunda —, grandes foram as dificuldades a vencer para assentar as pesadas bases de pedra e concreto em que repousa esse cais artificial. A escolha do local teve em vista possibilitar o acesso aos maiores petroleiros do

mundo, inclusive os gigantes de 105 mil toneladas ainda em construção na França. Não obstante, apesar de todos os obstáculos surgidos, os engenheiros brasileiros — quase todos jovens de idade em torno de 30 anos — souberam contorná-los e concluir a obra em prazo recorde, em apenas um ano.

Segundo depoimentos de técnicos da empresa estatal que se especializaram no exterior na construção de oleodutos, o terminal da Guanabara nada fica a dever ao que de mais moderno existe no mundo.

O terminal da Guanabara possibilita uma descarga de até 20 mil barris por hora de óleo bruto. Dessa maneira, mesmo os maiores petroleiros brasileiros — os da classe "Presidente", de 34 mil toneladas ou 220 mil barris — não precisarão ficar retidos na operação de descarga por mais de 12 horas. Tendo em conta que o tempo de descarga, ou de imobilização do barco, passa sensivelmente no frete, o terminal possibilitará ao país apreciável economia.

Outro aspecto importante a ser destacado, este relacionado com a vida da cidade, é o que se refere ao tratamento de lastros. Quando um pe-

treoleiro viaja sem óleo, enche os tanques de água do mar para servir-lhe de lastro. O mesmo ocorre, aliás, com outras embarcações. Chegando ao porto onde deve receber carga, o petroleiro desfaz-se da água usada como lastro, a fim de preparar os tanques para receber o carregamento útil. Sucede que como os tanques são sujos de óleo, a água aí recolhida sai contaminada, poluindo as águas do local onde são lançadas. Apesar de haver uma convenção internacional proibindo tais despejos nas proximidades dos portos, aqui no Rio de Janeiro frequentemente os moradores da Ilha do Governador, sobretudo, queixam-se da poluição das águas com petróleo, devido ao desprezo das normas internacionais pelos petroleiros da Esso e da Shell. Agora, com a instalação de um dispositivo para tratamento de lastro — que separa o óleo da água, aproveitando o primeiro e devolvendo a segunda, já pura, ao mar — tal irregularidade deixará de existir.

Para se ter uma ideia das vantagens econômicas oferecidas pelo terminal, será suficiente uma comparação com o que existe na refinaria de Cubatão. Ali, o petróleo é descarregado nas Docas de Santos e bombeado para a refinaria Presidente Bernardes. A Petrobrás paga anualmente às Docas de Santos mais de 2 bilhões de cruzeiros. Ora, o terminal da Guanabara custará cerca de dois bilhões e meio de cruzeiros. Tendo em conta que a capacidade da refinaria de Caxias é aproximadamente a mesma que a de Cubatão, verifica-se que o terminal se pagará em pouco mais de um ano. Em São Paulo, solução idêntica vem sendo torpedeada pelos concessionários das Docas de Santos — os Guinle — e outros grupos econômicos, que se apõem à construção do porto de São Sebastião, situado a cem quilômetros ao norte de Santos, também no litoral paulista e com melhores condições naturais. Assim, o terminal marítimo para atender Cubatão e a ser construído em São Sebastião, não pôde ainda sair da fase de projeto.

Sindicato de Energia

Elétrica tem novos diretores

Tamaram posse, no dia 31 último, os membros da Diretoria, Conselho Fiscal e Representantes Junto à Federação, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Energia Elétrica e da Produção do Gás do Rio de Janeiro.

A diretoria, que dirigirá aquela importante entidade sindical durante o biênio 1961/62, está assim constituída: Argemiro Rocha Junior, José de Assumpção, Paulo César Henriques, Dirorah Medeiros Campos, José Martins da Rocha, Sebastião Esteves da Silva, Jerson dos Santos.

Teatro BEATRIZ BANDEIRA

"O BÓCA DE OURO"

O Teatro Nacional de Comédia que já possui casa própria, o pequeno mas agradável teatro Machado de Assis, no local do antigo Cine Parisiense, estreou no dia 20 do mês passado a peça de Nelson Rodrigues "O Boca de Ouro". Como acontece com todas as outras, do citado autor, essa causou bastante alteração em São Paulo, tendo sido inclusive proibida pela censura, o que não deixa de ser um absurdo porquanto dentro da obra de Nelson Rodrigues "O Boca de Ouro" é, possivelmente, a sua mais sábia criação. Não há nem mesmo razão de limitação de idade pois nada há nela que não faça parte do notável polifônico de qualquer jornal, com entrada livre em todas as famílias. A ação se passa nos subúrbios e a trama se desenrola em torno da morte de um famoso bicheiro, cuja vida e feitos são relatados no repórter ávido de escândalo, por uma ex-amante do personagem. Assim, os fatos se desenrolam em segundo plano a medida que a mulher, em primeiro, os vai narrando, ao sabor das emoções do momento. E, de tal maneira é dominada pelos sentimentos, que o morto por ela evocado toma, ora o aspecto de um verdadeiro monstro, sanguinário e prepotente, ora a figura simpática de um maldito bondoso e humano. No decorrer da narrativa vão surgindo os outros personagens: a companheira atual do bicheiro, as gráficas cheias de nórdica curiosidade, farejando aventuras que as libertem, por momentos, da rotina monótona de suas vidas sem objetivo, o Lelão, marido fraco e chulo, Celeste sua mulher, ambos se transformando também — de acordo com as intuições — pelas quais passa o personagem central — de exploradores em vítimas, ou vice-versa. Sendo Nelson Rodrigues especialista em soluções inesperadas e sensacionais, a peça termina de maneira surpreendente e imprevisível: o "Boca" assassinado por uma gráfila histórica em crise de mistificação, seu cadáver exposto à curiosidade do público sobre a mesa de mármore do I.M.L., entretanto despojado de seu elemento de máxima atração — a espetacular dentadura de ouro-ouro do marginal, perdida ou roubada, na confusão dos últimos momentos. E o espectador sente a decepção daqueles incêntos moradores de subúrbio que, em longa processão, desfilam diante do herói reduzido às suas devidas proporções, defunto e desdentado.

Corpo e Alma de Portugal São a Luta do Povo Para Exterminar a Ditadura

1958, 1959 e 1960 foram anos particularmente importantes para o apressamento do processo de desagregação, que já começa a se precipitar, do regime salazarista. A farsa eleitoral montada pelo tirano foi um tiro pela culatra, o povo dela se aproveitou para manifestar maciçamente o seu repúdio à ditadura. Elegeu Humberto Delgado, candidato das oposições, obrigando o salazarismo a recorrer à fraude na contagem dos votos para dar a vitória ao candidato oficial. Somente no primeiro trimestre de 1959 mais de 70 mil trabalhadores se declararam em greve para conquistar melhores salários e de protesto contra a política de esfomeamento do povo empregado pelo governo. Registraram-se durante esses três anos a pesada recrudescimento da onda de violências, manifestações populares as mais diversas contra o regime e o ditador; nas principais cidades o povo comemorou nos ruas, em 1959 e 1960, o aniversário da República; a campanha interna pela anistia aos presos políticos cresceu; os estudantes de Lisboa, do Porto e de Coimbra protestaram contra a repressão e exigiram publicamente a libertação dos seus companheiros confinados nos cárceres espalhados pelo país.

Greves, manifestações de protesto, ações de massa contra a ditadura, descontentamento cada vez maior e se manifestar em círculos cada vez mais amplos da população, eis o corpo e alma do Portugal de hoje, diferente do que pintou um assalariado brasileiro de Salazar, que diz coisas num órgão tradicional da imprensa carioca. A situação atingiu o clímax e nada pode mais salvar o regime do fim que o espera. Agora é tudo questão de tempo, e o tempo conspira contra Salazar e sua quadilha que há mais de 30 anos se apoderaram do país e submetem o valeroso povo português à mais vil opressão e exploração.

O "Paraiso"

Falando perante a Assembleia Nacional Portuguesa em abril de 1959, o ministro da Presidência confessou que o número de mendigos cresce de tal forma no país, tanto nas grandes cidades como nas zonas rurais, que se fazia necessário adotar medidas especiais, levou-se repressão policial, para pôr fim à proliferação dessa chaga social. Eis o retrato do paraíso! A miséria cada vez maior do povo é resultado da política econômica salazarista de amparo aos monopólios nacionais e internacionais (para estes últimos éle abria as portas da metrópole e das colônias em troca de apoio militar e político que garante a sua permanência no poder).

Não obstante a forte emigração para o estrangeiro e colônias (em 1958, 54.000), o número de desempregados aumenta. A indústria atravessa crise particularmente aguda, registrando-se em 1958 uma baixa de produção da ordem de 20% somente no ramo fundamental das indústrias extrativas. Numerosas fábricas do setor têxtil e cerâmica cessaram as portas e outras foram vendidas a qualquer preço. A arte atinge também os ramos que asseguram o aumento de produção, em virtude do burocrático poder aquisitivo da população e da política de comércio exterior verdadeiramente antinacional aplicada pelo ditador.

A produção agrícola também registrou, em 1958, uma baixa da ordem de 10% em relação a 1957. A situação no campo se caracteriza pela crescente concentração da propriedade da terra em mãos de um número cada vez mais reduzido de pessoas. Hoje, 6 mil grandes proprietários possuem metade do país, enquanto perto de 1 milhão de lavradores não dispõem de um pedaço de terra. Os pequenos proprietários, por outro lado, não dispõem de auxílio governamental, são obrigados a negociar com os latifundiários.

Quando do setor da produção se reflete no comércio, fazendo diminuir as possibilidades de negócios e criando dificuldades que se agravam cada vez mais em virtude das fortes imposições gravadas pelo governo contra os comerciantes.

Contrastando com as dificuldades da indústria, da lavra e do comércio nacionais, aparece a proteção assegurada aos investidores estrangeiros. O próprio Salazar, ao apresentar, em 23 de maio de 1959, o «Plano de Fomento», advertiu a nação de que seus resultados não beneficiarão em boa parte os portugueses, mas indústrias estrangeiras... «Não assegurarei aqui trabalho, nem devem provocar a alta sensível dos salários e nem da-

ráo possibilidades de distribuição de terras irrigadas». Para a aplicação de tal plano, a ditadura retirou 1 milhão e 800 mil contos das caixas de previdência e lançou um empréstimo interno de 500 mil contos... tudo para ajudar o investimento estrangeiro no país.

Cresce a oposição

A política de espoliação do povo e a submissão aos interesses externos, além da própria natureza do regime, faz com que a oposição se amplie e atinja inclusive a setores que antes apoiavam a ditadura. Na própria cleto começa a se desenhar uma forte resistência ao governo, contra inclusive a vontade do Cardeal Patriarca de Lisboa, Cerejeira, um dos pontos de apoio de Salazar. O mesmo se manifesta em setores da indústria e do comércio nacionais, apressivos em relação à capacidade de solvência do regime.

A correlação de forças mudou, o movimento de resistência à ditadura cresceu de tal maneira que nos próprios círculos financeiros internacionais diretamente interessados na situação portuguesa cresce o descrédito quanto à política econômica de Salazar e as dúvidas quanto à estabilidade do regime.

A batalha contra o ditador já conta com o apoio da maioria do povo de Portugal e as grandes campanhas políticas realizadas em 1959 e 1960 revelam isso. Manifestos circulam em todo o país exigindo a renúncia de Salazar, grupos de democratas das mais diversas tendências divulgam manifestos exigindo retorno à legalidade democrática, a saída do ditador, pacificamente, para se evitar a guerra civil que certamente virá. A criação da Junta Nacional de Libertação, organismo ilegal onde se encontram representantes diretamente vários agrupamentos da oposição, representou um passo importante no sentido da unificação de todas as forças que lutam para derubar a ditadura. Grandes manifestações já foram realizadas pela JNL, cuja direção faz um apelo a todos os grupos que nela não estão representados no sentido de se chegar a um plano comum de ação visando a acelerar a derrocada do regime.

Calcanhar de Aquiles

Em seu maravilhoso «Missão em Portugal», o embaixador Álvaro Lins afirma que o que apavora Salazar e seus homens é o futuro das colônias portuguesas da África. Atingidas pela onda de libertação que varre todo o continente negro, as chamadas «provincias de ultramar» apresentam sinais evidentes de rebelião, aos quais não são estranhos os numerosos perseguidos políticos exilados pela ditadura. Na Guiné, na Angola, em Moçambique existem já movimentos políticos organizados que dirigem a luta contra os colonialistas, contra o regime de exploração a que são submetidos os povos nesses territórios, contra a espoliação das riquezas naturais dessas regiões.

Confessando a sua impotência para deter a luta de libertação desses povos, a ditadura negociou a participação de Portugal no OTAN, a transferência do território português em base militar agressiva dos Estados Unidos em troca da garantia fornecida por Eisenhower e pelo Departamento de Estado de sustentar o domínio salazarista sobre os territórios de ultramar contra qualquer tentativa de rebelião anti portuguesa que nesses eclodisse, assim como da promessa de que, no ONU, os Estados Unidos votariam com Portugal no problema das colônias (veja-se, como exemplo, a questão de Goa).

Entretanto, apesar das promessas e da ajuda de Eisenhower, o movimento de libertação nas colônias cresce continuamente levando o ditador, que já não confia mais nem na fidelidade extrema das Forças Armadas ao regime, a fazer apelos dramáticos e chauvinistas ao povo português visando à salvação do império colonial e, conseqüentemente, do regime.

Ao apelo salazarista de empunhar numa das mãos o arado e na outra a espada para defender as «provincias de ultramar», o povo responde com cada vez maiores manifestações de solidariedade à luta dos povos africanos.

Na Metrópole e nas colônias, a ditadura tem os seus dias contados. O movimento de oposição e a ação de massas unitárias contra a quadilha salazarista, manifesta-se cada vez mais

vigorosamente. Monarquistas, republicanos, liberais, católicos e comunistas, nas cidades e aldeias, aliam-se na batalha diária, na resistência sempre mais vigorosa à exploração e às violências. Dos cárceres da PIDE escapam patriotas, as greves se sucedem: hoje são 6 mil pescadores de Matosinhos, Póvoa de Varzim, Afurada, Murta e Vila do Conde, amanhã serão os 2.400 portuários de Leixões e do Porto. Os estudantes reclamam, os lavradores exigem créditos. O aparelho policial já é impotente para deter a onda avassaladora que ameaça o regime. No Atlântico, um barco ocupado por 70 patriotas, leva o pânico aos arraiais da ditadura. Salazar implora aos sócios da OTAN que o salvem, que não deixem o «Santa Maria» aportar em terras d'África. O salazarismo está mais fraco hoje do que ontem e estará mais fraco amanhã do que hoje. O tempo joga inexoravelmente contra Salazar e tanto mais quanto mais unidas estiverem as forças que se lhe opõem.

PRISÕES, TORTURAS E CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO PARA SALVAR O DITADOR

A Morte Chega Com os Homens da PIDE

— Se o sr. vir alguém escrever num muro «Paz na terra aos homens de boa vontade», o que fará?

— Prendo-o!

O diálogo foi estabelecido num tribunal português, entre o advogado da defesa de um grupo de jovens piscesados por terem feito propaganda pela paz e um dos policiais que participou da onda de repressão contra o movimento. Durante o referido processo, que culminou com a condenação de 22 estudantes universitários acusados da prática de atividade subversiva, um dos advogados fez notar que as confissões dos acusados foram obtidas pela polícia por meio de inomináveis torturas. A resposta do juiz foi pronta: — Isso não tem importância!

A vida humana, os direitos do povo, a dignidade do homem não têm lugar num regime que há 34 anos submete a gente portuguesa pelos mais terríveis processos de perseguição e violência onde a Justiça condena as vítimas e louva os criminosos. Milhares de patriotas encontram-se nos prisões e nos campos de concentração, dos quais se tornou célebre o de Tarrafal, verdadeiros campos da morte à imagem e semelhança dos campos de extermínio de Hitler.

Um Estado policial

Três siglas, PIDE, PSP e GNR, correspondentes às corporações criadas pela ditadura para assegurar a «estabilidade» do regime, são os instrumentos do terror. A primeira, PIDE, é dirigida pelo próprio Salazar e dispõe de poder sem limites. Seus homens, verdadeiros criminosos, ímulsos dignos da Gestapo hitlerista, invadem lares, matam, prendem arbitrariamente e dispõem de todas as «garantias legais» para agir contra qualquer cidadão. Seu poder é tão grande, que da decisão dos seus órgãos depende a admissão de um professor nas Universidades do país, de um médico num hospital, de funcionários e outros profissionais no serviço público.

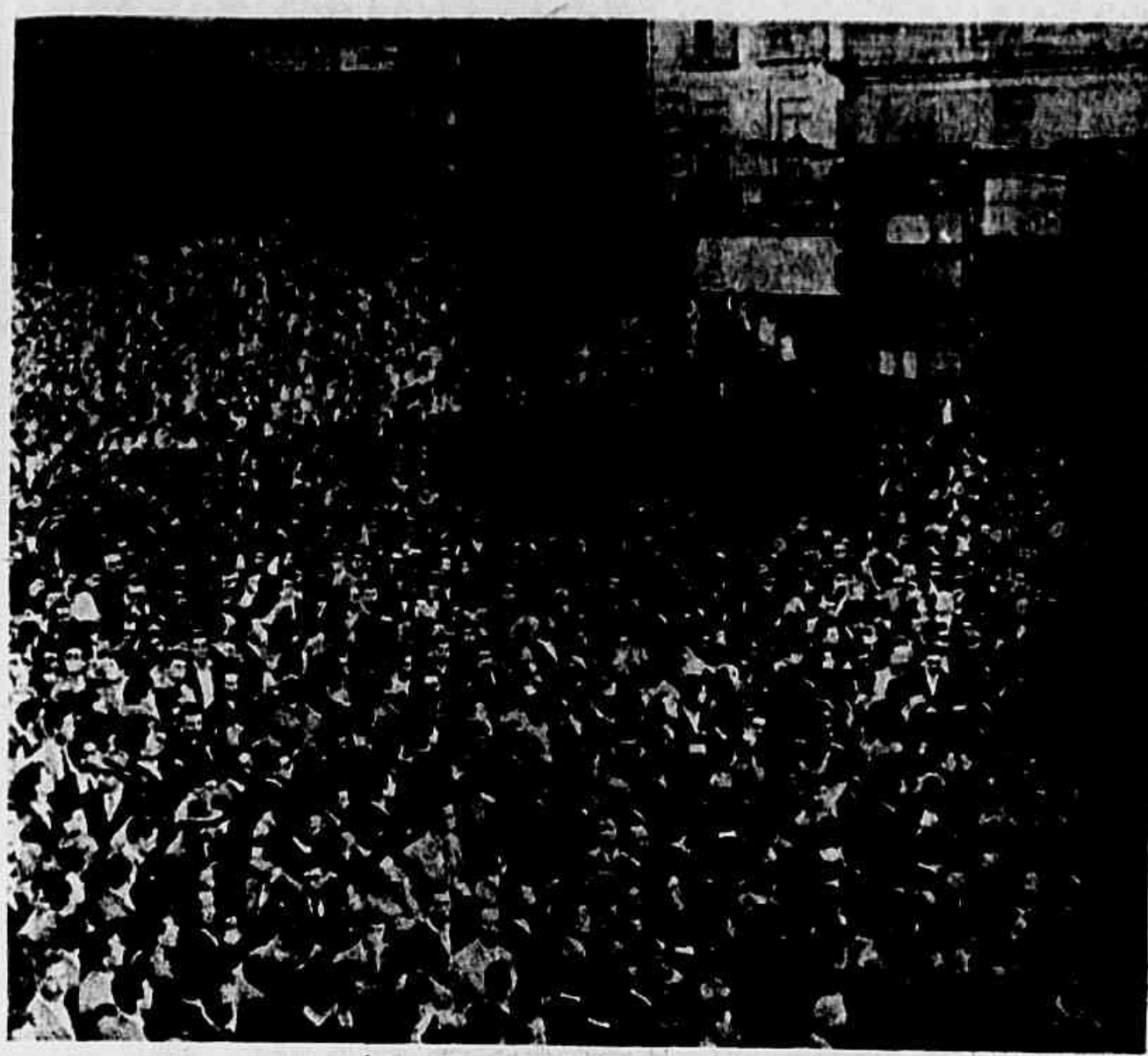
O Estado policial instituído por Salazar e caracterizado pelo domínio incontrastado das organizações policiais sobre a Justiça, culmina, em seu processo repressivo, com a ameaça econômica permanente. Milhares de portugueses vivem aterrorizados com a ameaça de perderem seus empregos em virtude de ato da polícia política, de serem fechados todas as portas para encontrar trabalho. O clima de terror é alimentado pelo desencadeamento de periódicas operações policiais no país, das quais resultam milhares de prisões, instituição de processos-farsa contra intelectuais e personalidades da oposição, contra líderes operários e elementos mais destacados do movimento compositivo.

O campo da morte

«Adeus, amigo... mais um...».

Alfredo Caldeira. Francisco Nascimento.

O povo na praça



A foto acima é um flagrante de gigantesco comício realizado pelo general Delgado durante a campanha eleitoral que o elegeu presidente de Portugal. A manifestação teve lugar na praça Almeida Garret, no Porto, com a presença de cerca de seiscentas mil pessoas. Essa participação popular foi uma das razões para que a ditadura portuguesa começasse a perseguir o general, impedindo inclusive a sua posse no governo.

to Gomes, Bento Gonçalves, o professor Alberto Emilio de Araujo, seus nomes estão inscritos em lápides tóscas do cemitério de Tarrafal, o campo da morte. Situado na Ilha de Cabo Verde, Tarrafal foi transformado pela ditadura no lugar infame, centro de torturas de milhares de patriotas e democratas. Para lá foram destacados os policiais que revelaram os mais baixos instintos, verdadeiros assassinos. A «frigididade», o regime das cacetadas, a falta de alimentação formaram o cemitério, cada dia maior.

As colônias africanas também têm seus campos. Para lá vão portugueses e também os negros que começam a luta pela libertação de suas pátrias.

Quem são as vítimas

A PIDE não escolhe, não há contemplações. Estiveram e estão nas cârceres de Lisboa, do Porto e de outras cidades operários, homens e mulheres, estudantes, intelectuais, militares e camponeses. Francisco Miguel, dirigente do Partido Comunista Português, que fugira da prisão de Peniche após 20 anos de cárcere, se acha novamente encarcerado. Como ele, dezenas de outros são mantidos, mesmo depois de terem cumprido as penas com que haviam sido condenados, há 10, 15 e 20 anos nas prisões.

A mulher portuguesa não foi poupada pela repressão. A lista de mártires femininas na longa luta do povo da península para se libertar do jugo do ditador, é longa: Catarina Eufemia foi assassinada a tiros de metralhadora em 1954; Ivone Dias Lourenço, jovem empregada, está presa desde 1957; Aida Magro, engenheira, continua na prisão após ter cumprido uma pena de 4 anos; Aida e Luísa Paulo, mãe e filha, a mãe com 60 anos, são mantidas no cárcere desde 1959 apesar de estarem gravemente enfermas. A lista é longa: Maria da Piedade Gomes, Maria Adelaide Aboim Inglês, Sofia Pereira, Maria Luísa da Costa Dias. Caso que revela a brutalidade do regime de Salazar, é o da médica Maria Angela Vidal. Presa em 1953 com um filho de 2 anos, mantida incomunicável durante 11 meses e 4 anos sem julgamento, foi, por fim, condenada a 3 anos de prisão. Apesar dela ter passado 7 anos encarcerada e se encontrar gravemente doente, a PIDE ainda a mantém presa. A sua situação provocou uma onda de protestos, encabeçada por um grupo de advogados portugueses que decidiram levar o caso à ONU. O resultado foi a prisão de 5 de seus defensores, os advogados António de Macedo, Armando Bancelar, Mário, Cal Brandão, Carlos Cal Brandão e Araujo Correia.

Os intelectuais e os jovens

Bento de Jesus Caraca, um dos mais famosos matemáticos do mundo e filósofo português, morto em 1948, foi uma das arandes vítimas da tirania.

Como ele, outros intelectuais do país foram objeto das «atenções» da PIDE. Entre eles pode-se destacar: Abel Salazar, fisiologista, cujo cadáver foi seqüestrado por ordem de Salazar; Adelino Costa, professor da Universidade de Lisboa; Aniceto Monteiro, matemático e professor da Universidade de Lisboa; Baptista Ribeiro, professor da Universidade de Lisboa; Manuel Valadares, físico de renome mundial e que foi o principal colaborador do professor Joliot-Curie; Ricca Gonçalves, professor da Universidade do Porto; Mário Silva, professor da Universidade de Coimbra, e muitos outros.

Os jovens, trabalhadores e estudantes, também contam muitos mártires da luta contra o tirano. O camponês Diniz Fernandes Miranda, preso quando distribuía um apelo para um Congresso dos Jovens Católicos, foi submetido aos mais terríveis suplícios. Durante 3 dias e 3 noites foi mantido de pé, sem poder dormir. Depois disso, os policiais penduraram-no pelos cabelos e agrediram-no bárbaramente.

Um estudante da Escola de Belas

Artes do Porto, detido na mesma ocasião, foi torturado brutalmente apesar de ser tuberculoso.

A repressão nas ruas

O povo português, no entanto responde cada vez mais enérgicamente à onda de violências. Nas recentes comemorações do 50º aniversário da República (outubro), registraram-se manifestações nas cidades de Lisboa, do Porto e outras menores. Em todas a PIDE e a GNR agiram com a máxima violência, empregando até carros blindados contra os manifestantes. A repressão atinge com mais virulência as manifestações de trabalhadores, principalmente as lutas organizadas e as greves pela conquista de suas reivindicações econômicas, que geralmente assumem caráter político. Apesar das arbitrariedades, da violência da repressão, os trabalhadores portugueses têm conquistado inúmeras vitórias que estimulam o recrudescimento da luta contra um regime que já começa a manifestar sinais evidentes de desagregação e colapso.

NOVOS RUMOS

O "Santa Maria"

Tudo é "Santa Maria". As notícias. As conversas. Os corações. Nos mares, os portugueses escreveram as grandes páginas de sua história. As suas descobertas. As suas conquistas. O seu passado e as suas glórias. Com os felizes marítimos desenvolveram o comércio e plantaram, nas praias, as suas colônias. Hoje, esse sistema colonial, estúpido e cruel, vai se desmoronando. E as colônias, que ainda sustentam Portugal, criarão, também, o seu próprio sistema de independência e felicidade. E vão desmoronar-se todas as ditaduras, quando muitos "Santa Maria" fizerem os seus caminhos, pela imensidão dos mares, e escolherem o porto seguro da liberdade, para lançarem as suas âncoras. Muita gente anda preocupada com o resultado prático da ação empreendida contra a ditadura de Salazar. Se for negativo, pelo menos, teve o mérito de chamar a atenção sobre os crimes que, em nome da ordem, se cometem em Portugal, contra os direitos do homem. Em Portugal e nas colônias, onde existem 6 soldados da PIDE para cada nativo. Onde não entram nem livros, nem jornais ou qualquer publicação, mesmo de conteúdo cultural, em língua portuguesa. Onde os nativos, em número reduzidíssimo, só podem cursar a escola primária. Onde há escravidão e miséria.

Façamos votos que às colônias cheguem todas as notícias a respeito do "Santa Maria", numa promessa de liberdade. E os mesmos votos para que essas notícias transponham os altos muros da Fortaleza de Caxias, onde estão encarceradas dezenas de mulheres, por sua enérgica posição política em defesa dos interesses do povo português, por suas lutas em favor da Paz e de suas reivindicações profissionais. Aida Magro, detida há quatro anos. Ivone Lourenço, uma jovem que desde há três anos espera julgamento. Sofia Ferreira, presa pela segunda vez, condenada a oito anos e meio, e que está gravemente enferma. Luísa Paulo também gravemente enferma. Maria Luísa Costa Dias, médica, que apesar de doente está proibida de ser medicada naquela prisão. Alda Nogueira, Maria da Piedade Gomes, Maria Adelaide Inglês e muitas outras. Maria Angela Vidal, encarcerada há sete anos, e que apesar de ter cumprido toda a pena que lhe foi imposta, até hoje, não está em liberdade.

Quando se fecharem sobre tanto sofrimento e tanta perseguição as portas da ditadura portuguesa, que o nosso governo tão solícita e vergonhosamente tem ajudado, abrir-se-ão as portas da Fortaleza de Caxias e as mulheres com as suas roupas de festa virão ao porto do Tejo, de onde saíram os grandes navegadores, para saudar os tripulantes de todos os "Santa Maria" do mundo.

Ante Montenegro

Trinta Milhões de Brasileiros Não Têm Onde Morar

Reportagem de
BRIQUET DE LEMOS

Pode-se afirmar que, praticamente, mais de trinta milhões de brasileiros não têm onde morar. Três de cada cinco brasileiros amontoam-se onde mal se alojam duas pessoas, ou, então, habitam nas piores condições de higiene, sem conforto, sem ar, sem sol.

É este um de nossos mais agudos problemas sociais. Lugar-comum dos países subdesenvolvidos, assume entre nós aspectos profundamente graves, tendo em vista o nosso crescimento demográfico, a constante massa de pessoas que se deslocam em um eixo de migração Norte-Sul, à procura de meios de subsistência, fugindo a uma agricultura que a cada passo oferece maiores dificuldades ao nosso camponês. A industrialização dos grandes centros urbanos, com o aumento do operariado, de baixa renda individual, e o constante aumento dos alugueis, ao lado da especulação imobiliária, que cada vez mais desloca para a periferia das cidades a população pobre, fazem surgir os núcleos de habitações miseráveis numa proporção verdadeiramente alarmante. Enquanto que em Copacabana, para citar apenas um exemplo, milhares de apartamentos de luxo aguardam que alguém, com suficiente poder aquisitivo, venha a possuí-los, mantendo-se vazios por tempo indefinido, grande parte da população carioca debate-se com o aflitivo problema da moradia, vasculhando as páginas dos jornais na ânsia de localizar o que quer que seja à altura de suas posses.

Alguns números

O Brasil conta, atualmente, com cerca de 67 milhões de habitantes. Em 1980, o número possivelmente será de 100 milhões — uma das maiores populações do globo. A nossa taxa de crescimento demográfico é de 2,4% ao ano, sendo a taxa de crescimento habitacional de cerca de 1% ao ano.

De acordo com o Censo de 1950, existiam no país 10 milhões de domicílios, dos quais 7 a 8 milhões eram compostos de habitações anti-higênicas. Cerca de 43 milhões e 500 mil brasileiros não se utilizam de água encanada. A iluminação elétrica não existe para 39 milhões de patriotas. Os aparelhos sanitários são desconhecidos por aproximadamente 35 milhões de pessoas.

Em 1950, ainda segundo o Censo, havia uma carência no Brasil de aproximadamente 2 e meio milhões de casas, das quais 400 mil no meio urbano. Cada ano torna-se necessário o aumento de cerca de 300 mil novos domicílios.

Oito milhões de casas miseráveis

As casas anti-higênicas que eram mais ou menos 8 milhões em 1950 devem estar alcançando, segundo os cálculos mais otimistas, a casa superior aos nove milhões. São as cabeças-de-parco em ruínas, as construções precárias, de madeira, pau-a-pique, taipa, zinco ou palha. É a habitação que predomina nas zonas pobres dos centros urbanos e em todo o interior brasileiro.

No Rio de Janeiro, são os barracos das favelas — presença indefe-

vel na paisagem carioca, que já foram ameaçados até de terem suas paredes pintadas em cores alegres, para melhor efeito plástico, mas que revela a inépcia de certas autoridades em resolver o problema — que se aglomeram uns sobre os outros, escaldando os muros da cidade, mergulhando nas águas paradas de mangues, soturnamente lembrando as palafitas pré-históricas. Em São Paulo, ao lado das porões miseráveis pulam os barracos, seus irmãos mais novos. No Nordeste, é o melancólico mocambo de palha. Em Minas Gerais, a «cafua». São as malocas no Rio Grande do Sul. Em cada Estado, em cada cidade, com o mesmo nome ou com denominações características possuem essas moradias o mesmo denominador comum: a miséria, a fome, o analfabetismo, as superstições, o insalubridade, as epidemias e os focos epidêmicos, a delinqüência fácil, enfim, um museu das desgraças que esmagam o homem pobre, o proletário brasileiro, o nos o camponês.

As favelas na Guanabara

No mais novo Estado do Brasil, uma quarta parte de seus prédios domiciliares é constituída por barracos, casebres ou pacilgas, o que nos dá um número de 132.387 moradias anti-higênicas. Isso em 1950, pois cinco anos mais tarde o seu número era calculado em 141.000. Em 1960, acompanhando o ritmo de crescimento anual de 3.400, o seu total era de 158.000, com uma média de 3,8 habitantes por casebre. É bom esclarecer que os próprios organismos oficiais apresentam números discordantes que, em alguns casos, estão muito acima dos que aqui consignamos. Segundo dados do Serviço Nacional de Febre Amarela, a população atual das favelas cariocas pode ser calculada em torno de 1 milhão de pessoas.

Um outro dado interessante: as favelas crescem em ritmo três vezes mais rápido que o da população global do Estado da Guanabara.

A chamada urbanização das favelas não tem podido de modo algum resolver o problema. Obras como as da Cruzada São Sebastião atendem a um número restrito de favelados, o que se torna inexpressivo se considerarmos o aumento das favelas e as próprias condições em que se realizam essas urbanizações, que se nos aparecem mais como um biombo para ocultar aos olhos dos bem-passantes e dos turistas as mazelas em que também a Zona Sul é pródiga.

As desapropriações para fins urbanísticos, como as do morro de Santo Antônio, afastam para regiões periféricas populações faveladas, mas se a preocupação de resolver o seu problema de moradia que continuará a ser o barraco infecto.

As residências no interior do Brasil

Sessenta e três por cento dos domicílios contados pelo Censo de 1950 localizavam-se no interior do país. E é nessa região onde o panorama habitacional apresenta uma uniformidade estereotipada. Da senzala dos escravos para a palhoça de babaçu, carnaúba

ou sapé a situação não mudou em muito.

O nosso camponês desconhece, em sua maloria, a casa de telhas, e, entretanto, é reduzido o número de domicílios que possuem água encanada (apenas 1,4%), que utilizam iluminação elétrica (3,6%), ou que tenham aparelhos sanitários (10,4%).

O interior da casa rural é dos mais miseráveis, sendo o seu mobiliário aquilo que de mais necessário existe e que é na sua quase totalidade construído pelo próprio morador: um catre ou jirau, o fogão de barro ou as trempes, o pote ou a moringa, mesa às vazes, bancos rústicos e cadeira quando se luxa.

É de notar-se que na zona rural localizam-se mais de dois terços dos 5.236.178 prédios próprios recenseados em 1950. No entanto, o fato de 28,2 milhões de pessoas morarem em casa própria, em 1950, não indica absolutamente que o seu nível de vida seja satisfatório ou que haja condições razoáveis de habitabilidade. Não, pois a propriedade do domicílio, na zona rural, é uma situação decorrente do processo de exploração da terra, em que o arrendatário ou o agregado constrói sua casa com as próprias mãos, muitas vezes, sendo a característica predominante aquela de que já falamos, em virtude da própria falta de recursos do homem do campo e do aspecto quase sempre provisório que envolve a cessão da terra para cultivo.

O problema dos alugueis

Lemos na publicação *Flagrantes Brasileiros*, do I.B.G.E., em seu número 15, pág. 22: «A despeito das restrições legais impostas aos contratos de aluguel, a renda dos locadores de imóveis tem crescido em ritmo mais rápido do que a proveniente de quaisquer outros ramos de atividade econômica».

Nos salários dos brasileiros, os alugueis participam com uma parcela de absorção que varia de 15% a ... 25%, com uma média nacional de ... 16,2%. Na cidade de São Paulo, os alugueis representam 21,55% dos salários, e, em Santos, chegam a ... 25,40%. A média brasileira só é superada pelos Estados Unidos (25% a 30%) e pela Argentina.

No caso do Estado da Guanabara, em que o salário mínimo é de ... Cr\$ 9.600,00, o máximo que um trabalhador pode gastar com aluguel é Cr\$ 2.400,00, sob pena de passar fome ou de faltar dinheiro para o transporte e outras necessidades vitais. Ora, é por demais sabido que não existe nenhum tipo de casa ou apartamento com alugueis em nível tão baixo, a não ser nas zonas mais recuadas ou já limitadas com o Estado do Rio, ou mesmo no próprio Estado fluminense, quase sempre em regiões rurais de difícil acesso e onde tudo é sacrifício, a começar pelos transportes, raros e caros, até à carência de abastecimento à ausência de escolas e de assistência médico-social.

Ao lado do problema dos que desejam alugar casa há o de certas pessoas, como viúvas pobres e inválidas ou velhos, cujos únicos recursos de manutenção são provenientes de um a



Sapé abriga a miséria

ou outra casa que alugam. Se bem que a maioria dos locadores seja composta de especuladores e de homens enriquecidos no comércio de alugueis, não se pode esquecer uma parte razoável de pequenos proprietários de imóveis que sofrem cada vez mais o agravamento da especulação imobiliária e das conseqüentes dificuldades de manter seus prédios alugados a preços convenientes em vista do aumento brutal do custo de vida, o que acaba por afastar pretendentes a inquilinos, por sua vez sufocados pela mesma maré enchente do custo de vida.

A especulação imobiliária

Nos principais centros urbanos, tem-se, assistido nos últimos anos a uma verdadeira corrida imobiliária, com a inversão de capitais de lucros garantido, com reembolso certo e multiplica-

do. Por outro lado, as condições de manutenção da pequena indústria brasileira, sufocada pela capital estrangeira, obrigam setores da burguesia a drenarem seus capitais para investimentos onde a possibilidade de perdas é mínima e onde o lucro se manifesta logo após a venda do imóvel, cedo terminando qualquer maior responsabilidade ou margem de risco para o investidor.

Como a construção de casas populares produz uma rentabilidade média anual que não chega a 5%, os investidores de imóveis dão preferência aos grandes edifícios de apartamentos médios ou de luxo, em centros densamente povoados e bastante requisitados para moradia. Daí verificar-se um contraste chocante entre a inflação de edifícios de apartamentos e casas residen-

ciais de luxo e a construção inexpressiva de casas para trabalhadores.

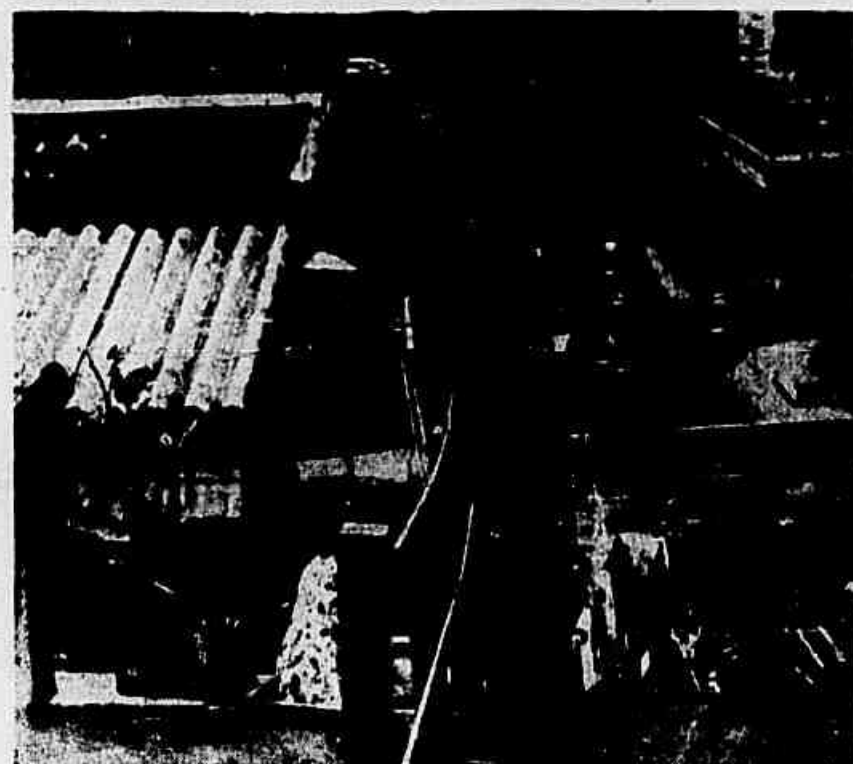
Em agosto de 1959, calculava-se o custo de construção de uma casa popular em torno de Cr\$ 200.000,00. Dessa forma, considerando-se o realístico preço, naturalmente já superado, para a construção de casas populares que substituísem os 158.000 barracos e casebres que se calculam para o Estado da Guanabara, ter-se-ia uma despesa de cerca de trinta e dois bilhões de cruzeiros, e, apesar de tudo, o problema ainda não estaria totalmente solucionado.

Que fazer?

Como vemos, de uma maneira geral e sem entrar em outros aspectos de igual interesse, a situação da moradia apresenta-nos aspectos calamitosos.

A política oficial até hoje seguida a respeito da habitação é deficiente, obsoleta e não corresponde aos interesses da totalidade do povo. A essa altura dos acontecimentos, urge, em novos moldes, uma imediata intervenção do Estado, o único capaz de economizar e uma solução satisfatória e nossa crise habitacional. O fechamento da casa própria, que é realizado por vários órgãos de previdência social, embora represente um ponto bastante positivo, ainda não ultrapassou a âmbito de uma minoria restrita de servidores mais ou menos categorizados, cujos salários estejam à altura de permitir o desconto de prestações normalmente bastante elevadas. A Fundação da Casa Popular não deu conta de seus objetivos, servindo para a construção de negociatas e si acrescentadas de funcionários corruptos, sem que procurasse dar solução, pelo menos parcial, ao problema dos sem casa.

Há uma solução no atual estado de coisas? Claro que há. E, eis que somos abrigados mais uma vez a falar dessa pequena e gloriosa Cuba, que nos oferece uma experiência merecedora de estudos e que, com as devidas particularidades e si acrescentadas, ponderaria em cheio à nossa realidade social, dando uma solução justa e eficiente ao problema da moradia.



O mundo dos pobres

Em baixo o mundo do asfalto, dos automóveis de luxo, dos apartamentos com ar condicionado. Em cima, a cidade de barracos com telhas de amianto, que aquecem no verão e gelam no inverno.

O Que se Fêz em Cuba

Após a reforma agrária, Cuba realizou a sua reforma urbana. Quer dizer, a partir de que «o direito de habitação é um direito imprescindível e inalienável da ser humano» a Revolução Cubana interveio para solucionar o problema da habitação, segundo um plano de três etapas:

1.) Etapa atual — O Estado estabelecerá o pagamento da casa que habite cada família de acordo com o que paga de aluguel atualmente, dentro de um prazo não inferior a cinco anos nem superior a vinte anos, fixado de acordo com o ano de construção do imóvel;

2.) Etapa futura imediata — O Estado, com os recursos provenientes dessa lei e outros recursos, promoverá a construção maciça de moradias que serão cedidas em usufruto permanente mediante pagamentos mensais que não poderão exceder de 10% da renda da família;

3.) Etapa futura mediata — O Estado, com seus próprios recursos, construirá moradias, que cederá em usufruto permanente e gratuito a cada família.

A lei cubana fundamenta-se em que a falta de desenvolvimento indus-

trial, conforme suas necessidades e possibilidades, dirigiu a inversão do capital privado para a construção de edifícios rentáveis nos centros urbanos, hábito intervencionista baseado em um lucro desmedido e com total esquecimento da função social da propriedade. Acontecia em Cuba que os terrenos urbanos valorizaram-se imensamente, sendo privilégio das classes abastadas, enquanto que as camadas mais humildes do povo localizavam-se nos terrenos mais distantes e insalubres. Os alugueis alcançavam níveis tão altos que mesmo governos anteriores tinham sido obrigados a rebaixá-las.

O Que se Faz na URSS

No orçamento do povo soviético, a quantia destinada ao pagamento de alugueis constitui de 4 a 5% da renda da família. De acordo com o Plano Setenal, deverão ser construídos 15 milhões de apartamentos, o que corresponde a todas as moradias construídas nas cidades, antes do Poder Soviético. O número de casas na União Soviética cresce anualmente em maior escala que nos Estados Unidos, Inglaterra, França, República Federal Alemã, Suécia, Holanda, Bélgica e Suíça, tomadas em conjunto.

O tempo empregado, na U.R.S.S., na construção de um edifício redu-

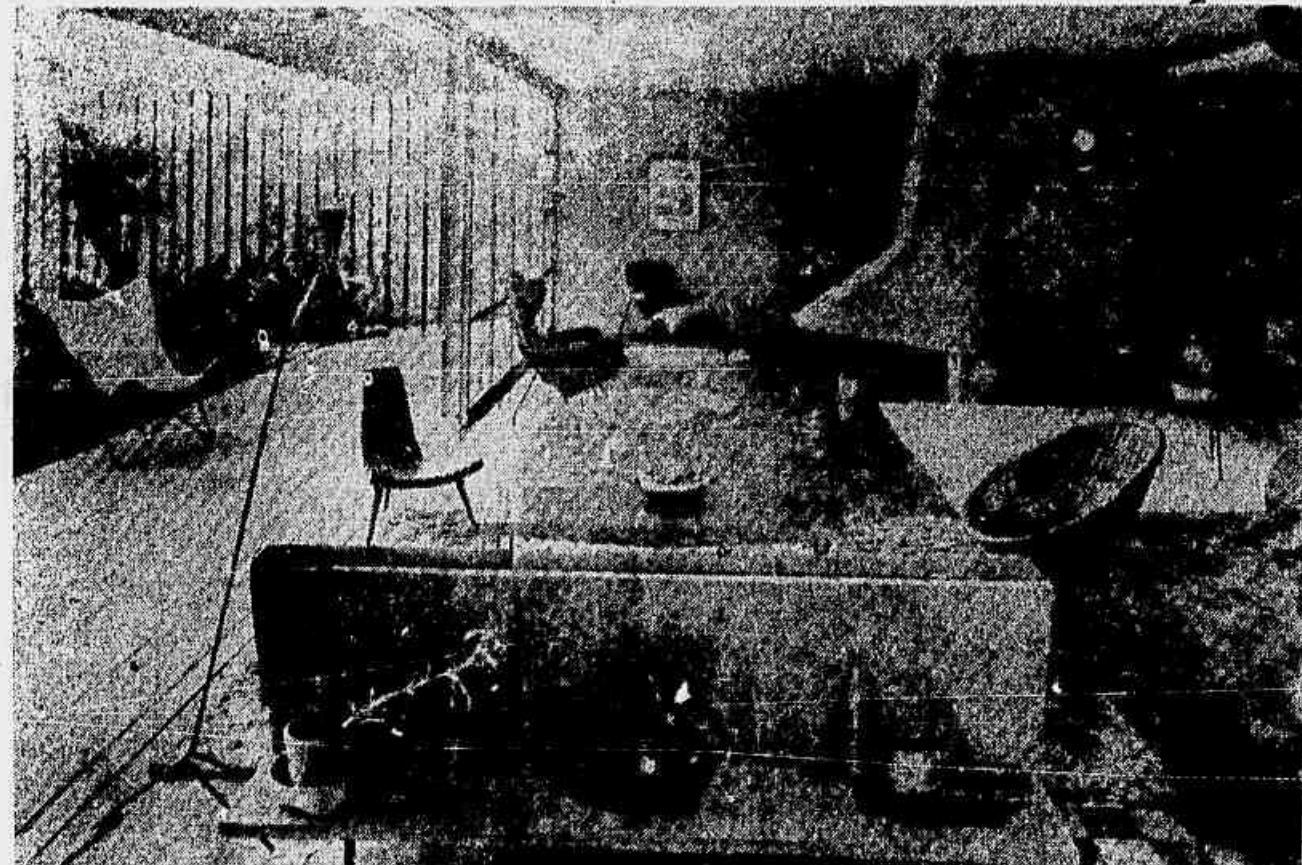
ziu-se progressivamente, até chegar ao ponto atual em que a edificação de um prédio de cinco andares leva de 25 a 30 dias, sendo o trabalho realizado por alguns operários, visto ter sido a construção transformada em uma

verdadeira empresa industrial, através dos combinados da construção, onde se fabrica tudo, desde o concreto até a chave da fechadura, acompanhando um processo de montagem que utiliza a televisão para dirigir o trabalho.

A Miséria Não é só Nossa

Nos Estados Unidos, segundo conta o «Livro de Fatos» do Comitê Nacional do Partido Democrata, 15 milhões de pessoas vivem em tugúrios; 13 milhões de casas (uma quarta parte de todas as do país) carecem das condi-

ções mínimas de habitabilidade, e 7 milhões de casas nas cidades são impróprias para moradia devido a se acharem em estado de ruína. A falta de habitações e o elevado aluguel das mesmas acarretam a absorção de 25 a 30 por cento das rendas familiares.

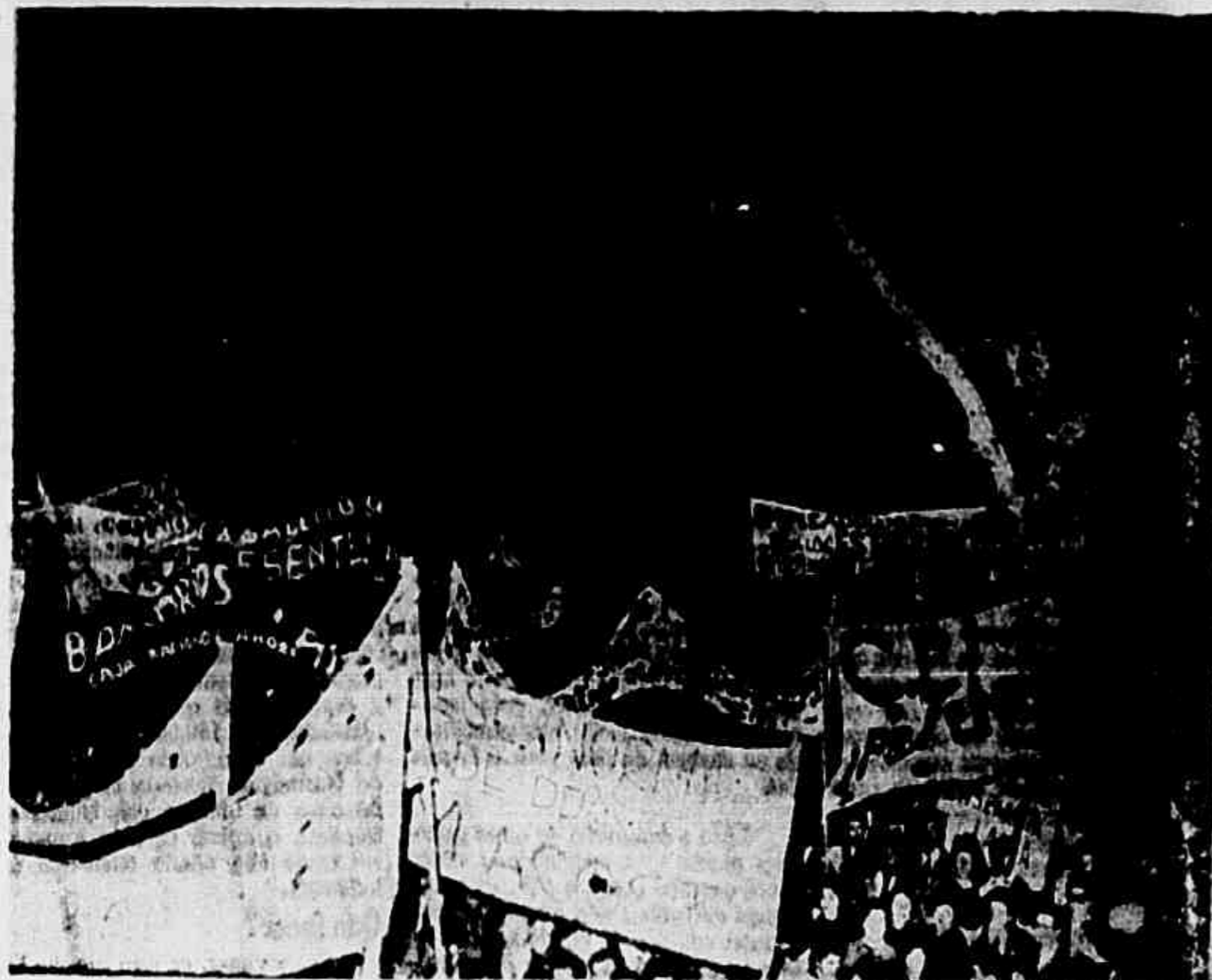


Além, muito além da miséria...

Do outro lado da miséria existem as residências de sonho onde os mais abastados usufruem do mais alto conforto. Frequentemente essas casas coexistem no lado de habitações miseráveis, como se pode ver no subúrbio de Jacarepaguá e inúmeras outras regiões. A beleza, as linhas modernas, o conforto são aspirações quase de um mundo irreal.

NOVOS RUMOS

Dois Argentinos Que só Falam a Linguagem Dos Trustes



Os protestos continuam

Mas o traidor Frondizi, governando embora permanentemente com o estado de sítio, não consegue evitar que prossigam as lutas populares contra sua política antinacional. Aqui vemos um aspecto parcial de poderosa manifestação de protesto, na qual se unem estudantes e representantes de diferentes categorias de trabalhadores de Buenos Aires.

"Hanna" dá Andamento ao Seu Projeto: Silêncio da CPI

Uma nova concessão para lavar ferro no Quadrilátero Ferroviário de Minas Gerais foi concedida à "Hanna" neste fim de governo. Em surdina, aproveitando-se do período de festas de fim de ano desta fase de transferência de governo, a "Hanna" conseguiu que o sr. Juscelino Kubitschek assinasse em novembro do ano passado o Decreto 49.255, que autoriza sua subsidiária "Mineração Hannaco Ltda." a explorar minério de ferro numa área de mais de 174 hectares, no município de Itabira, em terras da "St. John Del Rey Mining Company", hoje igualmente subsidiária da "Hanna".

Desrespeito ao Congresso

Verifica-se por esta nova concessão que a "Hanna" está tratando de concretizar, ainda que sob novas formas, o seu projeto de monopolizar a exportação de minério de ferro do Brasil, substituindo a "Companhia Vale do Rio Doce" no mercado internacional. Mais do que isso, verifica-se que a "Hanna" — utilizando truques inclusive como seu direito John Foster Dulles Jr., residente em Belo Horizonte, e ultimamente em intensas andanças pelo Rio — teve força suficiente para levar o presidente da República a desrespeitar tranquilamente um pedido da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Ferro e Manganês no sentido de que fossem suspensas quaisquer negociações com a "Hanna" até o término dos trabalhos dessa Comissão. Este pedido, de iniciativa do deputado pedetista Vasconcelos Torres, havia sido unanimemente aprovado pela referida Comissão.

Governo cedeu

Mas o governo não hesitou em desrespeitar duplamente este pedido da CPI e o protesto dos Sindicatos de Mineiros de Nova Lima, igualmente no sentido de serem suspensas as negociações com a "Hanna". Além de autorizar uma subsidiária da "Hanna" a lavar ferro nas terras da "St. John", o governo foi conivente com o desmembramento da "St. John" em duas empresas: uma para explorar a velha mina de ouro de Morro Velho e outra para explorar apenas ferro.

De fato, após comprar a maioria das ações da "St. John" (antiga mineração de ouro dos ingleses), a "Hanna" propôs o desmembramento de sua nova subsidiária, como fórmula para livrar

se da mina de ouro e das indenizações aos mineiros e explorar exclusivamente o ferro de suas novas propriedades. A própria revista TIME denunciou na ocasião que a "Hanna" estava apenas interessada no ferro das propriedades da "St. John", e não na mina de ouro.

Farsa do desmembramento

Em maio do ano passado, a "Hanna" fez com que a "St. John" anunciasse a entrega de sua mina de ouro a um "grupo genuinamente brasileiro", chefiado pelo sr. Fernando de Souza Mello Vianna. Este grupo constituiu a "Mineração Morro Velho S.A.", na qual a "Hanna" conservaria apenas 25% das ações. Aos que conheciam as manobras usuais das gigantescas empresas estrangeiras que se ramificam e entrelaçam em "holdings" e sub-"holdings", aos que conheciam o passado do sr. Fernando de Souza Mello Vianna, que exerce em nosso país a rendosa "profissão" de testa-de-ferro de trustes siderúrgicos estrangeiros, o desmembramento da "St. John" e a "entrega a brasileiros" não enganou.

A "Hanna" estava simplesmente cuidando de reservar para si as vantagens da exploração do ferro de suas novas terras, transferindo o ônus das indenizações trabalhistas com o fechamento da mina de ouro a um grupo aparentemente brasileiro, que teria mais facilidade em empurrar esse ônus para o governo.

Estatuto revela

Recentemente, a publicação dos novos estatutos da "Mineração Morro Velho S. A." veio confirmar que o desmembramento e a suposta devolução da mina de ouro de Morro Velho aos brasileiros não passava de farsa. E o governo, ao homologar, por decisão do ministro da Agricultura, publicada no "Diário Oficial" de 10-12-60, as alterações estatutárias da "Mineração Morro Velho S. A.", ou seja, ao aprovar os estatutos desta empresa, foi conivente com a farsa do desmembramento e da "entrega aos brasileiros".

Com efeito, verifica-se pela leitura da ata da Assembleia em que foram aprovados os novos estatutos da "Mineração Morro Velho S. A." (publicados no "Diário Carioca" de 7-1-60) que a "Hanna" tem não apenas 25% das ações desta sociedade, como foi anunciado por ela em maio do ano passado, mas a quase totali-

dade destas ações. De um capital social da "Morro Velho" no valor de Cr\$ 1.100.000.000,00, a "St. John Del Rey Mining Company" (ou seja, uma "holding" do Império "Hanna") subscreu, em dinheiro, ações preferenciais no valor de Cr\$ 92.500.000,00; subscreu, representadas por bens, coisas e direitos que a "St. John" transferiu para a nova sociedade, ações comuns no valor de Cr\$ 824.000.000,00 e ações preferenciais no valor de Cr\$ 182.500.000,00.

Em resumo, num capital de 1 bilhão e 100 milhões de cruzeiros, uma sub-"holding" da "Hanna" subscreu, em bens ou dinheiro, ações no total de 1 bilhão e 99 milhões! Eis aí a anunciada entrega a "brasileiros".

CPI silenciosa

Além disso, os novos estatutos da "Mineração Morro Velho S.A." prevêm que a sociedade terá por objeto não apenas a exploração de ouro, mas "a exploração, o desenvolvimento, o aproveitamento e a administração de minas e jazidas em geral, especialmente de ouro". Mais uma prova, portanto, do poder de manobra da "Hanna", que comprou uma empresa mineradora de ouro para transformá-la em mineradora de ferro.

Diante da atividade da "Hanna" e de seu Mister John Foster Dulles Jr. bem como das novas concessões obtidas pelo truste siderúrgico norte-americano, é extremamente grave o silêncio da Comissão Parlamentar de Inquérito criada na Câmara dos Deputados para estudar o problema dos minérios de ferro e manganês em nosso país.

Instalada no auge das críticas ao projeto "Hanna" de exportação de minério de ferro, a Comissão teve inicialmente seus trabalhos prejudicados pela transferência da Capital, pela precariedade de instalações, falta de estenógrafas, dactilógrafas e até de um aparelho gravador. Mais tarde, a Comissão sofreu a perda de um dos seus membros mais ativos e destacados, o deputado Coutinho Cavalcanti. Hoje, é preciso que a CPI reaja, concretize o seu programa de trabalho, proposto pelo deputado Gabriel Passos e já aprovado, e impeça que o Poder Executivo continue desrespeitando suas propostas, como desrespeitou a Comissão de negociações com a "Hanna".

O sr. Roberto Marinho, no seu afã de deservir o país, organizou, sob o patrocínio de O Globo, um encontro entre economistas e políticos argentinos e brasileiros. Do lado argentino, e representando a política econômica do governo Frondizi, estavam os srs. Rogelio Frigerio e Carlos Florit. Os brasileiros eram muitos e representavam toda a gama de entreguismo, que ia desde Eugênio Gudim e Roberto Campos, passando por Henrique Fleiuss e Schmidt, até Zulfo de Freitas Mallmann e Jorge Bhering de Mattos.

A atividade desenvolvida no Brasil pelos dois argentinos, não deixa dúvida quanto aos objetivos de sua viagem. Vieram em tournée de propaganda. Até aí, nada de mais. É um direito que têm. O pior é que aqui chegaram a serviço de má propaganda, propaganda quase subversiva, se atentarmos para o que andaram dizendo sobre a nossa política petrolífera. Não falaram diretamente, mas de tabela, como convém a personalidades de governo num país estrangeiro. É indiscutível porém que disseram o que tinham a dizer, para fazer a propaganda de Frondizi e... da Standard Oil.

A reunião organizada pelo sr. Marinho foi o ponto alto da pregação entreguista dos dois argentinos. O encontro, realizado às vésperas da posse do novo presidente brasileiro, apresentou certos detalhes que revelam estar em marcha um plano de propaganda que visa preparar a opinião pública a aceitar o rumo de maior submissão ao imperialismo que tentará imprimir à política econômica do país as forças que chegaram ao Poder com Jânio Quadros. Isso transpareceu claramente numa pergunta feita pelo presidente da McCann Erickson, sr. Emil Farhat, que se interessou em saber se havia o governo argentino

feito alguma preparação psicológica para que a opinião pública pudesse receber a reviravolta na política petrolífera. Um cochilo do sr. Farhat, que certamente será anotado por seus patrões.

Entreguistas declamatórios

Num rasgo de oratória, o sr. Frigerio disse que Frondizi teve que enfrentar a oposição do que ele chama «nacionalismo declamatório». Fica evidente, porém, mesmo à simples leitura, sem preocupação de uma análise mais detalhada, que declamatórias são as afirmações dos dois argentinos no fórum de O Globo. As coisas ali asseveradas não foram acompanhadas de dados que as comprovassem, pois estes, no dizer do sr. Frigerio, são «pormenores e detalhes do nosso processo econômico» que fariam o auditorio. Não obstante, é tão precária a situação da Argentina, com sua economia sob a batuta do Fundo Monetário Internacional, que mesmo escamoteando, não puderam os representantes de Frondizi deixar de confessar que a chamada política de estabilização «provocou uma contração das importações e reduziu a capacidade aquisitiva da população». E mais adiante, revela o mesmo sr. Rogério, que o milagre do «auto-abastecimento» argentino de petróleo foi conseguido pela retração do consumo provocada pela brusca elevação do preço da gasolina e outros derivados: a gasolina, por exemplo, teve aumentado o seu preço de venda de 2 para 6 pesos.

As afirmações declamatórias deram, porém, a tônica ao encontro. Nosso propósito é contestar, com alguns dados, o que foi dito sobre a situação rósea da Argentina, que já estaria produzindo petróleo em quantidade superior ao consumo e desfrutando boa situação econômica e financeira, e tudo isso graças

às medidas tomadas pela administração do presidente Frondizi.

A linguagem dos dados tem um tom diferente

Dados recentes mostram que a proclamada auto-suficiência argentina em petróleo não passa de uma baleia. As cifras sobre o comércio exterior argentino, que encontramos nos boletins Informações Semanais, editado pelo Escritório de Expansão Comercial do Brasil, mostram que as importações de combustíveis e lubrificantes elevaram-se a 12 milhões e meio de dólares, somente no mês de agosto do ano passado. Nos oito primeiros meses de 1960, isto é, de janeiro a agosto, a mesma importação atingiu a 104.900.000 de dólares. Somente bastante elevada para um país como a Argentina, e que destrói, definitivamente, a sua decantada auto-suficiência em petróleo. É difícil, ante cifras tão evidentes, a posição dos advogados do capital estrangeiro, principalmente dos das empresas petrolíferas. A verdade é que a Argentina, gozando de todos os chamados favores do capital norte-americano, apresenta, nos primeiros oito meses de 1960, um déficit de 18.100.000 dólares na sua balança comercial.

Não anda melhor a situação, no que diz respeito à produção industrial argentina, que no ano passado indicava, no primeiro semestre, acentuada tendência ao declínio. Vejamos alguns números, comprando a produção dos seis primeiros meses de 1960 com a do ano anterior: geladeiras, 84.810 unidades contra 106.377; máquinas de lavar, 48.958 unidades contra 81.377; lâmpadas elétricas, 14.881.000 unidades contra 16.175.000.

O governo argentino, pressionado pelas greves e outros movimentos reivindicatórios, procura convencer a opinião pública que as dificuldades atuais são transitórias e o ministro da economia, Alvarez Alsogaray, que pelas suas ligações com a Esso é chamado pelo povo de «Esogoray», vai mais longe e, com todo o chisno, diz que a política de estabilização já está em sua fase final, à qual seguirá a etapa do desenvolvimento. Enquanto isso, «aturterdeia» para o povo e chuva de ouro para os monopólios estrangeiros e seus laçaios internos.

A resistência das massas trabalhadoras à política de esfomeamento continua. A situação econômica do país não apresenta qualquer indicio de melhora, e o déficit orçamentário previsto (apesar da política de deflação imposta pelo FMI), para o ano de 1961, é de cerca de 20 bilhões de pesos.

Eis a linguagem dos fatos, linguagem bem diferente da que falaram os entreguistas declamatórios na reunião organizada pelo sr. Marinho.



Entreguismo e policialismo

Para realizar sua política de capitulação ao imperialismo, Frondizi lança mão do terror policial contra os patriotas. Este é um flagrante de como a polícia reprime uma greve.

Nota Econômica

A Zona de Livre Comércio e a Integração da América Latina

A pressão realizada nos últimos dias pelo Itamarati para que o Congresso Nacional ratifique o Tratado de Montevideu, que cria a Zona de Livre Comércio, reabriu, no parlamento e na imprensa, a discussão, sobre este assunto. Deputados nacionalistas, agindo acertadamente, conseguiram, na Câmara, criar uma corrente de resistência ao Tratado, que, segundo se informa, não será aprovado dentro do prazo desejado, tanto pelos funcionários do nosso Ministério do Exterior quanto pelos governos estrangeiros que já o ratificaram. Falta-se mesmo na possibilidade de que tal resistência se transforme num movimento para modificar substancialmente o Tratado de Montevideu, modificação que seria feita na forma proposta pelo deputado Jacob Frantz.

Vamos discutir aqui apenas o que é apresentado como uma das grandes virtudes da Zona de Livre Comércio: a integração e complementação das economias nacionais dos países participantes da Zona.

Quem quer que tenha noções de história econômica sabe como se formaram as economias dos países capitalistas avançados. Elas surgiram nos limites das suas fronteiras, isto é, cresceram e se desenvolveram tendo como base o mercado nacional. Quando algumas dessas economias se valeram de mais de um mercado nacional houve sempre, necessariamente, o domínio político de um Estado sobre outro. As coisas, no essencial, não se passam hoje de modo diverso. Só utópicos ingênuos ou reacionários marcos afirmam o contrário. No primeiro caso, estão os economistas patrióticos que não veem, ante a ameaça da redução de nossas exportações, outra coisa além do dilema integração ou estancamento econômico; no segundo caso, encontramos, por exemplo, os autores do Tratado, que dizem textualmente que «a ampliação gradativa dos mercados possibilitará uma progressiva especialização e complementação das economias da área, mormente no campo da produção industrial». Não é muito diferente o que se escrevia num recente editorial do Jornal do Brasil: «Talvez estejam sendo feitas inversões que acabarão por implicar em desperdício, nos dois países. (Nota: Brasil e Argentina) com a duplicação de parques industriais que, longe de se complementar, como seria de desejar, acabarão competindo acerbamente entre si...» Infer-se daí que a chamada Zona de Livre Comércio tem objetivo que transcendem os muros de um acervo de comércio e inserem-se pelo terreno de política econômica. Objetivos que exigem, para a sua materialização, a existência de uma autoridade supranacional com capacidade de impor uma política econômica única a todos os países da área, visando à progressiva especialização e complementação de suas economias. Ora, isso só poderia ser feito, no caso do Brasil, na medida em que abdicássemos de ter uma política econômica própria, e, ao contrário, seguissemos neste terreno a orientação de outros países da Zona. Inevitavelmente num tal caminho, poderíamos, por exemplo, chegar a uma situação

em que fôssemos obrigados a modificar a política petrolífera brasileira de monopólio estatal para adotar a solução Frondizi, que está sendo aplicada na Argentina. A filosofia que inspira os partidários da Zona de Livre Comércio choça-se frontalmente, como vemos, com as idéias dos que desejam, para o nosso país, um desenvolvimento econômico independente, baseado num mercado nacional defendido por medidas de todos os tipos, principalmente cambiais e aduaneiras.

A Zona de Livre Comércio, invertindo contra todas as medidas de defesa até aqui tomadas, constituiria uma séria ameaça à produção e ao comércio nacionais. Apesar das suas limitações, a verdade é que as nossas tarifas aduaneiras e a política cambial têm assegurado ao país as condições mínimas indispensáveis à defesa da economia nacional contra os ataques dos monopólios imperialistas. Em síntese, com o Tratado de Montevideu, seria aberta uma tremenda brecha em nosso já precário sistema de defesa econômica.

Não é difícil, nessa altura, apontar os monopólios norte-americanos como os verdadeiros beneficiados com a criação da Zona de Livre Comércio na América Latina, pois, ocupam aí, posições econômicas e políticas decisivas que lhes permitiriam, como força dominante no sistema, aproveitar a situação a que conduziria o Tratado de Montevideu — enfraquecimento das defesas dos mercados da área contra os ataques de fora — a fim de assumirem o papel de uma autoridade supranacional e ditarem, de acordo com seus interesses, a política econômica a ser seguida pelos países participantes da Zona de Livre Comércio. Com uma cascata matariam dois coelhos: ampliariam o mercado para as suas indústrias já plantadas num ou noutro país da Zona (a Ford e a General Motors, por exemplo, poderiam vender seus veículos fabricados no Brasil à Argentina ou ao Chile, sem qualquer gravame, pois ingressariam ali como mera "forças "brasileiras") e, através dessas indústrias "brasileiras", "argentinas" ou "uruguaias", anulariam, facilmente, as frágeis barreiras de nossas economias.

Podemos concluir. A criação da Zona de Livre Comércio não ajudará, como afirmam os seus defensores, a acelerar o desenvolvimento econômico dos países da área. É muito menos a fortalecerá na luta contra a ofensiva dos monopólios imperialistas. Uma coisa ou outra só seria possível se existissem pelo menos em alguns dos países mais importantes da Zona, governos de resistência ao imperialismo. Enquanto tais governos não surtem, a única saída que nos resta é convocar as forças nacionalistas para resistirem à ameaça representada pelo Tratado de Montevideu.

Prenuncia-se Uma Nova Etapa na Luta Das Ligas Camponesas

3ª e última de uma série de reportagens de RUI FACÓ
Enviado especial de NOVOS RUMOS a Pernambuco

Francisco Julião não pára. Ao regressar, já tarde, da estação de Tapera e de Vitória de Santo Antão, comparece à TV. É um daqueles programas em que o locutor se assemelha mais a um agressor, dirigindo perguntas não apenas «indiscretas» ou inopinadas, mas algumas vezes de extrema grosseria. Um mau estilo da televisão norte-americana transplantado para o Brasil. Julião se submete corajoso e pacientemente às perguntas, umas tôlas, outras de provocação policialista barata.

— É verdade que a invasão dos engenhos Barra e Terra Preta foi ordenada pelas Ligas Camponesas que o sr. dirige?

Era uma pergunta sugerida pelo noticiário escandaloso da imprensa da Recife.

Julião não se altera:

— Exatamente. Foram as Ligas que ordenaram a invasão daquelas terras. Eram propriedades compradas pelo Governo com o dinheiro do povo...

Outra pergunta:

— Trata-se de um plano de subversão da ordem?

— De forma alguma. A ordem já se encontra subvertida pela latifúndio através de formas ignominiosas de trabalho e de exploração do camponês, como o cambão (dia de trabalho gratuito), a meia, a terça, o pulo-da-vara (medição desonesta da terra trabalhada)...

— É verdade que o sr. lança mão das contribuições dos camponeses às Ligas? (Esta torpe acusação foi feita pelo chefe de polícia do Recife, Costa Cavalcanti).

Mais uma vez Julião responde com calma:

— O camponês não pode pagar nada às Ligas. Nem 10% dos assentados pagam uma contribuição mensal — 10 e 30 cruzeiros — às Ligas. Não têm recursos nem sequer para viver.

— O sr. acredita mesmo na socialização ou isto é demagogia? (Na realidade, a pergunta foi ainda mais grosseira).

— Acredito no socialismo como acredito no nascer do Sol todas as manhãs... — foi a resposta absolutamente serena do líder das Ligas Camponesas. E acrescentou no mesmo tom de voz tranqüilo:

— É necessário dar terra ao camponês, transformar a estrutura agrária do país. Estamos fazendo isto com um atraso de séculos em relação a outros países.

E, por fim, numa referência a discurso proferido por Julião quando da passagem de Prestes por Recife, no Teatro Santa Isabel:

— É para valer mesmo aquele apêlo que o sr. dirigiu aos membros das Ligas para irem lutar em defesa de Cuba em caso de agressão dos americanos?

— Sim. Se os norte-americanos invadirem Cuba, não só os camponeses mas todos os homens honrados do Brasil e das Américas devem defender Cuba, a autodeterminação de um povo que luta pela sua independência.

E termina a entrevista na TV reafirmando:

— A maior causa do Brasil é a luta pela Reforma Agrária.

Na sede das Ligas

No dia seguinte, quando cheguei manhã cedo à sede das Ligas, o velho prédio à Rua do Hospício, 216 — no coração do Recife — estava repleto de trabalhadores do campo que ali se encontram sempre, dia e noite. O ambiente era de maior alívio pelo fato de Julião ter ido a Tapera e Vitória e de satisfação por sua entrevista televisada, da qual muitos tinham conhecimento.

A oportunidade era ótima também para entrar em contato mais direto com aqueles homens de fisionomia sofrida, de roupas gastas, calçando alpargatas, alguns meio desconfiados com os do aspecto cidadão.

Mas a conversa com um vai animando as outras e dentro de alguns

minutos estávamos num círculo fechado todos já à vontade, o diálogo algumas vezes dificultado pelas intervenções simultâneas.

Este homem jovem, uns 28 anos no máximo, é um dos expulsos do Engenho Fincabal. Chama-se Heleno Américo de Lima. Foi despejado há dois meses.

— Por quê, pergunta-lhe.

— Porque eu estava na Liga. O dono me chamou e disse que a Liga queria tomar as terras dele... Depois, botaram abaixo a minha casinha. Não pude tirar nada, ficou tudo debaixo.

— E a lavoura?

— A lavoura ficou lá. Eu era morador do engenho, fazia o cambão dois dias por semana. E a sujeição era tão grande que eu não podia trabalhar para mim mesmo mais de 3 dias por semana. Começava às 7 da manhã e largava às 5 da tarde. Limpava o moinho e a cana. Na barracão comprava o charque, o café, a rapadura...

— Entre os trabalhadores do engenho, quantos pertenciam às Ligas?

— Uns 100.

— E todos foram expulsos?

— Só ficaram uns 30, que não eram da Liga.

— E agora?

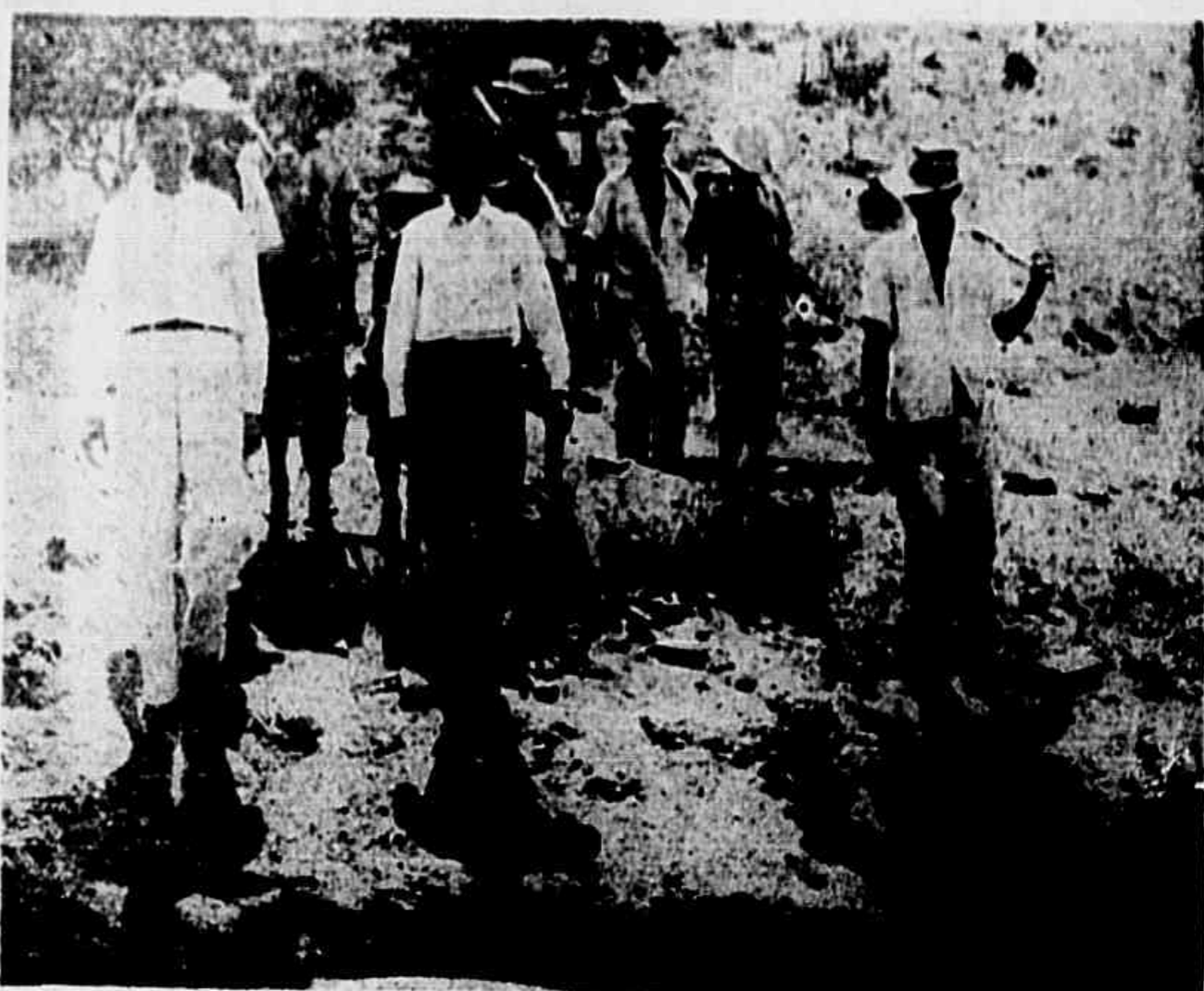
— Estamos tudo na Tapera, abarancados, lá, que a polícia veio trazer a gente depois que fomos ocupar Barra e Terra Preta. A polícia disse que a ordem era desocupar, senão desancava o cacete mesmo. Hoje vim aqui saber notícias dos outros, que estão no meio do mundo padecendo, passando fome, tudo desmantelado.

E depois de uma breve pausa:

— Agora vamos caçar um jeito para vez se nós se coloca. Dorme-se um dia aqui, outro acolá. Uma coisa que eu necessitava era que o senhor compre a minha lavoura...

— Que lavoura?

— A que plantei durante estes anos todos na terra onde morava. Vale



Galiléia: berço e inspiração

bem uns 50 contos. Tem laranja, raça, uns pés de café novo, uns de maracujá, afara a casinha e a mobília, que foi quebrada...

Intervém outro, que estava atento ao meu lado, sem perder uma palavra da nossa conversa:

— Eu conheço a história deles. Cid Sampaio está fazendo o diabo com essa gente. Alguns foram forçados a vender por 500 cruzeiros bens no valor de 5.000. Mais culpado que o senhor-de-engenho é o Governador, que deu a força da polícia ao senhor-de-engenho.

E Heleno, retomando a palavra:

— O mesmo sofrimento não é dos outros todinhos? É uma coisa pelas outras...

Caso número 2

O que falou em seguida era um homem já idoso. Chamava-se José Gomes de Andrade.

— Mas sou conhecido por Belo Virgínia.

Estes são trabalhadores do engenho da Galiléia, onde tiveram origem as atuais ligas camponesas dirigidas por Francisco Julião. Os galileus, naturalmente, não dispõem de máquinas: lavram a terra com a primitiva enxada. Mas trabalham com ânimo, pois sabem que não são explorados pelo senhor-de-engenho. Aquil os vemos com Julião.

Outros intervêm, dizem a ele que a que interessa é o nome, mas ele insiste:

— Todo mundo me conhece por Belo Virgínia.

Este foi expulso de outra propriedade, o Engenho Oriental, no Município de Água Preta, de dona Ivete Rabalinho de Oliveira.

Quando me diz o nome da senhora, trocam-se vários comentários entre os camponeses, porque muitos a conhecem. Percebo que se trata de uma mulher voluntariosa, uma solteirana a quem um dia um senhor de engenho foi propor casamento. E ela teria respondido: Não me sujeito a ninguém. Não caso não!

Todos riem e Belo Virgínia conta a sua história. Há 11 anos morava num sítio desabitado, numa das extremas do engenho, para botar sentido às matas. Um dia, para surpresa sua, foi mandado ir embora, sem lhe darem a menor justificativa. Não teve dúvida, procurou dona Ivete:

— Como é dona, qual o motivo que eu dei?

— Nenhum. Não preciso mais do seu trabalho.

Então ele resolveu entrar para as Ligas. Quando dona Ivete soube, disse que não pagava — nada como resgate dos bens deixados no sítio, inclusive árvores já frutificando, uma grande variedade das deliciosas frutas do Nordeste.

— Não pago não. Não mandei você plantar — foi a resposta terminante de dona Ivete.

— E os onze anos que eu botei sentido nas matas. Arrumei inimigos porque não deixava que tirassem nem uruba.

— Que é isso? pergunto.

— É um cipó com que se faz urupema...

— E que veio fazer no Recife?

— Cheguei até aqui para entregar o meu caso ao dr. Jonas. (Trata-se do experimentado solicitador Jonas de Souza, um dos mais íntimos colaboradores de Julião nas questões jurídicas).

— E de que está vivendo? Indago ainda ao velho camponês.

— Estou vendendo bicho em Leopoldina, nas Alagoas, para dar de comer à mulher e a um netinho.

Conclui a sua biografia: Está com 60 anos completos, já trabalhou em cinco engenhos, não possui de seu uma nesga de terra.

“Corte e leve”

Os casos individuais depois se repetem, são mais ou menos idênticos, todos vivem o mesmo drama. Destaca-se aqui, acolá um ou outro episódio mais cru, mais brutal, como o de um cortador de cana que trabalhava em conaçu» (o mesmo sistema do cambão: trabalho gratuito um ou dois dias na semana para o senhor de engenho). Manuel Lourenço Gomes, do Engenho Caiçara (município de Água Preta) foi expulso também por pertencer às Ligas. Dirigiu-se ao senhor de engenho e lhe propôs vender as árvores frutíferas que plantara durante mais de um decênio em que vivera como seu agregado:

— Não compro coisa nenhuma. Pode cortar tudo e levar nas costas.

Algumas pessoas advertiram ao proprietário, José Fontes:

— Cuidado que esse camarada é andajo (sabido, não se deixa enganar), já está nas Ligas...

— Quando José Fontes soube que eu estava «ligado» usou outro plano, um plano mais duro. Chamou outro morador, levou à Água Preta e esse morador — Minervino Lins — disse às autoridades que todas as lavouras tinham sido plantadas não por mim e sim por ele. Quando eu soube, fui tirar terra

com Minervino. Ele confirmou tudo. «Que eu ia fazer? Fiquei até meio irado com ele...

Todos acham graça do final da narrativa. Insultam Minervino. Mas Lourenço não se deu por achado e acrescentou num desabafo:

— Eu era até protestante. Desde esse dia deixei...

— E agora tu és católico — pergunta-lhe outro com ironia. — O senhor de engenho é católico...

— Eu agora sou é das Ligas! — responde com firmeza, seguro de haver encontrado um novo caminho.

O novo caminho

Saberão estes homens lançados ao desespêro pelo despejo do latifúndio em decadência aonde vai dar este novo caminho que escolheram?

Talvez por instinto de classe o saibam. Não podem prever, naturalmente, as veredas que muitas vezes terão que percorrer, os entrosques com que inevitavelmente enfrentarão, as ciladas que lhes amarrão ainda os grandes proprietários territoriais e as autoridades que lhes salvaguardam os privilégios.

Porque nada podem prever tampouco os homens das classes dominantes que tentam inutilmente manter a farra e fogo a atual estrutura agrária que se esboroa.

Ainda me encontrava no Recife, no auge da crise provocada pelo despejo dos camponeses de Barra e Terra Preta, quando circulou a notícia de sua latifúndio e atual prefeito da Marená, Ney Maranhão, filho do chamado «rei da carne», estava disposto a levar os camponeses concentrados em Tapera e fazê-los ocupar as terras da família de Julião, em Bom Jardim. (Julião me disse que pessoalmente lhe cobriam uns 40 hectares. E que estava disposto a entregá-los aos camponeses se isto vier contribuir para o advento da reforma agrária). Agora, os jornais noticiam que a ameaça se concretizou: cerca de uma centena de camponeses foram conduzidos a terras suas como ocupantes. E não se trata de um latifúndio.

Julião, com sua aguda sensibilidade de líder do movimento camponês em ascensão, referiu-se com bom humor ao caso na Assembléia estadual de Pernambuco, responsabilizando o governador Cid Sampaio como mandante da invasão. E fez uma advertência: o Governador estava assim «brindo» um perigoso precedente.

Até agora, Julião nem uma vez sequer tomara a iniciativa de invadir terras de propriedade privada. Galiléia foi desapropriada por meios jurídicos. Barra e Terra Preta haviam sido comprados pelo Estado. Não estaria assim aberta a porta para outras, muitas outras, sucessivas invasões de terras — não algumas dezenas de hectares, mas fazendas e engenhos de milhares e milhares de hectares dos grandes senhores?

A irritação dos latifundiários, dos senhores de engenho principalmente, as violências da polícia de Cid Sampaio, as crescentes expulsões de trabalhadores pelo simples fato de pertencerem às Ligas, a arrogância dos camponeses nas Ligas, através das quais vão ganhando consciência de sua força — tudo isto vai gerando um novo clima no campo, em Pernambuco e no Nordeste inteiro.

Tudo indica que estamos às vésperas de escaramuças ainda mais arduas e que a reação dos latifundiários permite se elevem a um nível mais alto, uma nova etapa nas lutas dos camponeses pela sua libertação.



Julião e os camponês

Francisco Julião sente-se como o peixe na água entre os simples trabalhadores do campo. E estes depositam confiança no líder que está dirigindo suas lutas contra a exploração do latifúndio. Nas últimas semanas, estão se agitando estas lutas, com a invasão dos engenhos Barra e Terra Preta, em Vitória de Santo Antão e Barra, em Pernambuco, e a desapropriação das terras pelo governador Cid Sampaio. Mas tudo indica que os camponeses não se deterão ante as violências da polícia pernambucana. Lutas mais altas se prenunciam.

Ao Som da Internacional Mineiros Bolivianos Recebem Parlamentares Soviéticos

(Serviço especial de **PRENSA LATINA**) La PAZ — (PL) — Uma delegação de parlamentares da União Soviética, que visitou a zona mineira de Catavi e Siglo Veinte, a 4 mil metros acima do nível do mar, entrou em contato pela primeira vez com a realidade da vida mineira boliviana. Para os trabalhadores da zona os russos também foram uma revelação. Nunca fora registrada anteriormente nas minas melhor acolhida a uma delegação estrangeira.

Caravanas de caminhões de grande tonelagem, carregados de centenas de mineiros; bandeiras bolivianas e soviéticas; bandas de música, sol e mulheres de aspecto sofrido que choraram de emoção. Assim foi a festa que organizaram os mineiros das populações vizinhas de Uncia, Llallagua, Siglo Veinte e Catavi, ao pé das minas que sustentam a economia monoprodutora da Bolívia.

O encontro

Os russos não esperavam a acolhida que tiveram. Os mineiros

marca haviam visto um russo. Logo que desceram do avião bimotor que os levou até a pista de Uncia, uma das mais perigosas do país, os parlamentares soviéticos foram carregados em triunfo por uma verdadeira multidão que atropelou o comitê de recepção.

Enquanto os surpresos visitantes eram passeados em redor do avião, escutavam-se gritos de «Viva a União Soviética», «Viva a Bolívia Livre», «Cuba sim, Ianques não».

O sol mineiro queimava e um vento arenoso açoitava as faces lisas e rosadas dos visitantes. Uma banda de músicos em trajes de festa, vestidos de escuro e sem gravatã, entoou a «Internacional». O vento misturou algumas bandeiras da Bolívia e da URSS, e a caravana de caminhões iniciou seu percurso através das povoações mineiras.

Vinte mil pessoas observavam com interesse a viagem dos russos. A maioria aclamou-os. Quase não houve reprovação. Num momento de trégua, um dos soviéticos conseguiu mesmo conversar com um sacerdote católico norte-americano de

uma missão localizada na zona mineira.

As duas faces

Em doze horas, os parlamentares Rodionov, Sobolev, Rudenko, e os delegados Chestnay, do Ministério do Exterior, e Liubofa, enviado do «Izvestia», escutaram uma dezena de discursos, receberam presente dos nativos da região, visitaram a mina, retribuíram discursos e relataram os progressos do mundo socialista. Em seguida a delegação viajou para Oruro, outro distrito mineiro.

Nas bandeiras de cores berrantes, na música das bandas, no ruído das «camaretas» e nos estampidos do foguetório, os mineiros expressavam sua esperança.

«Jamais perdemos a esperança de viver com seres humanos», disse o dirigente mineiro Federico Escobar.

A vida do mineiro tem duas faces. Embora já haja transcorrido 8 anos de uma revolução de fundo social, continua sendo miserável. O trabalho é perigoso, duro, mortal às vezes. As perspectivas do mineiro são as mesmas de antes da revolução: silicose e embriaguês.

Por outro lado, o ritmo de produção diminuiu, conjuntamente com o trabalho. O rendimento agora, com o dobro do pessoal é a metade do que quando as minas estavam em poder de Patiño. Da exploração inumana não se chegou à produção patriótica e honesta: degenerou-se no abandono e no abuso do trabalhador, protegido por um sindicalismo corrompido.

O governo, que há 8 anos vem apoiando este tipo de sindicalismo lança a culpa sobre os trabalhadores. Estes, por sua vez, já não confiam no governo, «que está vendido ao imperialismo yanque», conforme acusam.

A chegada dos parlamentares da União Soviética significava, nestas circunstâncias, uma esperança de ajuda. E esta é, na opinião do governo e dos trabalhadores, a única solução.

Os soviéticos, ao tocar solo boliviano pela primeira vez na história como delegação oficial da URSS à Bolívia, ofereceram um crédito de 150 milhões de dólares em maquinaria para petróleo e minas. Antes o premier soviético Nikita Krushchov falara em Nova Iorque sobre a necessidade de se instalarem na Bolívia fornos de fundição de estanho, «um velho anelo nacional», segundo palavras do presidente Victor Paz Estensaco.

Foi assim que a delegação parlamentar soviética entrou triunfante na zona mineira. Incluindo a cidade



Passa a caravana

de Oruro, uma parte importante da Bolívia está agora decididamente a favor do apoio à oferta soviética.

O dirigente Escobar foi muito aplaudido quando, num momento de expectativa, disse: «Saudemos a bandeira vermelha da URSS. Este é o vermelho que algum dia será ligado em todo o continente latino-americano como sinal de repúdio ao imperialismo».

Falam os soviéticos

Quando o presidente da delegação parlamentar soviética Nikolai Rodonov tomou a palavra pela primeira vez entre os mineiros bolivianos, falou de «uma grande classe operária capaz de apoderar-se das riquezas de sua terra».

«Os senhores bem sabem o que significa a indústria pesada. Os senhores sabem que para chegar a ela têm que trabalhar», disse Rodionov.

Ao mencionar a revolução boliviana, o deputado e escritor soviético Sobolev inclinou-se sobre sua bengala e disse: «Em outras condições econômicas e políticas não se poderia passar isto». Referia-se ao fato de ter «o colonialismo tirado a capacidade de produção da Bolívia». Mas expressou o seu desejo de que no futuro, «com independência econômica e com trabalho», as coisas mudassem.

Os soviéticos perguntavam sempre durante o seu percurso na Bolívia: «Por que tanta miséria se aqui se passa uma revolução? Por que tanto campo sem cultivo se se anuncia que há excesso de trabalhadores nas minas?»

Pátria ou morte

Em resposta, os mineiros disseram:

«Conhecemos a ajuda do imperialismo yanque, que não podemos

Os parlamentares soviéticos — era a primeira vez que uma delegação oficial da URSS pisava o solo boliviano — foram recebidos no aeroporto por enorme multidão de mineiros. Após os primeiros contactos, os soviéticos percorreram algumas províncias, sendo acompanhados por uma comitiva de caminhões de grande tonelagem apinhados de trabalhadores bolivianos.

qualificar de ajuda porque prejudicou o trabalhador e o próprio país.» (Frase de Irineo Pimentel, secretário do sindicato misto Catavi-Siglo Veinte, com uns 9 mil filiados).

«Nossos governantes têm que viajar grandes distâncias para conseguir de dois a três milhões de dólares.» (Do mesmo Pimentel, numa alusão à viagem que o vice-presidente Juan Lechin realizava naquele momento pelos Estados Unidos).

«O presidente Paz Estensaco tem que alhear-se da pressão do imperialismo norte-americano porque sua atitude de aceitar a oferta soviética receberá o apoio dos trabalhadores».

Federico Escobar, outro dirigente, concordando com Pimentel, disse:

«Se o presidente Paz Estensaco aceitar a ajuda soviética, estaremos sempre a seu lado com o fuzil ao ombro. Se não aceitar deve passar para as listas passivas da administração nacional».

«Em último caso diremos como os cubanos: pátria ou morte».

Em seguida, em Catavi, o dirigente Julio Crespo acentuou que só haverá índices de aumento da produção «com uma ajuda como a que os senhores nos ofereceram: não com pequenas esmolas».

Os soviéticos escutaram com atenção. Também prestaram atenção quando os mineiros explicaram que a inércia observada nas classes trabalhadoras era consequência das atitudes adotadas pelos círculos oficiais; que a corrupção na administração pública era a origem dos males da Revolução Boliviana e que o problema dos excedentes começava no Palácio Quemado, em La Paz.

Os soviéticos responderam que de qualquer modo a ajuda não seria efetiva sem trabalho e assinalaram que esperavam a última palavra do governo, que deveria aceitar ou rechaçar as ofertas soviéticas para colaborar com um povo à beira da ruína.

Tarefas Políticas Imediatas Dos Comunistas Bolivianos

De recente documento do Partido Comunista da Bolívia extrairmos o seguinte trecho:

«Em todo processo político, no seio do movimento operário, dois aspectos fundamentais devem ser considerados: o fator objetivo e o fator subjetivo. O primeiro compreende as condições materiais, econômicas e sociais existentes no momento, pelo grau de aguçamento das contradições, pela existência viva das forças sociais de classes antagônicas dispostas a encetar a luta, porque o simples fato de sua presença assim o determina. O fator subjetivo é representado pelo desenvolvimento da consciência política, pelo grau de compreensão de classe que os diferentes setores sociais possuem a respeito dos problemas, isto é, pela certeza de que é um e não outro o caminho que devem seguir, e que se unam, organizem e lutem neste sentido. No caso da classe operária, sua consciência, sua direção é representada pelo Partido Comunista. De acordo com o exposto, qual é a situação concreta da Bolívia?»

Há muito que, na Bolívia, as condições objetivas existem e são plenamente favoráveis ao êxito das tarefas da revolução; não obstante, quanto ao fator subjetivo, nosso trabalho é desenvolvê-lo e fortalecê-lo.

Nesta emergência, urge acumular as forças necessárias para o triunfo da revolução, começando por travar as aspirações da reação, assim como impedir a atitude entreguista do oficialismo; cabe ao nosso Partido a tarefa da concentração de forças necessárias para modificar a correlação existente e introduzir mudanças na vida política do país. Isto é possível

por meio de uma política ampla, independente e unitária, ligando o Partido às grandes massas e setores fundamentais, aumentando sua influência, orientando o povo e adestrando na luta todas as forças interessadas no processo. Esta batalha poderá ser travada conseguindo determinadas reivindicações das massas e da nação. Estes objetivos estão sintetizados na seguinte plataforma de ação imediata:

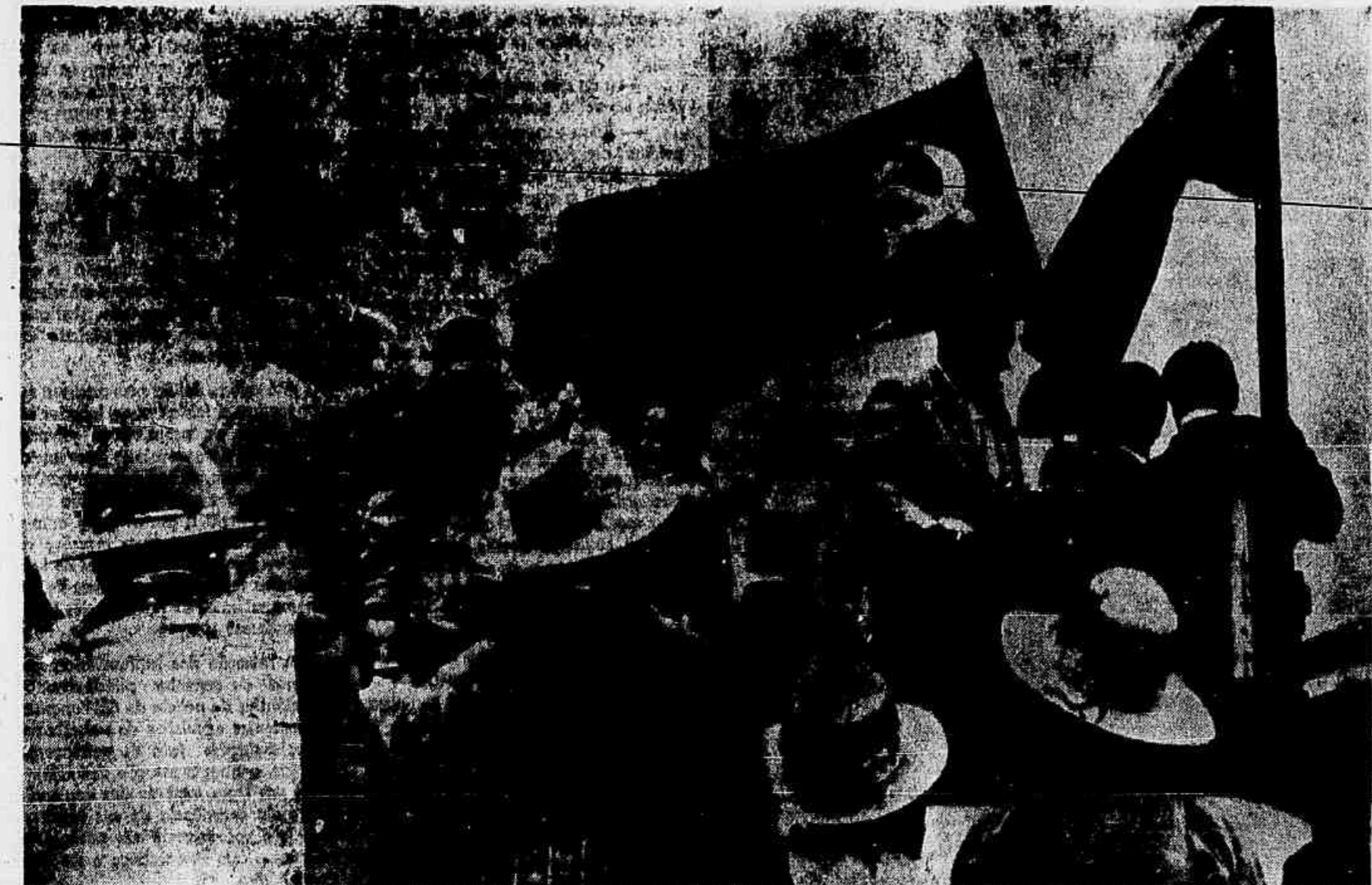
- 1 — Defesa das minas nacionalizadas e do petróleo.
- 2 — Aumento de soldos e salários, medidas concretas contra o desemprego.
- 3 — Execução da Reforma Agrária e ajuda efetiva aos camponeses.
- 4 — Fomento e defesa da indústria nacional.
- 5 — Relações comerciais e diplomáticas com a URSS.
- 6 — Atenção aos problemas regionais.
- 7 — Respeito às liberdades e direitos democráticos e sindicais.

Tendo em conta que as medidas enunciadas só poderão ser efetivadas por um Governo que expresse esse espírito, que reflita essas aspirações democráticas e progressistas, propõe-se a luta por um Governo Patriótico de Coalizão Democrática, cujas bases sociais são encontradas, inclusive nas fileiras do atual partido governamental, em todos os setores que compreendem que a tarefa nacional da luta antiimperialista é o essencial neste momento, que a luta contra aquilo que facilite ou permita um controle dos monopólios imperialistas, como o faz a atual política do Governo, é o decisivo. Nossa obrigação imediata é proporcionar a união de todos esses setores em torno dos objetivos assinalados.»



Silicose e embriaguês

Segundo documentação dos líderes dos trabalhadores das minas, na Bolívia, ocupando a luta, os mineiros só têm duas perspectivas: a silicose, contrária ao trabalho, ou a embriaguês.



A bandeira e o hino

A diferença de idiomas não foi problema para o encontro entre os mineiros bolivianos e os parlamentares soviéticos. O primeiro contacto falou uma linguagem comum a ambas as partes, comum aos trabalhadores do mundo inteiro — o canto da «Internacional». Duas bandeiras tremulavam no caminhão que transportou os representantes do mundo socialista através de quatro províncias da Bolívia. A foice e o martelo foram saudados, por todo o percurso, como o símbolo da liberdade dos oprimidos, o signo da liquidação da exploração do homem pelo homem.

A «Troca de Roupagens» e o Neo-Penabotismo no PTB

Desenvolve-se neste momento uma aguda luta de grupos no seio do PTB. Seja porque a atuação deste partido interessa particularmente à frente única nacionalista e democrática, seja porque seus líderes se julgam quase sempre na obrigação de fazer referências mais ou menos desapaixonadas aos comunistas, quando tratam da situação de seu partido, esta luta se reveste de grande interesse para nós comunistas.

Ao tratar desse problema contudo, queremos deixar-nos apenas no que toca à atuação da corrente trabalhista vinculada ao chamado «grupo compacto». Existem outros grupos e subgrupos, empilhados nessa luta: os «renovadores», os pelegos, os conservadores, etc. Dentre todos, é entretanto a corrente do «grupo compacto» a que mais de perto reflete os interesses da luta anti-imperialista e democrática de nosso povo; além de ser a mais forte, e que mais possibilidades tem de ganhar a direção do partido.

Deu-se esse nome de «grupo compacto» a um núcleo de deputados trabalhistas mais combativos e mais integrados no movimento nacionalista, que passaram a atuar de forma mais ou menos coordenada, cerca de dois anos atrás, na Câmara Federal. Com o correr do tempo, o grupo foi engrandecendo, ao sair da área do Congresso e perder suas limitações iniciais de grupo parlamentar. Passou a influenciar e representar toda uma camada de quadros e dirigentes do PTB, que também desejam imprimir a este partido uma orientação e uma direção menos vacilantes, menos pias a interesses de grupos econômicos ligados ao imperialismo e ao latifúndio, e mais vinculadas à luta nacionalista e popular que vem impulsionando a vida política do País.

Não existe ainda, que se saiba, um corpo coerente de idéias e princípios que sirva de plataforma comum a essa corrente trabalhista, e torna mais concretos aqueles seus aspirações gerais. Dispostos, entretanto, de alguns depoimentos que desde já nos permitem descrever as principais tendências do movimento. Em particular, servem de referência as entrevistas concedidas dias atrás ao «Correio da Manhã» por um líder do «grupo compacto», o deputado Bocayuva Cunha e pelo governador Roberto Silveira, que não pertence a aquele grupo, mas se solidariza com ele. E temos igualmente à mão a série de artigos publicados em «Última Hora» pelo prof. Guerreiro Ramos, que disputa um lugar de liderança desta corrente de reformulação do trabalhismo, embora algumas vezes esse papel lhe pareça pequeno demais para as suas capacidades e ele fique a imaginar que o País, em sua homenagem, passará a ter nova estrutura política, dando a ele a posição de líder de toda a esquerda, organizada em novo partido.

Os esquemas dessa corrente trabalhista se basiam todos no reconhecimento de que o PTB está sendo ultrapassado pelo movimento de massas no País. Com o ascenso da luta sindical dos trabalhadores e do movimento nacionalista, o Partido frequentemente vacila, se omite ou fica perplexo diante das ações e questões que interessam vitalmente às massas. «O PTB nasceu artificialmente», diz, por exemplo, o sr. Bocayuva Cunha, aludindo à iniciativa de Vargas, que fez do PTB uma de suas «criações» políticas. «Por isso mesmo — acrescenta o deputado trabalhista — o Partido precisa trocar de roupa, liderar os movimentos reivindicatórios dos assalariados, ir para a rua».

Trata-se assim de colocar o PTB em condições de acompanhar o movimento de massas e, eventualmente, liderá-lo. E qual é o objetivo do sr. Bocayuva Cunha ao aspirar a essa liderança? Não é, como se poderia pensar, conduzir à vitória a luta das massas; longe disso — e ele é bastante claro nesse ponto — sua preocupação é evitar que as massas façam «a sua própria revolução, que, creio, será uma verdadeira e imprevistível subversão». Mais do que isso, ele se preocupa em evitar que essa «verdadeira» revolução seja guiada pelos comunistas.

A mesma preocupação se encontra no prof. Guerreiro Ramos; ainda outro dia, tratando do problema da Light, este eminente teórico desenvolveu lan-

gamento a tese de que é melhor que o governo acerte as contas com aqueles tristes, por um acordo pacífico, do que esperar que o povo decida resolver o assunto à sua maneira — ou à maneira dos «bêbés», como diz o prof. «Ficamos esta operação enganadamente, antes que ela se efetive por processos turbulentos», aconselha o professor. E sempre a velha idéia do «facemos a revolução», antes que o povo a faça. Naturalmente, entre a revolução feita pelo povo, e a «revolução» feita para evitar a do povo há uma distância astronômica; é toda a distância que fica entre a verdade e o embuste, como parece reconhecer o sr. Bocayuva Cunha.

Para atingir seus objetivos de liderança esse corrente renovadora do trabalhismo deve atuar em duas frentes. A primeira delas é o lado bem da conta: ela deve jogar o PTB, com mais vigor e consequência, na defesa dos interesses dos trabalhadores e da nação. Na medida em que o faça, estará ajudando a reforçar o movimento nacionalista e democrático, e só receberá, por isso, aplauso e apoio de todos os patriotas e democratas.

Na outra frente, os «compactos» do PTB e seus associados devem travar — e já estão travando — a luta contra os comunistas, para impedir que estes conduzam o movimento operário por um caminho independente e consequente, dentro da frente única nacionalista e democrática, e para conquistar a hegemonia do movimento. Daí, as tiradas anticomunistas que se encontram, com maior frequência ultimamente, nos escritos e ditos desses dirigentes trabalhistas. E' o lado ruim da coisa, pois estimula os preconceitos, prejudica a unidade, e, em última análise, resulta no enfraquecimento da luta contra a exploração imperialista e feudal de nosso povo. Trata-se no entanto da luta pela hegemonia do movimento — luta que apenas reflete a luta de classes dentro da frente única e, por isso mesmo, é de certo modo inevitável. Só será resolvida pela prática.

Temos muitas razões, entretanto, para duvidar da capacidade de o PTB — sejam quais forem os seus dirigentes — conquistar e manter a hegemonia do movimento operário em nosso País. Isto pela simples razão de que se trata de um partido burguês, tanto pela origem de seus dirigentes — a maioria dos quais é senador Mourão Vieira, alta figura do partido, não hesita em classificar de aproveitadores, milionários e contrabandistas, igualmente numa entrevista ao «Correio da Manhã» — como pela política que defende; sua atuação no movimento operário obedece, por isso, a limites muito marcados. O fato de ser uma burguesia progressista que assume inclusive certas posições anticomunistas, nada lhe tira de seu conteúdo de classe. O deputado Bocayuva Cunha dá prova, aliás, de grande fraqueza nessa questão. Ele se define clara e expressamente como um defensor do capitalismo. O que ele procura é uma «garantia da sobrevivência do capitalismo» através das «ações revolucionárias que atravessamos, e acredita que, correndo um pouco nos elucros exagerados e aumentando um pouco os salários insuficientes», o problema estará resolvido. Confiar mesmo em que esse será possível o homem de dinheiro, o banqueiro, o agricultor, o comerciante, compreenderem que a riqueza deve ser aplicada em benefício do povo. Mas de forma alguma põe em questão a própria existência do banqueiro, do industrial, ou do comerciante.

A mesma posição é exposta pelo sr. Roberto Silveira, quando caracteriza o seu Partido como «reformista» e val ao ponto de negar a existência de qualquer contradição séria entre as reformas preconizadas pelo PTB e a política defendida pelos latifundiários e capitalistas que orientam e dirigem o PSD.

Outra, é muito difícil que um operário, mesmo pouco consciente, engula uma pilula dessas. Os trabalhadores não estão interessados em tornar «menos dolorosa» a capitalismo, e sim em transformá-lo em seu contrário, o socialismo. A medida em que avance a revolução anti-imperialista e antifeudal,

e que se foram tornando mais evidentes aos olhos do proletariado a possibilidade e a necessidade de passar à etapa seguinte da revolução, a etapa socialista, para que seja resolvida de forma radical a sua contradição com a burguesia, as grandes massas de trabalhadores serão naturalmente impelidas a voltar-se para um partido que, ao invés de estar preocupado em preservar a exploração capitalista, tenha como tarefa específica e fundamental a liquidação do capitalismo e a instauração do socialismo. E não há outro partido com estas características senão o Partido Comunista, o partido da classe operária.

Mas não é só na condução da luta de classe do proletariado que a liderança do PTB se revela claudicante e condenada à falência. Também na luta mais ampla frente ao imperialismo a atuação deste Partido está forçosamente condenada à vacilação, quando não a posições contra-revolucionárias. Seu caráter de classe o impede de ter doutrina e ação consequentes, e o joga constantemente na busca da conciliação e do compromisso, fazendo com que seus dirigentes percam de vista os interesses da revolução.

Um dos últimos artigos do prof. Guerreiro Ramos nos dá um exemplo particularmente gritante dessa natural repulsa que se estabelece entre um político burguês e os princípios. Qualquer estudante brasileiro sabe, hoje, que a revolução cubana é parte integrante, sendo a vanguarda de nossa própria revolução, e deve, por isso, ser defendida com unhas e dentes. O sr. Guerreiro Ramos, no entanto, em sua ingloria labuta anticomunista, não hesita em cair no caminho da mais grosseira provocação policial contra o povo cubano. De maneira mais gratuita e leviana, talvez mesmo sem medir as consequências do que diz, insinua que o governo cubano esteja se servindo dos comunistas brasileiros como intermediários em suas relações com o nosso País. Dir-lhe-ia que o ilustre professor está deliberadamente dando armas à polícia e aos «eyes men» do Ilamarati, que tudo fazem para realizar aqui o esquema lanque do rompimento com Cuba a pretexto de supostas vinculações da Embaixada cubana com os comunistas.

O sr. Guerreiro Ramos, num de seus artigos no «Última Hora», se queixa de uma maneira curiosa do fato de que não o tenhamos taxado de vendido ao capital estrangeiro. Não o fizemos, nas vezes em que comentamos aqui a sua revolução política (1), porque achávamos que isso não correspondia à verdade; se o tivéssemos feito, estaríamos errados, e teria sido mais fácil ao professor parecer que tinha razão contra nós (e é precisamente por isso que ele está decepcionado por não o termos feito). Mas, se ele insistir nesse caminho de um penabotismo de novo tipo, «de esquerda», a pecha acabará pegando. Sempre é bom lembrar o velho e sábio dito popular: «Quem late como o cão, acaba ganhando um rabo...»

Outro exemplo, talvez mais significativo, das limitações impostas aos penabotistas pelo caráter burguês — e, por isso mesmo, visceralmente conciliador — de seu partido, é a atitude dos dirigentes trabalhistas diante do governo de Jânio. O sr. Roberto Silveira, por exemplo, quando trata do assunto, nem procura disfarçar seu adesismo. «Acha-se o PTB na expectativa quanto ao governo a se instalar», diz ele, acrescentando: «Se o sr. Jânio Quadros presidir a nação dentro dos moldes trabalhistas, merecerá o nosso apoio; porém, se...», etc., e vê a clássica advertência. Note-se que o governador fluminense dissera, pouco antes, que «os trabalhistas devem, pelo menos, acreditar que o ex-governador paulista queira se integrar no trabalhismo».

Dessa forma, o sr. Roberto Silveira não apenas admite a possibilidade de que Jânio venha a trair, por sua livre vontade, os interesses reacionários que financiaram a sua eleição, mas admite inclusive que o novo presidente «vnia a governar dentro dos moldes trabalhistas», e o faz também por sua livre e espontânea vontade, uma vez que a iniciativa é deixada inteiramente em suas mãos, e o sr. Roberto Silveira e o PTB se limitam a ficar na expectativa, sem estabelecer prazos nem condições. O sr. Roberto Silveira terá esquecido as declarações e discursos que fez durante a campanha eleitoral, quando colocava Jânio de pés e mãos atados ao imperialismo?

Na verdade, ele não precisou esquecer coisa alguma. Simplemente cede à tentação do compromisso e da

conciliação, à qual a burguesia dificilmente resiste, pois é o caminho apesar de tudo menos doloroso e menos perigoso para ela. Com seu adesismo sem máscaras, o sr. Roberto Silveira apenas produz uma variante mais aberta do «continuidismo de esquerda» que identificamos por trás das aventuras anticomunistas do sr. Guerreiro Ramos.

Ocorre entretanto que, para o movimento nacionalista e democrático e, em particular, para o movimento operário, essa atitude de «expectativa esperantada» diante de Jânio é a que menos convém. Para desviar Jânio do caminho que lhe tracaram os seus financiadores, para arrancar alguma coisa de seu governo, os trabalhadores e todos os patriotas sabem que terão de lutar muito, e lutar bravamente. As extraordinárias lutas de massas que o país tem assistido, nas últimas semanas, provam que a grande maioria dos trabalhadores compreendeu a justiça da linha de lutas, traçada pelos comunistas, e nem sequer cogita de ficar de braços cruzados, «esperando» Jânio, como aconselha o PTB.

Os fatos mostram, portanto, que a liderança do PTB no movimento operário, já hoje, é um mito. E mostram também que o sr. Roberto Silveira e seus amigos renovadores, por melhores e mais ensaiados sejam os seus projetos, dificilmente conseguirão transmitir esse mito em realidade. (1) — Veja NOVOS RUMOS n. 93 e 95.



Um dirigente operário

William Z. Foster, cujo 80.º aniversário transcorre nesta mês de fevereiro, é uma das grandes figuras do movimento operário internacional, tendo dedicado sua vida às lutas do povo lanque.

Foster — Símbolo do Que há de Melhor no Partido Comunista Norte-Americano

O «The Workers» publicou, em sua edição de 22 de janeiro último, o seguinte artigo sobre o 80.º aniversário de W. Foster:

«O 80.º aniversário de William Z. Foster, emérito chefe do Partido Comunista dos Estados Unidos, será reverenciado em todo o mundo a 25 de fevereiro próximo. E não apenas pelos comunistas, mas também por outros elementos progressistas e militantes, especialmente no seio do movimento sindical. Foster é conhecido e admirado no mundo inteiro, tanto por sua capacidade de liderança e contribuição à edificação do movimento sindical de nosso país, quanto por suas contribuições gerais ao campo teórico e, especialmente, relativas à teoria e tática do sindicalismo. Entre os comunistas do mundo inteiro Foster é reconhecido como o líder mais destacado do Partido Comunista dos Estados Unidos durante a maior parte de sua história.

Má muitos aspectos na vida fecunda de Foster e em suas grandes contribuições à classe operária, à luta de povo negro e ao movimento comunista. Desejamos assinalar aqui um que se destaca, e tem grande significação, considerando o passado, as tarefas do presente e o futuro.

POSTER PERSONIFICA A ESSÊNCIA DO PARTIDO COMUNISTA — «A UNIÃO DA CLASSE OPERÁRIA E DO SOCIALISMO»

Foster já era o grande líder da organização de importantes campanhas, o dirigente da histórica greve de

ojo, antes de tornar-se um proeminente chefe do Partido Comunista. Já prestara também uma grande contribuição à teoria e tática do sindicalismo, introduzindo um programa de esquerda que, ao mesmo tempo, combatia a política do dualismo sindical, a qual se tornara quase um princípio das forças de esquerda daquela época.

Ao identificar-se com o Partido Comunista, tornando-se um dos seus mais proeminentes líderes, Foster demonstrou que a lógica da luta da classe trabalhadora leva à luta pelo socialismo e esta exige que a classe operária organize seu próprio partido de vanguarda — o Partido Comunista.

Foster tem mantido sempre elevada a bandeira do Partido como a personificação da unidade da classe operária e do socialismo contra aqueles que atacam o Partido, dentro e fora de suas fileiras. A contribuição de Foster na recente luta para repelir os revisionistas dirigidos por Gates é suficientemente conhecida, pensando na maior ênfase. O mesmo ocorre em relação à sua luta contra os antigos revisionistas e liquidacionistas Browder e Lovestone, em seus ataques dirigidos contra o Partido nos anos de 1945 e 1929, respectivamente.

Por suas atividades práticas e capacidade de liderança, bem como por suas importantes contribuições teóricas, Foster não somente ajudou a construir nosso Partido, mas também, através de sua liderança, trouxe valiosas contribuições à organização do movimento

sindical de massa dos nossos dias. Foster orientou diretamente centenas de líderes sindicais e indiretamente um número ainda maior deles e independentemente de sua atual posição não se pode negar seu papel proeminente em organizações dos sindicatos. E um último caso vez maior de sindicatos novos e outras organizações operárias em o que milhões aprenderão e reconhecerão futuramente, isto é, que são os teóricos, a política de Foster e o Partido que traçam uma direção firme de lutas de atualidades e de batalhas do futuro.

Assim como na década de 1930, ao tempo da fundação do CIO, Foster e seu Partido apontaram o caminho de salvar a política errônea de Compton e de seus seguidores, os Grants, os Hutchison, os Walls e os Freys, do mesmo modo hoje o movimento operário só pode enfrentar a presente crise seguindo o caminho da luta pelo socialismo e progresso social, indicado por Foster e o Partido Comunista.

A frente do Partido Comunista está hoje Gus Hall, seu secretário-geral, que embora relativamente jovem é já um veterano de muitas lutas. Desempenhou um papel vital na organização dos trabalhadores do aço, no decurso de trinta, e em outras lutas operárias, simbolizando também a unidade da classe operária e do socialismo.

As comemorações do 80.º aniversário de Foster em todo o país serão levadas a efeito não apenas pelos comunistas mas também por milhares de militantes dos meios sindicais, por elementos progressistas, pelo negro e por todos os que lutam em favor da paz. A reunião que se realizará no Carnegie Hall em Nova Iorque no dia 3 de março vindouro, a qual comemorará igualmente o 37.º aniversário de «The Workers», será uma das maiores dos últimos anos. Se essas estações forem coroadas de êxito, esse será o pagamento a Foster de um tributo de um modo que ele muito haverá de apreciar, constatando o aumento crescente e o desejo da luta entre a classe trabalhadora, bem como a organização da imprensa e do movimento de que ele é a personificação e o mais ilustre símbolo em nosso país.

«Teoria e Prática»

Por motivos de força maior não sai hoje a seção «Teoria e Prática». A partir do próximo número aproximadamente normalizar a sua publicação.

«História do Movimento Operário»

Por motivos alheios à nossa vontade deixamos de publicar nesta edição mais um capítulo de «História do Movimento Operário», a cargo do nosso colaborador Ivan Ramos Ribeiro, pelo que pedimos desculpas aos nossos leitores. Esperamos voltar a fazê-lo no próximo número.

Abraão Isaac Neto

Faleceu, na cidade de Goiânia, no dia 3 de janeiro último, o camarada Abraão Isaac Neto, vítima de um colapso cardíaco. Ao seu enterro compareceram diversas personalidades e grande número de populares. Estavam presentes, entre outros, o representante do Governador do Estado, deputados estaduais, desembargadores, representantes de instituições culturais, sindicatos operários, associações de classe e de bairro, a Associação Goiânia de Imprensa enviou uma coroa de flores, o mesmo fazenda o camarada Prestes, em nome dos comunistas brasileiros. Na ocasião, usou da palavra o jornalista Delieux Crispim Sobrinho, em nome dos comunistas.

O camarada Abraão Isaac Neto era um velho militante comunista, em cujo Partido ingressou em dezembro de 1935. Sua vida se caracterizou por uma profunda firmeza ideológica e por uma dedicação ilimitada à luta de libertação de nosso povo. Defensor intransigente de seus pontos de vista, era ao mesmo tempo um organizador nato, combativo e tenaz de frente única. Daí haver gozado de grande prestígio entre os camponeses, que o consideravam seu representante da Capital do Estado, entre os estudantes e jovens em geral, que o amavam

como a um mestre, e entre homens e mulheres das mais diversas profissões e tendências políticas com os quais sempre soube trabalhar sem sectarismo.

Nascido em 1906 na cidade de Campinas (São Paulo), criou-se em Catalão e Goiânia, em Goiás. Nesta última cidade foi professor, tabelião, comerciante e jornalista combativo.

Ingressou no Partido na primeira célula organizada em Goiás, na cidade de Goiânia. Foi um dos organizadores da 1.ª reunião estadual de comunistas, da qual nasceu o C. de Zona e depois o Comitê Regional de Goiás, de cuja direção participou desde a sua organização. Em 1945, com a morte trágica de José Aiube, diretor do «Estado de Goiás», jornal popular então editado na cidade mineira de Uberlândia, o camarada Isaac recebeu a missão de transferir-se para aquela cidade e ocupar o posto então vago. Mais tarde transferiu-se para Goiânia, onde foi eleito, em 1946, deputado constituinte na legenda do Partido Comunista, deixando na Assembléia e na Constituição de Goiás a marca de seu incansável espírito de lutador.

Ao morrer, Abraão Isaac Neto deixa viúva D. Maria Tamé com cinco filhos.

Anita Prestes Visita a RDA

A agência alemã ADN noticiou a chegada a Berlim de Anita Leocádia Prestes, filha de Luiz Carlos Prestes. Anita Leocádia foi à República Democrática Alemã a convite da Juventude Livre Alemã, numa homenagem à memória da sua mãe Olga Benário Prestes, que foi dirigente da organização juvenil comunista na Alemanha ao tempo de Hitler.

Como se sabe, depois de casar-se com o dirigente comunista brasileiro Luiz Carlos Prestes, Olga Benário veio para o Brasil, em 1935, aqui teve participação ativa no movimento revolucionário que culminou com a queda irrompida

aquele ano, esmagada a insurreição e preso Luiz Carlos Prestes, sua esposa foi entregue à Gestapo hitlerista e lançada ao cárcere, onde nasceu Anita Leocádia. A muito custo, sua avó paterna conseguiu recuperá-la e levá-la para o México. Anita veio para o Brasil depois da queda do Estado Novo, em 1945. Sua mãe havia morrido numa câmara de gás na Alemanha de Hitler, em plena guerra.

A visita da estudante Anita Leocádia à República Democrática Alemã é uma expressão das relações amistosas já existentes entre a juventude democrática do Brasil e da Alemanha.

NA ALEMANHA DEMOCRÁTICA

Maria Della Costa e Sandro Encontram Bertold Brecht

VASCO HELLER
Correspondente de MR na RDA

BERLIM, janeiro, 1961 — Neste começo do ano, milhares de pessoas conheceram Maria Della Costa na República Democrática Alemã. A apresentação ao público, entretanto, não foi através do palco. A consagrada atriz brasileira foi capa e reportagem na

revista "Freie Welt", uma entre muitas das publicações editadas na R. D. A., e que possui uma tiragem semanal de 500 000 exemplares.

Maria Della Costa e Sandro vinham de uma viagem à China ("Brecht aprendeu com o teatro

chinês" — MARIA) e a União Soviética. Durante 20 dias percorreram toda a R. D. A., conhecendo as suas casas de espetáculo e o seu teatro.

Em Weimar, visitaram o Teatro Nacional de Goethe. Em Dresden, assistiram "Medo e Miséria do 3.º Reich" e "As Armas da Senhora Carrar", ambas de Brecht, encenadas pelo Teatro da Jovem Geração. Casa de 1 200 lugares. Assistência: 10 a 18 anos. Superlotado.

Em Leipzig, conheceram o novo edifício da ópera, inaugurado em outubro último ("O teatro mais moderno e completo do mundo, tanto na aparelhagem técnica como no conforto ao espectador e ao artista" — SANDRO), onde assistiram ao "ballet" "Conto de Fada", de Tchaikowski.

E, finalmente, em Berlim, o contato tão almejado: Brecht e o "Berliner Ensemble". Cada noite uma emoção diferente, mas tudo Brecht: "A ópera dos 3 vinténs", "A vida de Galilei", "Mãe Coragem e seus filhos" (na 400.ª representação de Helene Weigel), e "Ascensão resistível de Arturo Ui".

— Agora podemos dizer que conhecemos o verdadeiro teatro, afirma Sandro. Assistir ao conjunto de Brecht, no próprio teatro por ele fundado, é qualquer coisa de espetacular, inesquecível. É um verdadeiro curso de arte dramática. Depois dessa visita à R. D. A. só resta uma conclusão: o teatro em todo o mundo caminha para Brecht!

E Maria completa num desafo e com humildade: — Como estamos iludidos no Brasil! Pensamos fazer teatro...

Mas o casal de artistas brasileiros não assistiu somente a Brecht em sua estada na R.D.A. Outros espetáculos foram vistos. "O bravo soldado Schweik", na Ópera Cômica, "Ralé", de Máximo Gorki, no Teatro do mesmo nome, cujo diretor é Maxim Valentim, ator e prêmio nacional, da escola russa de Stanilawski ("Mas não um Stanilawski ortodoxo" —

MAXIM); "Sonho de uma noite de verão", de Shakespeare e "O cocheiro Henschel", de Gerhart Hauptmann, ambas no Teatro do Povo; "Wozzeck", de Büchner, na Ópera de Berlim; "Minna von Bernheim", de Lessing, no Teatro Alemão; "Gisela", opereta moderna no Teatro Metropol.

É interessante assinalar que "Ralé", de Gorki, e "Wozzeck", de Büchner, foram peças encenadas por Maria Della Costa no antigo Teatro Fenix do Rio de Janeiro.

Helene Weigel, mulher de Brecht, que agora dirige o "Berliner Ensemble", concedeu entrevista especial a Maria e Sandro. Ficou emocionada com as fotos que o casal de artistas brasileiros lhe ofereceu da peça por eles montada no Brasil e em Portugal "A boa alma de Sesuan". Considerou a encenação perfeita. "Brecht não teria feito melhor", foi o grande elogio, enquanto beijava Maria.

Aos admiradores de Brecht no Brasil, um bilhete especial: Helene Weigel prometeu a Sandro trazer o "Berliner Ensemble" ao Brasil (talvez em 1962) e convidou o Teatro Maria Della Costa a exibir-se na R. D. A. Um marco para as atividades teatrais no Brasil.

Bertold Brecht completaria 63 anos no dia 10 de fevereiro. Esta reportagem tem o significado de uma homenagem ao maior gênio do teatro universal, depois de Shakespeare. A comparação é de Sandro.



Aproveitando os bons preços

A temporada turística de Maria Della Costa na Alemanha Democrática não se restringiu aos assuntos teatrais. Misturou o comércio e aproveitou o preço baratinho para inúmeras compras.

NOVOS RUMOS



A atriz e os alunos

Numa das várias escolas de teatro de Berlim, Maria Della Costa conversa com um grupo de alunos. Ficou encantada com as oportunidades que a RDA oferece aos pretendentes à carreira.



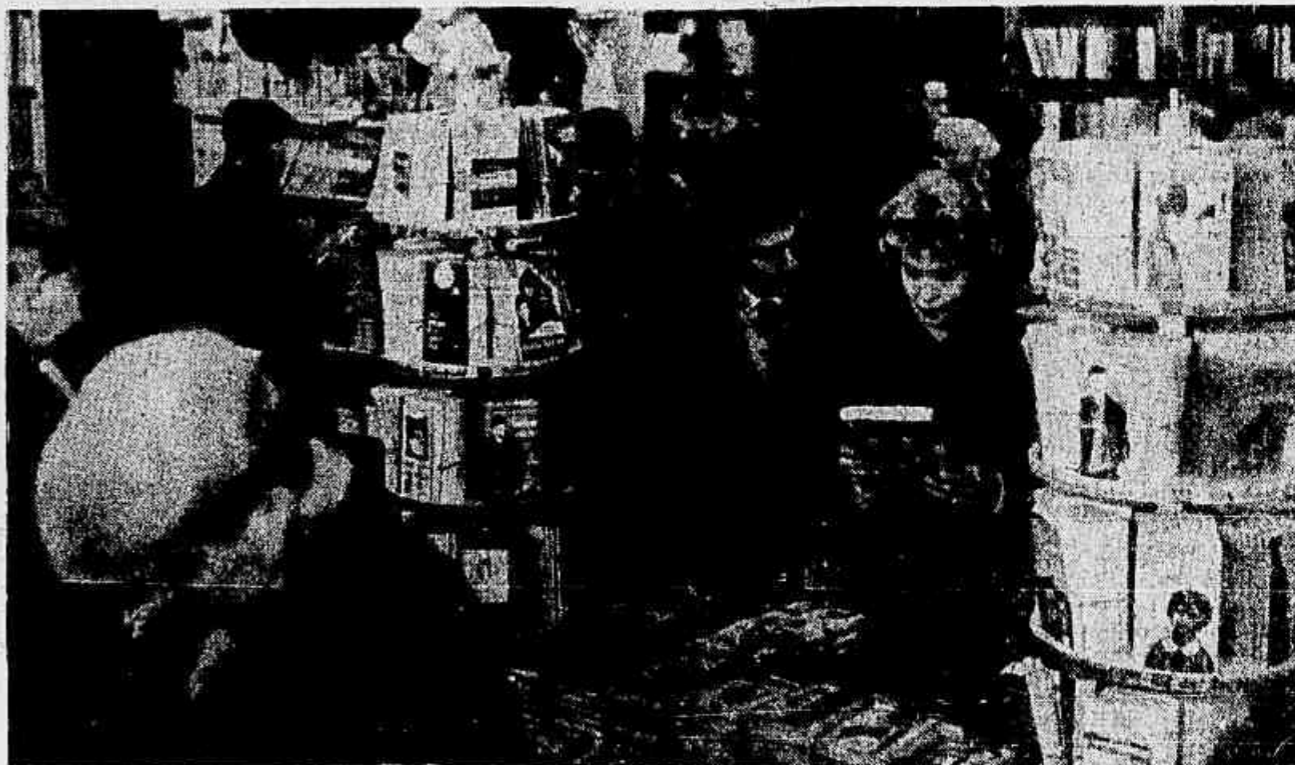
Convidada a ser «Polly»

Na cantina do «Berliner Ensemble», Maria e Sandro encontraram-se com Wolf Kaiser, principal intérprete de «A ópera de três vinténs» e um dos atores mais populares da Alemanha, e Ekkehard Schaal, de «Arturo Ui». Kaiser convidou Maria para interpretar «Polly», principal personagem feminina da famosa peça do genial dramaturgo Bertold Brecht.



Aprendendo nova arte

Procurando entrar em contacto com os mais diversos aspectos da vida na República Democrática Alemã, a atriz brasileira visitou um jardim-de-infância em Berlim, onde viveu alegres momentos com a criançada. Na foto, está ela cercada por um numeroso grupo de lindos representantes da nova geração. A garotada procura explicar a Maria como se faz teatro de fantoches.



Novas peças

Sandro e Maria Della Costa passaram grande parte de seu tempo percorrendo livrarias especializadas em teatro, à procura de novos textos para encenar no Brasil. A editora «Henschelverlag», numa demonstração de carinho e amizade para com o nosso povo, presenteou o casal com uma coleção das mais recentes peças de vanguarda do teatro alemão de após-guerra.